

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS
“SAN TIAGO DANTAS” (UNESP, UNICAMP E PUC-SP)**

TAMYA ROCHA REBELO

**ESTRATÉGIAS DE IGUALDADE DE GÊNERO NAS OPERAÇÕES DE PAZ:
DESCONSTRUÇÃO DE DISCURSOS E REFLEXÕES SOBRE
PRÁTICAS *GENERIFICADAS***

SÃO PAULO

2011

TAMYA ROCHA REBELO

**ESTRATÉGIAS DE IGUALDADE DE GÊNERO NAS OPERAÇÕES DE PAZ:
DESCONSTRUÇÃO DE DISCURSOS E REFLEXÕES SOBRE
PRÁTICAS *GENERIFICADAS***

MESTRADO ACADÊMICO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, sob orientação da Prof. Dra. Suzeley Kalil Mathias.

SÃO PAULO

2011

Rebello, Tamyra Rocha.
R291e Estratégias de igualdade de gênero nas operações de
paz : desconstrução de discursos e reflexões sobre práticas
generificadas / Tamyra Rocha Rebello. – São Paulo, 2011
128 f. ; 30 cm.

Dissertação (mestrado) – UNESP/UNICAMP/PUC-SP,
Programa San Tiago Dantas, 2011.

Bibliografia: f. 112 -122.
Orientador: Suzeley Kalil Mathias.

1. Relações de gênero. 2. Construção da paz. 3.
Organizações das Nações Unidas – ONU. I. Autor. II. Título.

CDD 327.172

TAMYA ROCHA REBELO

**ESTRATÉGIAS DE IGUALDADE DE GÊNERO NAS OPERAÇÕES DE PAZ:
DESCONSTRUÇÃO DE DISCURSOS E REFLEXÕES SOBRE
PRÁTICAS *GENERIFICADAS***

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP, PUC-SP) para obtenção do título de Mestre.

BANCA EXAMINADORA

Presidente:_____

Dra. Suzeley Kalil Mathias, Universidade Estadual Paulista

1º Examinador:_____

Dr. Samuel Alves Soares, Universidade Estadual Paulista

2º Examinador:_____

Dra. Iara Beleli, Universidade Estadual de Campinas

São Paulo, 29 de agosto de 2011.

*Tomar as rédeas da própria
vida é para quem tem coragem.
Ao meu querido e destemido pai,
Luiz Rebelo Neto.
Por ti, sempre.*

AGRADECIMENTOS

A minha orientadora, Suzeley Kalil Mathias, pelas sugestões que me ajudaram a aprimorar este trabalho, pela preocupação com a qualidade do texto e pela compreensão.

Aos professores, Samuel Alves Soares e Iara Beleli, pelos valiosos comentários e sugestões. A escolha dos membros da banca não poderia ter sido melhor.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (UNESP, UNICAMP e PUC-SP).

À Giovana Vieira, Isabela Silvestre e Graziela Jackyman de Oliveira, pelo profissionalismo e ajuda em momentos cruciais.

À CAPES, pela bolsa de pesquisa.

A meu pai, fonte de inspiração; guia dos meus passos.

A minha mãe, Maria Alice, por estar sempre ao meu lado, mesmo estando longe, pelo carinho constante no processo de elaboração desta dissertação e, principalmente, por ter me apoiado em todas as decisões tomadas ao longo dessa jornada acadêmica.

A meus irmãos, Tássia e José, alicerces sem os quais eu não poderia ter concluído esta etapa. Deixo aqui registrada minha imensa gratidão a vocês, que juntos transmitiram força e tranquilidade para que eu pudesse seguir em frente.

Ao Artur, por sua atuação brilhante nos bastidores: leitura de rascunhos, discussões sobre questões internacionais, companheiro de estudo, espectador e parceiro de conversas filosóficas. A você, agradeço cada minuto em que esteve por perto, incentivando, torcendo em silêncio e acreditando nos meus sonhos, mesmo quando nem eu acreditava. Sem você, este trabalho não seria possível.

À tia Rosa, pelo sentimento sincero e exemplo de vida.

À Eduarda (“Duda”) Passarelli Hamann, que me acompanha desde os anos de graduação, pela orientação e sábios conselhos.

Aos amigos que compartilharam risadas, confidências e puxões de orelha, agradeço pela paciência nesses últimos dois anos. Aninha, Carol, Kelly, Vanessa, Luisa, Paula, Peterson, Juliano e Mari Maia, obrigada pelo carinho.

RESUMO

O presente trabalho investiga os textos produzidos no âmbito do sistema ONU, que discorrem sobre as Operações de Manutenção da Paz a partir de uma perspectiva de gênero, e de que maneira eles contribuem para o rompimento de ideias estereotipadas sobre a participação de mulheres nos contingentes militares. Ainda, discute-se em que medida as justificativas para o aumento do número de mulheres contrastam com ideias convencionais sobre os espaços a serem ocupados por elas nos instrumentos de manutenção da paz. Com o intuito de cumprir os objetivos elencados, analisa-se a linguagem de gênero, em diálogo com as teorias feministas e de gênero, utilizada na Resolução 1325 do Conselho de Segurança, nos relatórios do Secretário Geral (2000 – 2010), nas diretrizes do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas e nos informes de agências especializadas vinculadas à ONU. A pesquisa destaca que (i) a categoria de análise gênero é apresentada por vezes como sinônimo de mulher; (ii) os estereótipos de gênero “mulher pacífica” e “mulher vítima” aparecem com certa frequência na linguagem utilizada e (iii) os documentos estabelecem previamente as funções que o pessoal feminino pode desempenhar, associando-as às atividades de apoio e proteção a outras mulheres.

PALAVRAS-CHAVE: Gênero. Operações de Manutenção da Paz. Nações Unidas.

ABSTRACT

In this study, we aim to analyze United Nations texts from a gender perspective and to investigate if they challenge women's traditional stereotypes. Furthermore, we discuss to what extent discourses in support of women's increasing participation in the UN military contrast with conventional ideas about the roles to be performed by them in peacekeeping operations. In dialogue with feminist and gender theories, we consider the language used in the Resolution 1325 (2000), the UN Secretary General Reports (2000-2010), the guidelines of the Department of the United Nations Peacekeeping Operations and the related reports of UN specialized agencies. The results of this research indicate the following (i) that sometimes gender is presented as a synonym for woman, (ii) the gender stereotypes "woman pacifist" and "woman victim" appear frequently in the language used by the UN and (iii) the documents set previously the roles that female personnel can play, linking them to womanly activities such as support and protection of other women.

KEYWORDS: Gender. United Nations Peacekeeping Operations. United Nations.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO I – Percentual de mulheres nos componentes militares das missões de manutenção da paz das Nações Unidas durante o período de 1957 a 1979 e 1989 a 1992.....	57
GRÁFICO II – Alegações de abuso e exploração sexual contra militares das missões de manutenção da paz das Nações Unidas de 2007 a 2010.....	67
GRÁFICO III – Percentual de mulheres militares em missões de manutenção da paz das Nações Unidas de 2007 a 2010.....	67
GRÁFICO IV – Alegações de abuso e exploração sexual contra os militares das missões de manutenção da paz das Nações Unidas de 2009 a 2010.....	69
GRÁFICO V – Participação feminina nos componentes militares das missões de manutenção da paz das Nações Unidas de 2009 a 2010.....	69
GRÁFICO VI – Percentual de mulheres nos componentes militares das missões de manutenção da paz das Nações Unidas.....	71

LISTA DE TABELA

Tabela I – Atividades militares em nível tático, segundo a diretriz do DPKO “Integrando uma Perspectiva de Gênero ao Trabalho dos Militares das Nações Unidas nas Operações de Paz”.....	62
---	-----------

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACNUR	Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados
AES	Abuso e Exploração Sexual
CS	Conselho de Segurança
DAW	Divisão para o Avanço da Mulher
DDR	Desarmamento Desmobilização e Reintegração
DPET	Unidade de Gênero da Divisão de Treinamento, Avaliação e Política
DPKO	Departamento de Operações de Manutenção da Paz
ENOPU	Escola Nacional de Operações de Paz do Uruguai
EUA	Estados Unidos das Américas
INSTRAW	Instituto de Treinamento e Pesquisa para o Avanço da Mulher
MINUSTAH	Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti
MONUC	Missão das Nações Unidas no Congo
MONUSCO	Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Congo
MOU	Memorando de Entendimento
OMP	Operações de Manutenção Paz
SG	Secretário Geral
SOFA	Status dos Acordos de Uso da Força
TCC	País Contribuinte de Tropas (<i>Troop Contributing Countries</i>)
OMA	Escritório para Assuntos Militares
ONG	Organização Não-Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
ONUC	Operação das Nações Unidas no Congo
ONUCA	Grupo de Observadores das Nações Unidas na América Central
PNA	Plano Nacional de Ação
PPC	<i>Pearson Peacekeeping Centre</i>
RESDAL	Rede de Segurança da América Latina
UNEFI	Primeira Força de Emergência da ONU
UNIFIL	Força Interina das Nações Unidas no Líbano
UNIIMOG	Grupo de Observadores Militares no Irã e Iraque
UNMIL	Missão das Nações Unidas na Libéria

UNMIS	Missão das Nações Unidas no Sudão
UNOCI	Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim
UNTSO	Organização das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
 CAPÍTULO I CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO: MARCO DE REFERÊNCIA E CONCEITOS GERAIS.....	21
1.1 Perspectivas feministas nos estudos de Segurança Internacional: a abertura do campo às questões de gênero.....	22
1.2 A categoria de análise gênero.....	31
1.3 O que se entende por Igualdade de Gênero, Equilíbrio de Gênero e Integração de Perspectivas de Gênero nos moldes das Nações Unidas?.....	35
1.4 Conclusão.....	41
 CAPÍTULO 2 A INCLUSÃO DE MULHERES NAS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ.....	43
2.1 A Evolução das Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas: novas tarefas e oportunidades para o ingresso da mulher.....	43
2.2 Das Forças Armadas Nacionais às Forças de Paz Internacionais.....	51
2.3 Em Busca de Maior Representação Numérica para as Mulheres: uma análise crítica das idéias apresentadas por órgãos e agências especializadas das Nações Unidas.....	56
2.4 Conclusão.....	71
 CAPÍTULO 3 UM ESTUDO INTERPRETATIVO DA LINGUAGEM DE GÊNERO NOS TEXTOS DA ONU.....	74
3.1 Antecedentes: Plataforma de Pequim (1995) e Plano de Ação de Namíbia (2000).....	75
3.2 Um divisor de águas: A Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000).....	79
3.2.1 Uma análise interpretativa e crítica do conteúdo da 1325 (2000).....	81
3.3 O(s) discurso(s) de gênero nos Relatórios do Secretário-Geral das Nações Unidas de 2002 a 2010.....	93
3.4 Explorando a linguagem de gênero no âmbito militar: as diretrizes do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas.....	103
3.5 Conclusão.....	105
 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112
 ANEXO I.....	123
 ANEXO II.....	128

INTRODUÇÃO

Comunicados de imprensa e declarações oficiais de representantes das Nações Unidas apontam para a necessidade de assegurar que interesses de homens e mulheres sejam levados em consideração em todas as atividades da ONU, incluindo as Operações de Manutenção da Paz (OMP). As OMPs podem ser entendidas como instrumentos de solução de conflitos aprovados e devidamente legitimados, caso a caso, pelo Conselho de Segurança. Nesse sentido, cada missão de paz tem seu tamanho, escopo de atuação e mandato definidos em função de uma mescla de fatores, entre os quais se destacam as características do conflito, o financiamento e a vontade política dos Estados-membros.

Concebidas com o ideal de ajudar países devastados por conflitos a criar condições para a paz duradoura, as OMPs vem sendo autorizadas desde 1948, com um histórico de sucessos e fracassos. Com o passar dos anos, esse instrumento internacional de solução de conflitos foi modificado, substituindo atividades estritamente militares por uma gama de tarefas multidimensionais. Civis, policiais e militares de distintos países compõem as forças de paz enviadas para países de quatro continentes.

[...] nós temos mais de 110.000 homens e mulheres em zonas de conflito ao redor do mundo. Eles vêm de aproximadamente 120 países – um número elevado nos últimos tempos, refletindo confiança nas atividades de manutenção da paz das Nações Unidas. Vêm de nações grandes e pequenas, ricas e pobres – alguns deles países recentemente afligidos por guerras. Eles trazem culturas e experiências diferentes para o trabalho, mas eles estão unidos na sua determinação de promoção da paz. Alguns estão em uniformes, mas muitos são civis e suas atividades vão além do monitoramento. Eles treinam policiais, desarmam ex-combatentes, apoiam eleições e recuperam instituições estatais. Eles constroem pontes, reparam escolas, auxiliam vítimas de enchentes e protegem mulheres de violência sexual. Eles defendem os direitos humanos e promovem a igualdade de gênero. Graças aos seus esforços, a ajuda humanitária consegue chegar e o desenvolvimento econômico pode começar (KI-MOON, 2008).¹

Considerando que não há uma tropa internacional permanente para suprir as demandas feitas à ONU, no caso específico dos militares, fica a cargo dos Estados contribuir com

¹Mensagem proferida pelo Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon, no dia 29 de maio de 2008, Dia Internacional dos Soldados da Paz. Disponível em: <<http://www.un.org/events/peacekeeping60/sgmessage.shtml>>. Acesso em: 26 jul. 2011.

membros de suas forças armadas nacionais para compor o “braço” militar² de uma OMP. Do total de 120.927 pessoas que serviam em 15 operações da ONU em 31 de dezembro de 2010, mais da metade, ou melhor, 83.993, correspondiam ao contingente militar (tropas e observadores). Ainda que funções estritamente militares não sejam as únicas desempenhadas pelos representantes da ONU em campo, os soldados são, na maioria das vezes, os primeiros a enfrentar uma situação de conflito e lidar com as tarefas mais urgentes, responsabilizando-se pelos esforços iniciais de uma missão.

Ao longo da década de 1990, as Nações Unidas começaram a relacionar questões de gênero com as OMPs. Como parte de iniciativas para fomentar o entendimento sobre o assunto, políticas e programas foram elaborados, principalmente, para a inclusão de mais mulheres nas atividades de campo. A importância da participação feminina em iniciativas de manutenção da paz tem sido justificada de diversas maneiras, desde um pacifismo natural inerente às mulheres (MOURA, 2002), passando pelas vítimas de guerra (ENLOE, 1989), até chegar às habilidades em processos de mediação e comunicação (MAZURANA et al, 2005).

O ápice dos esforços da ONU foi a publicação pelo Conselho de Segurança da Resolução 1325, em 2000, posteriormente titulada “Mulher, Paz e Segurança”. A partir desse documento, muitos acadêmicos e tomadores de decisão começaram a advogar a favor de maior presença feminina nas missões de paz, defendendo o argumento de que reconhecer os impactos diferenciados de conflitos armados em homens e mulheres e aprofundar o entendimento sobre “gênero” são passos importantes para alcançar a paz sustentável e duradoura em sociedades devastadas pela guerra (REHN; SIRLEAF, 2002, p. 3).

Sobre gênero, o estudo parte do entendimento que ideias sobre masculinidades e feminilidades são socialmente construídas, sendo diferentes das condições biológicas de machos e fêmeas. Com isso em mente, defende-se que pacotes de expectativas previamente constituídos e institucionalizados são utilizados para perpetuar um tratamento desigual concedido a homens e mulheres. As desigualdades existentes nas esferas política e socioeconômica, por exemplo, são produto de justificativas ideológicas que sustentam características fixas como sendo necessárias para o exercício de determinadas tarefas. Em linhas gerais, a presente dissertação parte da seguinte premissa básica: características emocionais e psicológicas – supostamente fixas e naturais – são construídas social e culturalmente, podendo variar no tempo e no espaço e serem utilizadas como estruturas de

²As Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas são compostas por civis, policiais e militares. O trabalho em questão analisa apenas os contingentes militares, compostos por soldados cedidos pelos Estados-membros para compor a força de paz.

significados que assinam benefícios e custos desiguais com base no gênero (STEANS, 1998, p. 10; TICKNER, 2008, p. 265).

Para resumir o exposto, de acordo com Jill Steans (2008),

Gênero não se refere ao que homens e mulheres são biologicamente, mas às relações ideológicas e materiais que existem entre eles. Os termos ‘masculino’ e ‘feminino’ não descrevem características naturais, mas são termos generificados [gender terms]. Em todas as sociedades e em todas as culturas existem certas características emocionais e psicológicas, que são consideradas relativas a ‘macho’ ou ‘fêmea’. Igualmente, enquanto sexo e gênero não coincidem naturalmente, espera-se que indivíduos biologicamente machos ou fêmeas desenvolvam naturalmente características masculinas ou femininas e se comportem de maneiras apropriadas ao gênero (STEANS, 1998, p. 10).³

A categoria de análise “gênero” foi introduzida na disciplina de Relações Internacionais pela chamada escola feminista. O feminismo é frequentemente associado à igualdade entre os sexos (STEANS, 1998, p. 14). Sendo assim, as pessoas que se autointitulam feministas sustentam que a mulheres podem usufruir os mesmos direitos que os homens e, portanto, não devem ficar em desvantagem. A partir desse entendimento, esse grupo de intelectuais defende que as mulheres devem ser reconhecidas como detentoras de dignidade humana e ter oportunidades de viver de acordo com escolhas individuais, assim como seus pares masculinos (TICKNER, 2001, p. 11). De modo geral, o termo feminismo é utilizado no singular, mas há que ressaltar que se trata de uma terminologia que traz em seu bojo uma pluralidade de vertentes, incluindo liberal, socialista, pós-moderna, entre outras. Desse modo, para simplificar o estudo, utilizam-se ao longo do texto os vocábulos feminismo e feministas indistintamente para todas as correntes que tomam gênero como categoria fundamental ao desenvolvimento da análise.⁴

Esse trabalho compartilha contribuições comuns aos feminismos, sem optar por uma vertente específica. Nesse sentido, adota-se a mesma postura de Cynthia Enloe (2004, p. 90), reconhecendo que escolher uma dentre as várias correntes feministas significa aprisionar o conhecimento em “caixas fechadas” (*boxes*). Sendo assim, ao longo da pesquisa será feita

³Tradução livre: [...] *Gender* refers not to what men and women are *biologically*, but to the ideological and material relations which exist between them. The terms ‘masculine’ and ‘feminine’ do not describe natural characteristics, but are gender terms. In all societies and in all cultures there are certain emotional and psychological characteristics, which are held to be essentially ‘male’ or ‘female’. Similarly, while sex and gender do not coincide naturally, individuals who are born as biological males or females are usually expected to develop ‘masculine’ or ‘feminine’ character and behave in ways appropriate to gender.

⁴Para uma discussão de tais diferenças ver Halliday, 1999.

menção a diversos pontos convergentes a esse grupo de intelectuais, dando ênfase à rejeição ao essencialismo⁵ e às análises que buscam romper com as amarras impostas pelo pensamento tradicional. Por exemplo: “combatentes femininas participam ativamente de conflitos armados” (ELSHTAIN, 1987; GOLDSTEIN, 2001) e “homens e meninos são vítimas de violência durante tempos de guerra” (CARPENTER⁶, 2006 apud CAMPOS, 2010). É com base nesse enfoque que a dissertação em questão pretende corroborar seus argumentos.

Tendo em mente o exposto, a presente dissertação investiga os avanços e as dificuldades em relação à aplicação da estratégia de Integração de Perspectivas de Gênero (*Gender Mainstreaming*, em inglês) nos contingentes militares das Operações de Manutenção da Paz. Para tanto, realiza-se uma análise interpretativa da linguagem de gênero utilizada nos principais documentos da ONU e se discute em que medida as ideias em prol da estratégia de Equilíbrio de Gênero⁷ contestam estereótipos convencionais, que perpetuam relações sociais desiguais e discriminatórias nas estruturas militares de uma missão de paz.

Inicialmente, para melhor compreensão do estudo, apresenta-se a definição elaborada pelo Conselho Econômico e Social da ONU, em 2000, sobre a estratégia de Integração de Perspectivas de Gênero:

processo de avaliação das implicações para homens e mulheres de qualquer ação planejada, inclusive leis, políticas ou programas, em todas as áreas e em todos os níveis. É uma estratégia para fazer com que os interesses e as experiências de homens e mulheres sejam levados em consideração no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais de modo que mulheres e homens se beneficiem igualmente e a desigualdade não se perpetue (OLSSON, 2000, p. 6).⁸

Propõem-se, então, as seguintes perguntas: a linguagem de gênero presente nos documentos da ONU estimula o pleno envolvimento de mulheres militares em todas as

⁵ A visão essencialista, considerada por muitos como “natural”, legitima uma ordem social injusta, impedindo que indivíduos pensem além de estereótipos previamente concebidos. Por exemplo, noções amplamente difundidas de que a mulher é mais pacífica, cuidadora e vulnerável são apresentadas em contraposição à imagem do homem como agente de opressão, forte e corajoso. Qualquer outro papel que fique de fora desses rótulos tende a ser silenciado e/ou discriminado pelos estudos dominantes.

⁶ CARPENTER, C. *Innocent Women and Children: Gender, Norms and the Protection of Civilians*. Aldershot: Ashgate Press, 2006.

⁷ Representação equitativa de homens e mulheres em todos os cargos associados às Nações Unidas.

⁸ Tradução livre de: Gender mainstreaming refers to the process of assessing the implications for men and for women of any planned action, including legislation, policies or programmes, in all areas and at all levels. It is a strategy for making women's as well as men's concerns and experiences an integral dimension of the design, implementation, monitoring and evaluation of policies and programmes in all political, economic and societal spheres so that women and men benefit equally and inequality is not perpetuated.

atividades de manutenção da paz, rompendo com ideias previamente concebidas sobre as posições a serem ocupadas por elas? Em que medida as justificativas apresentadas para a inclusão de mulheres contribuem para avançar no processo de Integração de Perspectivas de Gênero nos contingentes militares das missões de paz?

Por hipótese, tem-se que o comprometimento da ONU tem sido no sentido de adicionar mais mulheres aos espaços altamente masculinizados e militarizados das missões de paz, porém sem problematizar – nos textos oficiais publicados – as barreiras ideológicas impostas à participação *plena* de mulheres em todos os cargos e funções *vis à vis* seus pares masculinos. Argumenta-se, portanto, que a linguagem utilizada nos documentos (i) reafirma estereótipos de gênero, cristalizando o perfil da mulher como vulnerável e pacífica – por conseguinte o homem aparece como forte e agressivo – e (ii) delimita previamente nos textos as funções a serem desempenhadas por elas com base nessas características.

Estrutura do trabalho

Os discursos da ONU abordam o assunto “gênero nas operações de paz” de duas maneiras distintas. A primeira, e mais comum, trata do relacionamento dos soldados da ONU com a comunidade local. Para tanto, os documentos chamam atenção para o fato de que os representantes da ONU devem estar atentos para os impactos diferenciados dos conflitos em homens e mulheres, bem como para possíveis construções de gênero durante e após disputas armadas. A segunda abordagem se refere à inclusão de mulheres e sua maior participação nas missões de paz. Reconhecendo a complexidade para se trabalhar com duas abordagens amplas, para fins didáticos e não a critério de importância, optou-se pela escolha do segundo enfoque para o desenvolvimento da pesquisa.

Para auxiliar a verificação da supracitada hipótese, recorre-se à análise textual da Resolução 1325 do Conselho de Segurança, dos relatórios do Secretário Geral (2002-2010), dos informes de agências especializadas e das diretrizes do Departamento de Operações de Manutenção da Paz (DPKO). A Resolução 1325 (2000) constitui um marco de referência nos estudos feministas e de gênero, visto que pela primeira vez o Conselho de Segurança entrelaçou temas outrora tratados como distintos: segurança e gênero. Os Relatórios produzidos pelo Secretário Geral da ONU são igualmente essenciais para a análise proposta, porque oferecem atualizações anuais sobre o progresso de implementação das diretrizes

expostas na Resolução 1325. Por fim, as diretrizes⁹ voltadas para militares e os informes produzidos por agências vinculadas às Nações Unidas aproximam o estudo do que acontece em campo, oferecendo informações não-confidenciais que o DPKO dispõe sobre a temática.

Sendo assim, com o intuito de ler o que está implícito nas entrelinhas, pretende-se colocar em xeque o que é amplamente considerado como aceitável, trivial ou natural, ou seja, questionar o que é supostamente autoexplicativo quando se trata da percepção que se tem das mulheres militares nas missões de paz (KRONSELL, 2006, p. 110). Tomam-se como base da investigação alguns trechos extraídos na íntegra dos mencionados documentos, de modo a identificar as inconsistências textuais e ampliar a compreensão sobre os termos utilizados.

É necessário cercar os conceitos críticos com um discurso cuidadoso e completo para marcar as condições, o meio, e os limites da sua eficácia e designar rigorosamente sua íntima relação com a máquina, cuja desconstrução eles permitem; e, no mesmo processo, designar a fenda por meio da qual o ainda indescritível brilho pode ser vislumbrado além do fecho (DERRIDA, 1974, p. 14 apud SHEPHERD, 2002, p. 27).

O método de observação¹⁰ também é central nessa investigação. As informações que embasam o trabalho foram obtidas por meio de conversas informais e observação de diálogos de terceiros, principalmente, no Seminário do *Pearson Peacekeeping Centre* e da Escola Nacional de Operações de Paz do Uruguai sobre Desafios Transversais para Operações de Paz Contemporâneas (2010); no Curso de Estratégia de Políticas de Defesa do *Center for Hemispheric Defense Studies* (2011), e na Conferência Sub-Regional do Chile promovida pelo *Center for Hemispheric Defense Studies* e Ministério da Defesa do Chile (2011). Nesses espaços de discussão, militares e civis – muitos com histórico de participação *in loco* em missões de paz – expuseram seus pontos de vista, articularam suas ideias sobre os conceitos analisados nesse trabalho e contestaram uns aos outros. Nesse sentido, parte do material que pautou o estudo em questão é derivado das observações extraídas desses eventos. Esse trabalho reconhece a necessidade de aprimorar a discussão por meio de entrevistas diretas, com

⁹ Em grande medida, esse é o único acesso do público às contribuições dos países com tropas em missões de paz – em termos de pessoal, financeiro e material. Isso acontece, pois as informações pertinentes ao processo de seleção, treinamento e funções dos militares em território estrangeiro ficam armazenadas nas instituições castrenses nacionais e, nem sempre, os investigadores possuem fácil acesso a elas. Sendo assim, os documentos oficiais possuem valor inegável para iluminar os esforços da ONU no que concerne à inclusão de questões de gênero nas operações de paz.

¹⁰ Para mais informações sobre o método utilizado, ver: COHN, C. *Motives and methods: using multi-sited ethnography to study US national security discourses*. In: ACKERLY, B. A.; STERN, M.; TRUE, J. **Feminist Methodologies for International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

mulheres que serviram – ou servem – em missões de paz e acredita que um estudo com essa abordagem seria de grande contribuição para a academia. Contudo, isso vai além dos objetivos da pesquisa no momento.

Ainda, optou-se pela utilização de fontes que tenham sido publicadas diretamente pelas agências e/ou entidades vinculadas às Nações Unidas. Dessa forma, foram escolhidos alguns relatórios que tinham como fundamento seminários e/ou entrevistas: *Peace and Security Handbook* (2010)¹¹; *Policy Dialogue to Review Strategies for Enhancing Gender Balance among Uniformed Personnel in Peacekeeping Missions* (2006)¹²; *Ten-year Impact Study on Implementation of UN Security Council Resolution 1325 (2000) on Women, Peace and Security* (2011)¹³; *Women, War, Peace* (2002)¹⁴ e *Women with a Blue Helmet* (2010)¹⁵. Serão, ainda, utilizadas nesse estudo fontes secundárias como livros e artigos acadêmicos de especialistas em gênero, por exemplo: Enloe, 1989, 2000 e 2004 ; Elshtain, 1987; Puechguirbal, 2010; Steans, 1998; Tickner, 1992 e 2001 etc.

O recorte temporal escolhido para a análise dos textos será de 2000 a 2010. Optou-se pelo ano 2000 como início da pesquisa devido à publicação da Resolução 1325 (2000) pelo Conselho de Segurança, que trata ineditamente da participação da mulher em um plano de igualdade nos processos de paz. A investigação se estende até 2010, ano que se encontra com o final da dissertação .

Os mencionados documentos publicados por órgãos e agências especializadas das Nações Unidas, bem como os estudos não-oficiais que os tomam como base, são transmitidos aos Estados-membros com o propósito de sensibilizá-los em relação às questões de gênero. De fato, a ONU pressiona os centros de formação nacionais para que incluam módulos sobre

¹¹ BUTLER, M.; MADER, K.; KEAN, R. **United Nations Reform: Improving Peace Operations by Advancing the Role of Women**. Genebra: Women in International Security (WIIS), 2010. Disponível em: <<http://wiis.georgetown.edu/41012.html>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

¹² ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Departamento de Operações de Manutenção da Paz. **Policy Dialogue to Review Strategies for Enhancing Gender Balance among Uniformed Personnel in Peacekeeping Missions**. Relatório Final, 2006.

¹³ ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Departamento de Operações de Manutenção da Paz e Departamento de Apoio de Campo. **Ten-year Impact Study on Implementation of UN Security Council Resolution 1325 (2000) on Women, Peace and Security in Peacekeeping**. Relatório Final, 2011. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/10year_impact_study_1325.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2011.

¹⁴ REHN, E.; SIRLEAF, E. J. **Women, War, Peace: The Independent Expert's Assessment on the Impact of Armed Conflict on Women and Women's Role in Peace-Building**. New York: United Nations Development Fund for Women, 2002.

¹⁵ UNITED NATIONS INTERNATIONAL RESEARCH AND TRAINING INSTITUTE FOR THE ADVANCEMENT OF WOMEN. **Women with a Blue Helmet: The Integration of Women and Gender Issues in UN Peacekeeping Missions**. 2010. Disponível em: <http://www.peacewomen.org/assets/file/Resources/UN/unbalpk_integrationwomengenderunpeacekeeping_instraw_aug_2010.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2010.

“gênero” nos treinamentos oferecidos a militares que têm pretensões de servir em missões de manutenção da paz. O material exposto nesse trabalho, em grande medida, fundamenta os pedidos feitos pela ONU aos países-membros. Por exemplo: menções à estratégia de Integração de Perspectivas de Gênero são feitas em memorandos, informes, cartas oficiais, entre outros instrumentos intercambiados com os escritórios nacionais. Sendo assim, é válido jogar luz sobre a linguagem de gênero que permeia os textos analisados, oferecendo uma interpretação analítica a um assunto relevante tanto para a academia, como para as Nações Unidas. As críticas são desenvolvidas com base na ideia de que o viés essencialista afeta tanto a produção de conhecimento no mundo acadêmico, como também possui efeitos na agenda de organizações internacionais e na implementação de políticas específicas desenvolvidas em tempos de crise (CARPENTER, 2006 apud PUECHGUIRBAL, 2010).

A dissertação foi dividida em três capítulos, complementados pelas considerações finais. O primeiro capítulo busca mostrar que questões de gênero tiveram espaço na disciplina de Relações Internacionais após o final da Guerra Fria, bem como apresentar uma síntese das principais ideias de pesquisadoras – em sua maioria declaradamente feministas – que trabalham com “gênero”. Com isso, pretende-se fazer uma revisão bibliográfica, que servirá como base para o desenvolvimento dos argumentos propostos nos capítulos seguintes.

Após revisitar algumas das obras que tomam “gênero” como categoria central de análise, o estudo prossegue, no segundo capítulo, com a apresentação de uma breve descrição sobre a evolução das Operações de Manutenção da Paz, dando ênfase às novas tarefas e oportunidades para o ingresso da mulher. Em seguida, dedica-se espaço para discorrer sobre a participação das mulheres nas forças armadas à luz das teorias feministas e de gênero analisadas no primeiro capítulo. Por fim, com base em estatísticas numéricas e informes de órgãos e agências especializadas vinculadas às Nações Unidas, será feita uma análise interpretativa dos dados e textos apresentados. Serão exibidos números que reflitam a incorporação de mulheres militares nas operações de paz a partir de 2005, pois a ONU só começou a desagregar dados por sexo a partir desse ano. Será, ainda, exposta uma tabela com as habilidades e/ou competências que, de acordo com os documentos da ONU, as mulheres adicionam às missões de paz.

O terceiro capítulo, por sua vez, é dedicado à análise textual da Resolução 1325, dos Relatórios do Secretário Geral (2002-2010) e das diretrizes do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas, com foco para aquelas elaboradas para os militares. Objetiva-se mostrar de que maneira conceitos-chave estão articulados de tal modo que não contestam os

significados que determinam as posições ocupadas por pessoas de acordo com seu sexo. Por fim, a conclusão discute os pontos principais levantados ao longo do trabalho, contestando o que aparenta ser “normal” ou “natural” na linguagem de gênero utilizada pelas Nações Unidas.

CAPÍTULO 1 CONTEXTUALIZANDO O ESTUDO: MARCO DE REFERÊNCIA E CONCEITOS GERAIS

A disciplina de Relações Internacionais (RI) se desenvolveu, a partir do final da Primeira Guerra Mundial, com base nos estudos das relações entre Estados soberanos. O fim da Guerra Fria, porém, trouxe uma oportunidade outrora inimaginável para o questionamento de modelos explicativos sobre o comportamento estatal, que se propunham objetivos e universais. Assim, a partir da década de 1990, surgem várias abordagens teóricas, fornecendo fontes intelectuais para múltiplas e divergentes análises críticas acerca de noções convencionais, tais como anarquia, poder e Estado.

É nesse contexto do debate teórico contemporâneo, repleto de contestações epistemológicas e ontológicas, que surgem as perspectivas feministas na disciplina de RI. Em linhas gerais, esse grupo de intelectuais defende que os conceitos-chave e as ideias desenvolvidas na teoria política e social contribuem para a reprodução de relações desiguais nas sociedades. Em decorrência desse entendimento, elas vislumbram a possibilidade de apresentar ferramentas teóricas e analíticas para fornecer uma visão de mundo alternativa ao que fora proposto pelas correntes dominantes. Ideias como as de gênero, por exemplo, são incorporadas à disciplina de RI, deslocando os estudos para lugares até então “silenciados”.

Usando o conhecimento como meio de romper as amarras impostas pelas teorias convencionais, começou-se a examinar os efeitos da guerra na mulher, questionar o mito de que os homens protegem e as mulheres são protegidas, e atentar para a ação feminina, principalmente em atividades outrora predominantemente masculinas, a exemplo de movimentos guerrilheiros, terrorismo e mecanismos de solução de conflitos.

Tendo essas considerações iniciais em mente, a proposta deste capítulo é analisar a contribuição dos estudos de gênero para os debates contemporâneos de segurança internacional. Para tanto, busca-se acompanhar a trajetória da entrada das perspectivas feministas nos debates acadêmicos de Relações Internacionais e mostrar que as ferramentas teóricas e analíticas incorporadas permitiram, na ordem do pós-Guerra Fria, romper com visões estanques, revelando os diferentes lugares ocupados por mulheres e homens.

Para cumprir com o objetivo elencado, isto é, avaliar a incidência dos estudos de gênero na disciplina de segurança internacional, divide-se este capítulo em três partes. A primeira delas apresenta uma breve contextualização do desenvolvimento dos estudos de segurança, com vistas a compreender melhor a incorporação da categoria gênero a partir da década de

1990. Para tanto, realiza-se um levantamento dos principais eventos históricos que engendraram mudanças profundas nos estudos de segurança internacional. Além disso, destaque especial é dado às contribuições feministas trazidas a essa subárea. Com isso, busca-se visualizar de forma sistemática os questionamentos centrais trazidos à tona e revelar como a categoria de análise “gênero” foi e ainda está sendo incluída aos poucos nos debates acadêmicos.

Para complementar o estudo, na seção seguinte são apresentados alguns conceitos citados ao longo do texto e que se fazem essenciais para o debate que se seguirá nos próximos capítulos. Assim, faz-se referência à categoria de análise “gênero”, enfatizando que o conceito difere do que se entende por sexo. Em seguida, dedica-se espaço à análise dos significados atribuídos pelas Nações Unidas às expressões “Igualdade de Gênero”, “Equilíbrio de Gênero” e “Integração de Perspectivas de Gênero”, utilizadas vastamente nos documentos oficiais da Organização.

Após essas noções introdutórias, com um entendimento mínimo acerca da evolução dos estudos de segurança internacional e das definições dos supracitados conceitos de acordo com a ONU, será possível discutir a inclusão das mulheres nas Operações de Manutenção da Paz e, em seguida, buscar compreender os avanços e as dificuldades relativas à adoção e aplicação de ideias de gênero nas atividades dos componentes militares.

1.1 Perspectivas feministas nos estudos de Segurança Internacional: a abertura do campo às questões de gênero

Motivados pela necessidade de entender as causas dos conflitos internacionais e de propor medidas para evitá-los, os estudiosos do período posterior à Primeira Guerra Mundial se debruçaram sobre questões relativas à violência e à segurança. Para os primeiros pensadores, as guerras eram concebidas como disputas entre homens, resolvidas por homens e contadas por homens (GRANT, 1992, p. 83). Com foco excessivo neste fenômeno essencialmente masculino, a experiência das mulheres foi silenciada na disciplina de Relações Internacionais, repetindo o que já havia acontecido em outras áreas, tais como História, Filosofia, Direito e Ciência Política.

No que concerne especificamente à Segurança Internacional, pode-se dizer que houve forte resistência à incorporação das questões de gênero desde o início do desenvolvimento desta subárea de Relações Internacionais, ao final da Segunda Guerra Mundial. Para os realistas, que dominaram durante muito tempo os estudos nesse campo, as questões de segurança estão intimamente relacionadas à soberania e à proteção das fronteiras nacionais. Segundo Stephen Walt (1991, p. 212), por exemplo, segurança é definida como “o estudo da ameaça, uso e controle da força militar”. Lawrence Freedman (1998, p. 48), por sua vez, reforça a ideia ao propor que o supracitado conceito se refere às questões da força, mais especificamente às condições que encorajam ou desencorajam a violência organizada nas questões internacionais e à condução de todos os tipos de atividade militar. Pode-se dizer, portanto, que tais definições privilegiam o estudo do Estado enquanto “caixa preta”, isto é, não problematizam o que acontece dentro das fronteiras estatais.

A emergência da Guerra Fria, caracterizada de modo sucinto pela rivalidade entre Estados Unidos (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), e o desenvolvimento das armas nucleares (NYE e LYNNE-JONES, 1988, p. 8) impulsionaram a proliferação de novas formas de apreender a “segurança internacional”, dando margem para o surgimento de debates acadêmicos envoltos pelos aspectos estratégicos da tecnologia nuclear. Durante o período que abarca os anos de 1955 a 1965, chamado de “Anos Dourados” (BALDWIN, 1995; FREEDMAN, 1998; WALT, 1991), predominam os trabalhos focados no estudo da manipulação da ameaça e da projeção da força como meio de assegurar a estabilidade do equilíbrio nuclear (BALDWIN, 1995, p. 124).

As preocupações com questões de energia nuclear diminuíram com o aparente desaparecimento do perigo de um confronto com uso de armas nucleares e a complexidade de uma guerra “quente” no Vietnã. A crise dos mísseis em Cuba, no começo da década de 1960, e a dificuldade encontrada pelos norte-americanos nas disputas com os vietnamitas provocaram relativa perda de interesse na produção de trabalhos voltados para questões nucleares. Ainda, temas como interdependência econômica, pobreza nos países do Terceiro Mundo, violação de Direitos Humanos e problemas ambientais começaram a ganhar destaque nas décadas de 1970 e 1980, colocando em xeque a visão estadocêntrica defendida pelos teóricos do paradigma dominante. Assim, assuntos antes considerados de domínio doméstico passaram a ser discutidos no plano internacional, mostrando que as teorias dominantes de Relações Internacionais já não explicavam satisfatoriamente o cenário mundial.

Em resposta às críticas colocadas ao realismo, Kenneth Waltz se propõe a estabelecer um modelo rigoroso para a análise da política internacional, resguardando as premissas básicas e oferecendo bases mais científicas aos estudos clássicos. Com a publicação do livro *Theory of International Politics* (1979), incorporam-se novos paradigmas às disciplinas de RI, como o neo-realismo ou realismo estrutural. Nessa publicação, Waltz deixa claro que os eventos de política internacional devem ser entendidos à luz das causas sistêmicas, e não das unidades políticas. Sendo assim, no contexto da Guerra Fria, o equilíbrio de poder é produto do sistema (anarquia) e independente do comportamento das unidades políticas (Estados). O trabalho waltziano concede, portanto, um rigor mais científico aos estudos da época, numa tentativa de manter a superioridade das teorias do *mainstream*.

Do exposto, percebe-se que os instrumentos analíticos e teóricos disponíveis priorizavam uma única dimensão política, qual seja: as atividades das grandes potências no ambiente anárquico (COSTA, 2008, p. 31-32). Os neo-realistas, nesse sentido, ignoraram a pluralidade dos atores internos ao sistema, bem como as várias formas pelas quais se relacionavam (COSTA, SÉLIS, SOARES, 2009, p. 215-216). No que concerne aos estudos de gênero, conclui-se que eles continuaram marginalizados na subárea de Segurança Internacional.

Com a invasão soviética ao Afeganistão, em 1979, e a eleição de Ronald Reagan, em 1980, ressurgem as tensões da Guerra Fria. Encerra-se, então, o período de suposta calmaria no plano internacional, comumente chamado de *détente*. O confronto nuclear entre EUA e URSS voltou a ser uma possibilidade, o que instigou maior interesse acadêmico pelos estudos de segurança, isto é, pelas questões militares. Stephen Walt (1991, p. 216-222) chama de “renascimento” esse período de renovado estímulo, caracterizando-o pela incorporação de elementos trazidos da história, psicologia e teoria organizacional para temas conhecidos, tais como teoria da dissuasão e política das armas nucleares.

A dissolução da União Soviética e, conseqüentemente, o fim pacífico da Guerra Fria, impactaram profundamente a disciplina de RI no início da década de 1990. Representantes de paradigmas dominantes não conseguiram elaborar respostas suficientes para explicar tanto o fim da bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética quanto o colapso não-belicoso desta última. A insatisfação generalizada com os instrumentos analíticos dispostos pelas teorias do *mainstream* criou espaço favorável para a entrada de novos programas de pesquisas e discursos acadêmicos nas RI.

Nessa direção, as abordagens pós-positivistas, críticas ao pensamento tradicional, começaram a questionar de maneira mais enfática as premissas centrais das teorias convencionais, tidas como objetivas e de validade universal. Assim, surgem perspectivas contestadoras dos modelos explicativos, com tipologias e classificações específicas, e que entendem o conhecimento como mutável em razão da evolução da sociedade. Dentre as teorias pós-positivistas que ganharam mais proeminência na disciplina de RI estão: o construtivismo, a teoria crítica, o pós-modernismo e as teorias feministas.

Yosef Lapid (1989), em seu artigo *The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era*, alude aos esforços teóricos que se apresentam como alternativas às abordagens clássicas. Proposições antes inquestionáveis foram colocadas em xeque, refletindo o colapso da ortodoxia positivista. Nesse sentido, o pós-positivismo resgata a possibilidade de múltiplas opções teóricas – não necessariamente um campo homogêneo – em detrimento de uma única via apresentada pelo racionalismo. Lapid problematiza, ainda, a centralidade das questões de política/militar nas RI. Para o autor, a disciplina deveria abarcar os vários “endereço” identificados com o internacional, por exemplo: o meio ambiente, a economia, o gênero, as identidades, entre outras. Sendo assim, a contestação dos pressupostos positivistas é totalmente válida na medida em que joga luz sobre novas fontes de conhecimento e valoriza a heterogeneidade.

Partindo do mesmo raciocínio, R. K. Ashley e R. B. J. Walker (1989) criticam a ênfase excessiva em torno da soberania de discursos calcados na lógica de Vestfália, justamente o que imperou durante o desenvolvimento da disciplina. Em 1648, estabeleceu-se que as relações seriam entre Estados nacionais e, desde então, as RI ficaram concentradas nesse aspecto. Os autores apontam que o Estado e a anarquia são conceitos dados e aceitos como naturais pela sociedade. Iludidos pelas práticas discursivas, negligenciamos o fato de que os estudos internacionais são possíveis para além dos Estados. Nesse sentido, pode-se dizer que Ashley e Walker consideram produtivo o redirecionamento da disciplina, visto que a dissidência permitiria aos indivíduos superarem a lógica da soberania e enxergar alternativas mais condizentes com as diferentes realidades e os diferentes mundos que possam existir.

Os questionamentos à ortodoxia positivista, que atingiram as Ciências Sociais e no interior dessas, a disciplina de RI, impactaram os estudos de Segurança Internacional, dando início a um processo de reavaliação dos limites teóricos presentes nas análises sobre a temática. Sem o pano de fundo do conflito bipolar, eventos como o declínio relativo da economia norte-americana, as duas crises do petróleo, as ameaças transnacionais, as guerras

intraestatais e os problemas ambientais redirecionaram o foco de alguns estudiosos para as ameaças não-convencionais (BUZAN, 1997; BALDWIN, 1995; FREEDMAN, 1998; ULLMAN, 1983). Com o surgimento de uma nova configuração da ordem mundial, no início da década de 1990, iniciaram-se os debates em torno do futuro dos estudos de segurança.

De acordo com Barry Buzan (1997, p. 5), as discussões sobre a ampliação da agenda de segurança internacional podem ser fragmentadas em três escolas teóricas, sendo elas: (i) tradicionalista, (ii) abrangente e (iii) crítica. De modo geral, pode-se dizer que os tradicionalistas argumentam que os estudos de segurança continuam relevantes, mas sua antiga preocupação apenas com a questão nuclear já não é totalmente válida, pois novas questões relativas à segurança emergiram. Apesar dessa constatação, os tradicionalistas defendem que o poder militar continua sendo o elemento central da política internacional (WALT, 1991).

Em via oposta, a escola abrangente justifica a necessidade da ampliação da agenda de segurança pela existência de ameaças não-militares. Assim, o conceito de segurança deveria ser redefinido de modo a incluir ameaças oriundas de cinco setores: militar, ambiental, econômico, social e político (BUZAN, 1997). Outro ponto importante diz respeito ao reconhecimento do processo de securitização como ato de fala. Uma questão é compreendida no campo da segurança como ameaça, não por causa da existência de uma ameaça real, mas porque foi apresentada a uma audiência e aceita por esta como tal.

Por fim, a escola crítica sustenta que o conhecimento é um processo social, devendo colaborar para a emancipação humana. Nesse sentido, faz-se necessário questionar o falso naturalismo dos estudos de segurança tradicional, que assumem que o mundo social pode ser tratado como objetivo. Seguindo o raciocínio, critica-se a ideia de que o teórico é simplesmente um observador imparcial, que tem o papel de observar e analisar uma realidade “lá fora”. Ou seja, as decisões são tomadas pelo ser humano, que não se dissocia do mundo o qual pretende explicar.

É nesse momento de pluralismo intelectual que as feministas vislumbram a possibilidade de incorporar suas perspectivas ao debate nas Relações Internacionais e, no interior dessa, na subárea de Segurança Internacional. Tomando como base a mencionada distinção entre as três escolas teóricas, proposta por Buzan, pode-se dizer que as feministas estão mais próximas da escola crítica, pois contestam a objetividade e universalidade de concepções pré-dadas, e exploram o conhecimento socialmente mutável. É importante atentar,

entretanto, para o fato de que essa proximidade não significa a inclusão das abordagens feministas na produção científica dos teóricos críticos (TICKNER, 2001, p. 48).

A peculiaridade dos estudos feministas reside na escolha do gênero como categoria central de análise. Esse grupo de intelectuais defende que a disciplina de RI foi concebida por meio de um conjunto de distinções binárias (ordem e desordem; dentro e fora), que delimitou os assuntos legítimos a serem abordados pelos estudiosos da área. Por exemplo, os estrangeiros, assim como as mulheres, são frequentemente retratados como o “outro”. Os não-brancos e os países do Terceiro Mundo são descritos como irracionais, emocionais e instáveis, características que também são atribuídas às mulheres. Assim, a construção do discurso e a forma pela qual somos ensinados a pensar sobre a política internacional têm semelhança com a maneira pela qual somos socializados a compreender as diferenças de gênero, isto é, o “eu” em detrimento do “outro”; a identidade masculina superior à identidade feminina (TICKNER, 1992, p. 9).

A partir desse entendimento, as feministas, primeiras defensoras da necessidade de utilização da categoria de análise “gênero”, sustentam que grande parte dos estudos internacionais é tomada por suposições que enaltecem o sexo masculino e inferiorizam o feminino. Sendo assim, elas argumentam que as premissas explicativas sobre política internacional foram construídas com base nas interações entre indivíduos do sexo masculino. Nesse contexto, a história é feita com base na “história dos homens”, enquanto as mulheres não têm conexões com a prática da política, sendo confinadas à periferia e sistematicamente excluídas do poder.

Nesse sentido, as ideias construídas sobre “masculino” e “feminino” delimitam o lugar supostamente natural e permanente a ser ocupado por homens e mulheres nas sociedades. A imagem do masculino recebe mais valor social e é associada ao espaço público, no qual predominam características tais como racionalidade, força física, honra e coragem (STEANS, 1998, p. 10). Por outro lado, a imagem do feminino é automaticamente atrelada ao espaço privado, onde a mulher desempenha papéis de dona de casa, reprodutora e esposa (KENNEDY-PIPE, 2010, p. 77-79).

As feministas insistem que ao tomar o homem como único ator no âmbito da política internacional, os teóricos do *mainstream* da disciplina de RI ignoram as dinâmicas sociais, constitutivas dos fenômenos internacionais, e concedem uma visão parcial da realidade. De acordo com Cynthia Enloe, no livro *Bananas Beaches and Bases* (1989), é possível identificar relações *generificadas* de poder tanto em aspectos tradicionais da segurança nacional – bases

militares e diplomacia – como em atividades não-convencionais – turismo sexual e movimentos pela paz. Os assuntos de política internacional, nesse sentido, não estão restritos à alta política, tampouco são domínios exclusivamente dos homens.

Para a autora feminista, os papéis desempenhados pelas mulheres – prostitutas, camareiras, aeromoças, mulheres de diplomatas, dentre outras – sustentam as práticas que constituem os fenômenos internacionais. Em um dos exemplos, Enloe (1989, p. 67) atenta para o fato de que as bases militares, localizadas em países estrangeiros, estão suscetíveis a ataques, caso a presença dos soldados seja vista como ofensiva pela população nativa. Para que isso não aconteça, a autora mostra que as forças armadas recorrem às complexas relações entre homens e mulheres, bem como às ideias sobre masculinidade e feminilidade existentes na sociedade local. A presença de esposas e crianças seria utilizada pelos comandantes para sustentar as atividades diárias dos soldados, visto que as convenções de gênero contribuiriam para transformar a base militar em uma comunidade, resistente a influências externas (ENLOE, 1989, p. 72).

Com esse argumento, Enloe fornece arcabouço empírico para contestar a exclusão das mulheres nos discursos de segurança internacional, mostrando a relevância da categoria gênero para desafiar explicações pautadas no Estado. A autora joga luz sobre o lugar – importante – ocupado pelas mulheres quando se trata do funcionamento de uma base militar situada no exterior. Nesse caso, a chegada e aceitação dos soldados estrangeiros pela comunidade local – essencial para a manutenção de alianças militares entre governos – dependem tanto de questões tradicionais (doutrina estratégica e respeito à soberania territorial), como de políticas sexuais. Nesse sentido, se as mulheres desempenham papéis de esposa e os homens entendem que a presença delas significa estabilidade emocional e bom comportamento social, então as mulheres podem ser vistas como recurso fundamental para a motivação dos soldados.

De fato, a mulher sempre participou do sistema de segurança, porém na maior parte das vezes às margens das funções tidas como principais. Para Joshua S. Goldstein (2001, p. 59), é sabido que as mulheres apoiam e participam nas guerras de inúmeras maneiras. Contudo, a relação entre masculinidade e guerra implica que os homens tenham seus feitos registrados e a participação feminina seja negligenciada. Assim, apesar de desempenhar funções cruciais para o bom funcionamento do sistema militar – enfermeiras, espiãs,

mensageiras, combatentes e “esposas” – a subordinação define o relacionamento das mulheres com os militares.¹

Conclui-se, do exposto, que as mulheres e suas experiências foram silenciadas nos processos de construção de teorias e dos debates acadêmicos desde a gênese da disciplina e, em seu interior, o mesmo aconteceu para a temática de segurança internacional. A visão de mundo dominante, calcada em assunções realistas, desconsiderou as abordagens feministas de modo que as complexidades da política mundial fossem reduzidas às relações entre Estados soberanos.

No que concerne às contribuições feministas para o debate em torno da agenda de segurança, pode-se dizer que esse grupo de intelectuais contesta a visão tradicional que associa discussões de segurança internacional com assuntos de guerra. A análise feminista coloca em xeque o papel da instituição estatal enquanto provedora da segurança, com o argumento de que o indivíduo está sujeito a múltiplas fontes de insegurança – física e estrutural – dentro de seu próprio país. O Estado, por vezes, ignora o bem-estar da população, oprime os marginalizados e, em alguns casos, não detém os instrumentos necessários para preservar a coesão interna e proteger as fronteiras territoriais.

Nos conflitos armados atuais, mulheres e homens têm experiências, necessidades e perspectivas diferentes dos conflitos. As mulheres são mais vulneráveis ao estupro², abuso sexual, sequestro, escravidão e deslocamento. Não há como negar, tampouco, que os homens são mutilados e violentados sexualmente, apesar do assunto ser pouco discutido. Mulheres e homens são alvos de violência sexual baseada no gênero e sofrem com a perda de propriedades, crises econômicas, medo, humilhação e ostracismo. Dado esse contexto, as feministas das Relações Internacionais argumentam que é impossível continuar a avaliar a segurança meramente em função de aspectos militares. Jill Steans (1998, p. 23) propõe a redefinição do termo, de modo que “segurança” esteja associada à diminuição de todas as formas de violência, incluindo a física, estrutural e ecológica. Ann Tickner (2001, p. 48), por sua vez, argumenta ser necessário “ir além das estruturas estatais e adotar o conceito de gênero para entender como as estruturas sociais desiguais, particularmente as hierarquias de

¹É interessante observar que antes da formação do exército moderno, e mesmo em conflitos depois dessa formação, como na Guerra do Paraguai, a logística da guerra (refeições, banhos, tratamento de doentes, sexo, lavagem de uniformes, etc.) era garantida pelas mulheres, muitas vezes companheiras dos soldados (esposas).

²Em guerras primitivas as mulheres eram consideradas como objeto de ataque direto, pois era essencial aos guerreiros garantir que seus inimigos fossem eliminados em quantidade numérica, o que implicava a extinção da fonte que daria origem a novos guerreiros rivais, nesse caso a mulher.

gênero, impactam negativamente a segurança de indivíduos e grupos”. Para tanto, busca-se chamar atenção para o que é silenciado quando a categoria gênero é ignorada.

Tendo em vista essas premissas centrais, ressalta-se que o compromisso das teorias feministas para com a disciplina de RI é aproveitar o momento oportuno de questionamentos críticos e reexaminar as suposições positivistas, imbuídas de afirmações de neutralidade e de fronteiras artificiais. Apesar de ser frequente a utilização do termo “feminismo” no singular, há que ressaltar que não se trata de um corpo coeso. Referir-se ao feminismo como um conceito homogêneo implica ignorar as múltiplas versões de teorias que podem ser identificadas. Nesse sentido, existem vários tipos de feminismo – liberal, marxista, socialista, pós-moderno, pós-colonial, etc. Dada essa diversidade intelectual, torna-se árdua a tarefa de definir uma agenda comum a todas as feministas. Sabe-se, porém, que elas partilham de uma preocupação central, qual seja: questionam a suposta natureza neutra da disciplina de RI em relação ao gênero. De acordo com Tickner (1992), citando Sarah Brown³,

a teoria feminista das relações internacionais é um ato de comprometimento político para entender o mundo a partir da perspectiva dos socialmente subjugados. ‘Existe a necessidade de identificar a relação ainda não especificada entre a construção do poder e a construção do gênero nas relações internacionais’. Reconhecer, como a maioria das teorias feministas, que essas hierarquias são socialmente construídas também nos permite prever as condições necessárias para sua transcendência (TICKNER, 1992, p. 19).

Então, parte-se do entendimento de que, “as noções de gênero são uma arquitetura social, cuja qualidade intersubjetiva é muitas vezes encoberta por uma abordagem pautada em critérios pretensamente naturais, num trabalho de constante legitimação do *status quo*” (COSTA, SÉLIS, SOARES, 2009). Assim, as feministas insistem que a disciplina de RI é cega em relação ao gênero e, por isso, têm como propósito desvendar as hierarquias de gênero mascaradas pelo pensamento tradicional.

Percebe-se, pois, que a literatura tradicional de segurança historicamente excluiu as questões de gênero. Assim, o impacto dos estudos feministas nesta subárea foi tardio e ocorreu a partir das propostas de ampliação da agenda de segurança internacional, no pós-Guerra Fria. O questionamento da ortodoxia positivista, centrada no modelo estadocêntrico e

³ BROWN, S. Feminism International Theory and International Relations of Gender Inequality. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 17, n. 3, p. 461-475, 1988.

militarizado de segurança, abre espaço para a visibilização de outras formas de violência contra o indivíduo. Por meio da expansão da agenda tradicional de segurança, cria-se um espaço discursivo para a entrada das questões de gênero – mais especificamente, dos estudos que tomam esse conceito como instrumento analítico – nas relações internacionais (VÄYRYNEN, 2000, p. 136). É nesse momento, então, que alguns intelectuais das RIs começam a levar em consideração o conceito de gênero, atentando para as contribuições trazidas pelas perspectivas feministas à disciplina. Mas, afinal, o que se entende por gênero?

1.2 A categoria de análise “gênero”

Em toda sociedade existem atitudes e valores que diferenciam o que é ser “homem” do que é ser “mulher”. Essas diferenças são construídas socialmente e variam de acordo com fatores como idade, religião, classe social, dentre outros (CHARLESWORTH; CHINKIN, 1991, p. 614). Dessa forma, pertencer ao gênero masculino significa que o homem deve agir e se comportar de acordo com o papel que a sociedade atribuiu a ele. O mesmo raciocínio se aplica à mulher.

Portanto, os indivíduos aprendem como agir, na esfera pública e privada, de modo a pertencer ao gênero masculino ou feminino, tal como definido socialmente. Assim, a sociedade define os papéis, as responsabilidades e os privilégios dados aos homens e às mulheres (REHN; SIRLEAF, 2002, p. 25). Tais papéis, responsabilidades e privilégios, contudo, geram relações de poder eventualmente desiguais dentro da própria sociedade. De modo geral, as mulheres estão em situações de desvantagem se comparadas a homens do mesmo nível econômico e social, e no que diz respeito ao acesso a recursos materiais e a direitos individuais e sociais (KRILL, 1985).

Assim, tem-se que as ideias sobre masculinidade e feminilidade são construídas de acordo com o contexto cultural, político, econômico e social de cada comunidade. Tradicionalmente, as convenções de gênero foram tidas como naturais, isto é, dadas de acordo com o sexo do indivíduo. Atualmente, entretanto, percebe-se um movimento em direção ao entendimento dessas questões como sendo pacotes de expectativas que foram criados por meio de decisões específicas, tomadas por pessoas específicas e mantidas por meio de exercícios diários de poder – doméstico, nacional e internacional (ENLOE, 1989, p. 3).

Entende-se, pois, que a categoria gênero não está relacionada ao sexo do sujeito. Ainda que muitas vezes a primeira possa ser vista como derivada da última, o sexo diz respeito à natureza, às diferenças anatômicas entre macho e fêmea. O termo gênero, por sua vez, está relacionado ao processo de socialização, de construção dos sujeitos homem e mulher que, a partir da associação com as funções reprodutoras de cada um, define padrões de comportamento diferentes para o masculino e o feminino. Transladando esse pensamento para o que se aceita por categoria gênero, tem-se que:

a categoria [gênero] descreve, então, as relações entre homens e mulheres inseridos na sociedade contemporânea, cujo traço distintivo é a ideologia individualista, a qual está baseada na vigência, ainda que formal, dos princípios de igualdade e liberdade. Os sistemas de gênero, que estruturam as relações sociais, indicam uma relação de poder na qual a mulher ocupa o âmbito do privado (a casa) e o homem o âmbito público (a praça) e, por isso, o feminino indica sempre uma relação – a mulher é mãe, esposa, irmã –, enquanto o masculino indica um status – o homem é militar, político, caçador (MATHIAS, 2009, p. 19).

O sexo, portanto, não é determinante para justificar práticas e escolhas. É nesse sentido que estudiosas como Enloe (1989), Elshtain (1987) e Puechguirbal (2010) negam teorias essencialistas⁴, que utilizam a biologia sexual para fixar estereótipos a partir de falsos binarismos – “homens/protetores/violentos” e “mulheres/vítimas/pacíficas”. Grande parte das feministas sustenta que o discurso político moderno foi utilizado para justificar uma ordem social, que privilegia valores associados à masculinidade. Como exemplo, identifica-se o fenômeno da guerra com o “guerreiro justo”, exaltando-o por suas habilidades de força e bravura. Essa imagem é construída em contraposição à ideia de “almas belas” – mulheres frágeis e emotivas – que, em tese, dependem do sacrifício dos homens para garantir sua sobrevivência.⁵ A construção desses papéis torna-se um processo natural de reprodução de sistemas de discriminação, pois as mulheres são excluídas da principal atividade de uma

⁴O estudo em questão não adota a linha de pensamento essencialista. Feministas que optam por essa teoria partem do entendimento de que biologia é a principal fonte de influência na formação de uma identidade. Isso significa que a mulher tende a ser geneticamente mais pacífica e caridosa que o homem pelo fato de ter nascido mulher.

⁵Os gregos e os romanos, por exemplo, consideravam a mulher como prêmio, símbolo da vitória de uma guerra. Assim, era prática costumeira os vitoriosos usufruírem sexualmente das mulheres das comunidades rivais para satisfação de prazeres sexuais e para humilhação do seu oponente. Em outras palavras, ao violar a honra das mulheres, os vencedores imprimiam sua vitória na alma do derrotado. Sendo assim, reproduzia-se a ideia de que as mulheres vulneráveis de uma determinada comunidade dependiam dos seus guerreiros para garantir sua sobrevivência.

nação (COSTA, 2008). Ao fim e ao cabo, essas imagens são internalizadas e aceitas como natural tanto pelos homens como pelas mulheres.

Assim, em tempos de guerra, homens e mulheres reais – amarrados em uma densa simbiose, percebidos como seres com necessidades complementares e que exemplificam virtudes específicas de gênero – assumem, na memória cultural e narrativa, os personagens de Guerreiros Justos e Almas Belas. O homem construído como violento, seja ansioso e inevitavelmente, ou relutante e tragicamente; a mulher como não-violenta, oferecendo socorro e compaixão: esses tropos sobre as identidades sociais de homens e mulheres, passado e presente, não denotam o que os homens e as mulheres realmente são em tempos de guerra, mas em vez disso funcionam para recriar e assegurar o lugar da mulher como não-combatentes e dos homens como guerreiros (ELSHTAIN, 1987, p. 4).

Os documentos das Nações Unidas que fazem referência às mulheres definem esse grupo pelas seguintes características: mães, vulneráveis e civis. Além de minimizar e, em alguns casos, remover a atuação da mulher, mantendo-a em uma posição subordinada de vítima, essa imagem estereotipada silencia as experiências masculinas (CARPENTER, 2006 apud PUECHGUIRBAL, 2010). Nadine Puechguirbal (2010, p. 173), por sua vez, argumenta que a linguagem masculinizada, presente em documentos relativos às operações de paz, é traduzida em práticas operacionais que reproduzem noções erradas de gênero, reforçando desigualdades já existentes nas comunidades em que a ONU atua. Como resultado, perpetua-se o discurso de vitimização, destituindo a mulher de agência sobre interesses e necessidades específicas. Enquanto isso, a formulação de políticas permanece localizada na figura do homem, detentor de atributos físicos e materiais para ocupar o espaço público.

Faz-se necessário reconhecer que homens podem ser vítimas (na antiga Iugoslávia, homens e meninos foram brutalmente violentados com o objetivo de eliminar resistência física à ocupação sérvia e exterminar gerações futuras de soldados) e pacifistas. Além disso, vale ressaltar que as mulheres podem ser combatentes (membros de forças armadas, guerrilheiras e terroristas)⁶ e instigadoras da violência (em alguns casos, as mulheres que

⁶Mulheres excepcionais já estabeleceram um histórico como líderes e guerreiras. Como exemplo de líderes, destaca-se o desempenho de Margaret D'Anjou, Rainha Elizabeth I, Rainha Vitória, Joana D'Arc e Margareth Thatcher. No que se refere a combatentes, as Amazonas são, sem dúvida, a melhor representação do arquétipo de mulher guerreira (GRANT, 1992). No entanto, mesmo nesses casos é preciso não esquecer que essas mulheres foram “desfeminizadas”, isto é, perdiam suas características, inclusive físicas, de fêmea. São mulheres masculinizadas, mutiladas, lesbianas, hereges. Nesse sentido, é emblemática a figura de Atena, deusa grega da

ficavam em casa encorajavam seus parentes masculinos, principalmente os filhos, a participarem de batalhas) (ELSHTAIN, 1989, p. 192). Dessa forma, percebe-se que a reprodução de identidades fixas, tidas como naturais e imutáveis, obscurecem outras vozes e contribuem para a perpetuação de silêncios (TICKNER, 1992, p. 59-60).

Outro aspecto importante diz respeito à má interpretação e aplicação do conceito. Muitas vezes, a terminologia “gênero” é utilizada como sinônimo de mulheres, desconsiderando as identidades masculinas. De acordo com Raven-Roberts (2005, p. 55-57) alguns representantes da ONU em campo não aceitam trabalhar com questões de gênero, com a justificativa de que não são cientistas sociais e, portanto, não possuem conhecimento sobre questões de mulheres. Ainda, há aqueles que diante da perda do status privilegiado argumentam que gênero é uma filosofia inapropriada, levada a cabo por feministas que só causam problemas à Organização.

É importante entender de forma clara o termo “gênero” a fim de evitar definições estanques. O conceito não se refere somente a mulheres ou a homens, mas sim às relações ideológicas e materiais entre indivíduos do sexo masculino e feminino, que são constituídas por uma série de significados imbuídos de noções culturais e conceitos normativos, conferindo a mulheres e homens um espaço diferente no mundo.

No artigo *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1989), a historiadora americana, Joan Scott, propõe utilizar a categoria de análise “gênero” para desconstruir binarismos e analisar homens e mulheres “dentro de suas atividades, organizações e representações historicamente situadas, e não através de uma lógica universalista que polariza homens e mulheres em extremos antagônicos” (ROMEIRO, 2007, p. 49). A ampliação da análise abre espaço para que mulheres e homens sejam investigados a partir de suas relações com as dinâmicas sociais nas quais estão inseridos. O objetivo não é excluir um determinado grupo, mas sim entender a organização das relações sociais e analisar sujeitos distintos dentro de suas próprias complexidades (ROMEIRO, 2007; SCOTT, 1989).

O conceito “gênero”, lido dessa maneira, permite aprofundar o conhecimento sobre diversas questões internacionais, para além das explicações simplistas, baseadas nas diferenças sexuais e na relação de dominação e subordinação. Partindo desse entendimento prévio, busca-se uma leitura diferente sobre os processos sociais construídos, que possibilite

visualizar uma série de aspectos tomados como naturais nos estudos tradicionais de RI e que perpetuam relações assimétricas entre homens e mulheres.

Assim, utilizar a categoria de análise “gênero” neste estudo implica entender que homens e mulheres têm necessidades, pensamentos e experiências distintas. As assimetrias, contudo, não impedem que ambos tenham as mesmas oportunidades para exercer suas capacidades e pleitear seus desejos. O desafio proposto nesse trabalho é a busca da compreensão de que as diferenças entre homens e mulheres são exatamente isso: diferenças e não defeitos, doenças ou deméritos. Mulher não é segundo, mas o outro sexo (HALES, 1999, p. x).

1.3 O que se entende por Igualdade de Gênero, Equilíbrio de Gênero e Integração de Perspectivas de Gênero nos moldes das Nações Unidas?

No Artigo 8º da Carta da ONU, consta que “as Nações Unidas não farão restrições quanto à elegibilidade de homens e mulheres destinados a participar em qualquer caráter e em condições de igualdade em seus órgãos principais e subsidiários” (ONU, 1945). Ainda, neste documento, fica registrado o comprometimento do organismo com o respeito aos direitos humanos de todos, “sem distinção de raça, cor, sexo ou religião”. Entende-se, a partir do mencionado, que a ONU preza pela participação de homens e mulheres nos seus órgãos e atividades, independente de gênero ou de qualquer outro fator.

Tomando os princípios da Carta da ONU como referência, tem-se, para fins deste trabalho, que a expressão “Igualdade de Gênero” se refere aos direitos, às responsabilidades e às oportunidades iguais para homens e mulheres, meninos e meninas, pautados na ideia de justiça e na luta contra a discriminação, com foco no indivíduo. Trata-se de uma questão de direitos humanos e requisito central para o desenvolvimento sustentável (OSAGI, 2001, p. 1-2). Com essa definição, as Nações Unidas sustentam que os interesses, as necessidades e as prioridades de mulheres e homens devem ser levados em consideração, reconhecendo que a diversidade é possível.

Enquanto conceito social, Joan Scott (2005, p. 16) sugere que a igualdade se refere a possuir atributos similares – porém, não necessariamente idênticos –, gozar dos mesmos privilégios e direitos, e “estar no mesmo nível em termos de posição, dignidade, poder, habilidade, realização ou excelência”. A documentação da ONU está centrada em um parâmetro que privilegia a referência à igualdade em relação aos indivíduos, deixando de lado

discussões sobre os grupos. Nesse sentido, a definição de igualdade de gênero nos moldes das Nações Unidas parte de um entendimento que os indivíduos devem ser apreciados por eles mesmos, não por características atribuídas aos membros de um agrupamento homogêneo e polarizado – nesse caso, homens e mulheres. Trata-se de um enfoque apresentado nos documentos de forma inquestionável e legitimado, principalmente, pela Carta das Nações Unidas (1945).

Joan Scott, no artigo *O Enigma da Igualdade* (2005), argumenta que a problemática entre igualdade e diferença deve ser entendida à luz da tensão e da interdependência existente entre “grupos” e “indivíduos”, atentando para o fato de que a escolha de um conceito em detrimento do outro não é produtiva e impossibilita a elaboração de soluções adequadas. Nas palavras da autora, “tentativas de fazer cumprir políticas que escolhem uma ou outra posição – grupos ou indivíduos – não são somente desaconselháveis, mas impossíveis de implementar” (SCOTT, 2005, p. 22).

De um lado, os indivíduos querem ser julgados enquanto sujeitos únicos com características próprias, de modo a sentir que as aspirações pessoais e profissionais estão bem expressas, de acordo com sua vontade, e não em função de um confinamento a um grupo que nem sempre corresponde a seus anseios particulares. Nesse sentido, o pertencimento a um grupo específico pode ser entendido como prejudicial e discriminatório em relação àqueles que não conseguem se autoidentificar. Por outro lado, os indivíduos encontram nos grupos um meio de luta para a eliminação da discriminação sentida no seu meio. O combate às injustiças – na lei e na sociedade – transforma o grupo social ao qual se é relegado em um instrumento de contestação política. Toma-se como exemplo um grupo de mulheres que querem – enquanto indivíduos – ter sua capacidade intelectual reconhecida não como exceção ou excepcionalidade. Frente aos obstáculos, comumente elas se unem para fins de identificação, apoio e solidariedade de modo a avançar nas suas causas, ainda que algumas almejem em última instância progresso individual e não coletivo. Com o intuito de mostrar que seu sexo não faz diferença, a identidade de grupo ganha força para defender posições que beneficiem a todas.

Ao apontar para a existência permanente desse paradoxo, Scott argumenta que não há sentido em acabar com os grupos ou ignorar sua existência em nome dos direitos dos indivíduos e vice-versa. A proposta da historiadora é desenvolver análises referentes à igualdade que tratem as identidades não como entidades eternas, mas como efeitos de processos complexos e suscetíveis a transformações sociais (SCOTT, 2005, p. 29). Nesse

sentido, a articulação entre identidade de grupo e identidade individual é permanente, sendo necessário referenciá-la com base em contextos “políticos particulares e não como escolhas morais e éticas intemporais” (SCOTT, 2005, p. 14). A autora rejeita a tendência de polarizar o debate pela insistência de optar por um conceito ou outro, alertando para a possibilidade de perder os importantes pontos de suas interconexões.

Diferentemente de Scott (2005), a proposta deste trabalho não é discutir profundamente os conceitos de igualdade e diferença, tampouco condenar ou reconhecer a tensão necessária entre tais conceitos. Busca-se tão somente apontar as inconsistências da linguagem de gênero utilizada nos documentos da ONU. Considerando a definição concedida à expressão “Igualdade de Gênero” pela Organização, centrada nos indivíduos, será possível apontar nos próximos capítulos que – ao contrário do que a definição propõe – a igualdade entre homens e mulheres é tomada com base em grupos opostos, em uma relação permanente de dominação e subordinação. Objetiva-se mostrar, ao longo dos próximos capítulos, que nos documentos oficiais há o reconhecimento explícito da igualdade em relação a indivíduos; contudo, uma análise minuciosa da escrita permite sustentar que os textos colocam os grupos – homens e mulheres – em posições antagônicas, sem considerar os espaços intermediários.

A ideia de igualdade de gênero presente nos documentos analisados – de que todos os indivíduos podem ser tratados como iguais, desafiando modelos que asseguram oportunidades e direitos a uns e as negam a outros – fundamenta duas estratégias no âmbito da ONU: (i) Equilíbrio de Gênero e (ii) Integração de Perspectivas de Gênero. A primeira expressão se refere à representação equitativa de homens e mulheres em todos os cargos associados às Nações Unidas. A Assembleia Geral da ONU ratificou a meta de alcançar uma distribuição de gênero de 50:50 em todos os postos profissionais da Organização (ONU, 2000, p. 6; STIEHM, 2001, p. 42).

Ainda sobre o assunto, destaca-se a iniciativa *Global Effort*, lançada pela Polícia das Nações Unidas (UNPOL, em inglês) em agosto de 2009, que tem como objetivo duplicar até 2014 a presença mulheres nas operações de paz, elevando-a para 20% nos contingentes policiais e 10% nos componentes militares. Além disso, na diretriz do Departamento de Operações de Paz, Integrando uma Perspectiva de Gênero ao Trabalho dos Militares das Nações Unidas nas Operações de Manutenção da Paz (*Integrating a Gender Perspective into the Work of United Nations Military in Peacekeeping Operations*, em inglês) consta que “buscar o equilíbrio nos cargos de contratação pessoal e criar um ambiente de trabalho que leve em conta a força de trabalho diversa melhora a eficácia das políticas e programas, e

realça a capacidade da ONU de prestar um melhor serviço a toda a população” (DPKO, 2010, p. 44).

Vários estudos⁷ fazem referências à estratégia Equilíbrio de Gênero à luz das vantagens de aumentar a participação de mulheres nas missões de paz. Como exemplo, destaca-se o argumento de que presença feminina facilita o acesso e a comunicação com mulheres locais, frequentemente vítimas de estupros durante os conflitos armados (OLSSON, 2000, p. 4). Homens e mulheres tendem a considerar a figura feminina como mais acessível e menos ameaçadora. Ou seja, esse contato mais próximo com a população permite que os soldados do sexo feminino obtenham informações valiosas para o êxito da missão.

Outro aspecto importante diz respeito à utilização da imagem de soldados e policiais femininos como modelo para as mulheres das comunidades locais. O recrutamento de mulheres também é estimulado para a realização de trabalhos em prisões femininas, em atividades de assistência às mulheres ex-combatentes durante processos de Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR) e em patrulhas. Ainda, acredita-se que a presença de mulheres inibe os atos de má conduta cometidos pelos soldados masculinos (SIMIC, 2010).

Nessas circunstâncias, o uso do termo “gênero” está amplamente associado à inclusão de mulheres nas missões de paz. De acordo com Scott (1995), em alguns trabalhos é possível identificar a mera substituição do termo “mulheres” por “gênero”, principalmente quando o objetivo final é conferir legitimidade a políticas que requerem uma conotação mais objetiva e neutra. Nessa utilização do conceito de gênero, o intuito não é necessariamente o de chamar a atenção para a construção social do feminino e do masculino como

um processo que se dá ao longo de toda a vida e vai fazendo com que as pessoas, os sujeitos, se tornem homens e mulheres de formas muito diversificadas sempre de acordo com o que aquela sociedade, aquele momento histórico, a sua cultura, as suas relações étnicas, religiosas, de classe consideram, permitem e possibilitam [...] (CONFORTIN⁸, 2003, p. 19 apud TAVARES, 2010, p. 51).

Scott (1995) sustenta que o uso de “gênero” como sinônimo de mulheres “constitui um dos aspectos daquilo que se poderia chamar de busca de legitimidade”, conferindo seriedade a

⁷ Para mais informações ver: BEILSTEIN, J. The Role of Women in United Nations Peacekeeping, **Women 2000**, 1995.; OLSSON, L.; TRYGGESTAD, T. L. **Women and international peacekeeping**, London: Frank Cass, 2001.

⁸CONFORTIN, H. Discurso e Gênero: a mulher em foco. In: GHILARDI-LUCENA, M.I. (Org.). **Representações do Feminino**. Campinas: Editora Átomo, 2003.

um trabalho que inclui as mulheres, sem lhes nomear, o que parece, assim, não constituir uma forte ameaça (SCOTT, 1995, p. 75).

A segunda iniciativa para galgar a igualdade entre homens e mulheres é a “Integração de Perspectivas de Gênero” (*Gender mainstreaming*, em inglês). Cabe ressaltar que não existe consenso acerca de uma única definição para esta terminologia. Desde o momento em que foi elaborado até o presente, o vocábulo é objeto de debates acirrados. Como resultado, é possível identificar várias denominações para a mesma expressão, tais como: transversalidade ou transversalização de gênero; transversalização do enfoque ou perspectiva de gênero e perspectiva ou enfoque integral de gênero. Ainda, observa-se que essa estratégia pode ser confundida com outras, a exemplo do “empoderamento” (*empowerment*, em inglês) da mulher – política que trata as mulheres como agentes da mudança e não como vítimas.

De fato, as discussões em torno do termo “Integração de Perspectivas de Gênero” remontam à Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher das Nações Unidas, celebrada em Pequim, no ano de 1995. No documento final do evento, Plataforma de Ação de Pequim, a expressão foi utilizada para aludir a uma série de outras expressões, a exemplo de “políticas de *mainstreaming*”, “dimensão das políticas de desenvolvimento”, “dimensão de uma perspectiva de igualdade de gênero” ou, simplesmente, “dimensão de gênero”.

Apesar dessa diversidade terminológica, cabe ressaltar que existe uma definição amplamente utilizada no âmbito das Nações Unidas, dada pelo Conselho Econômico e Social da ONU (ECOSOC). De acordo com o ECOSOC, “Integração de Perspectivas de Gênero” se refere ao

processo de avaliação das implicações para homens e mulheres de qualquer ação planejada, inclusive leis, políticas ou programas, em todas as áreas e em todos os níveis. É uma estratégia para fazer com que os interesses e as experiências de homens e mulheres sejam levados em consideração no planejamento, implementação, monitoramento e avaliação de políticas e programas em todas as esferas políticas, econômicas e sociais de modo que mulheres e homens se beneficiem igualmente e a desigualdade não se perpetue (OLSSON, 2000, p. 6).⁹

⁹Tradução livre de: “Gender mainstreaming refers to the process of assessing the implications for men and for women of any planned action, including legislation, policies or programmes, in all areas and at all levels. It is a strategy for making women’s as well as men’s concerns and experiences an integral dimension of the design, implementation, monitoring and evaluation of policies and programmes in all political, economic and societal spheres so that women and men benefit equally and inequality is not perpetuated.” OLSSON, L. *Mainstreaming Gender in Multidimensional Peacekeeping: A Field Perspective*. **International Peacekeeping**, v. 7, n. 3, 2000, p. 6.

De acordo com os documentos da ONU, para galgar a igualdade de gênero, as estratégias Equilíbrio de Gênero e Integração de Perspectivas Gênero devem ser usadas simultaneamente. O argumento é apresentado da seguinte maneira: aumentar a participação de soldados femininos é essencial, mas as iniciativas para inserir a categoria de análise “gênero” na elaboração de políticas e programas fazem parte de esforços maiores, que buscam transformar as hierarquias de gênero e galgar a igualdade entre homens e mulheres. O Conselho Econômico e Social estabeleceu uma série de diretrizes para auxiliar a implementação de ambas as estratégias, dentre as quais se destacam: a elaboração de estatísticas e indicadores desagregados por sexo; o estabelecimento de mecanismos de supervisão, avaliação e rendição de contas; a educação em questões de gênero; a participação equilibrada entre mulheres e homens em todos os postos das Nações Unidas, especialmente nas categorias superiores; e o estabelecimento contínuo de políticas e programas específicos sobre a mulher. Decidiu-se, ainda, que essa incorporação não poderia ser levada a cabo sem uma clara vontade política e uma destinação adequada de recursos financeiros e humanos.

Do exposto, há que ter em mente que a adoção de medidas para obter o equilíbrio numérico e a plena incorporação de perspectivas de gênero são duas estratégias complementares, porém distintas. É nesse sentido que estudiosas como Olivera Simic (2010), Susan Willett (2010) e Tarja Väyrynen (2004) sustentam que a inclusão de mais mulheres nas missões de paz não significa a plena integração de perspectivas de gênero nas mesmas. O aumento quantitativo de mulheres fortalece a efetividade operacional das atividades da missão de paz, principalmente no que diz respeito ao relacionamento dos soldados da ONU com a comunidade local. Contudo, não existe garantia de que haverá a transformação do ambiente de trabalho e dos papéis desempenhados por ambos os sexos, bem como o reconhecimento da necessidade de levar em consideração as preocupações e experiências de homens e mulheres nas atividades e políticas da Organização (STIEHM, 2000, p. 42).

Pelo contrário, Simic (2010) defende que o crescimento quantitativo da presença feminina é estimulado para inibir os atos de má conduta perpetrados pelos soldados do sexo masculino. Nesse sentido, o aumento de mulheres reduziria a agressividade e a hipermasculinidade, diminuiria as desigualdades existentes e ajudaria a promover uma agenda mais ampla de integração de gênero. De acordo com a autora, essa abordagem é essencialista em sua natureza, pois parte do pressuposto de que todas as mulheres são pacíficas, caridosas e acolhedoras, o que acaba por reforçar estereótipos de gênero.

Seguindo a mesma linha de pensamento, Willett (2010, p. 143-144) sustenta que as estratégias existentes para integrar dimensões de gênero dentro da ONU raramente transformam as desigualdades institucionais e as relações de poder que mantêm as hierarquias de gênero no interior das operações de paz. A estratégia “Integração de Perspectivas de Gênero”, segundo a autora, tem sido aplicada dentro de estruturas de poder existentes, que perpetuam a noção de gênero como sinônimo de mulher. Sendo assim, os papéis das mulheres nos processos de paz continuam a ser idealizados – vítimas – e desvalorizados – serviços de apoio. Até o momento, “as mulheres têm sido apenas acomodadas nos espaços altamente masculinizados e militarizados das operações de paz”, sem que mudanças profundas sejam observadas (WILLET, 2010, p. 145). Väyrynen (2004, p. 126-129), por sua vez, trata da mesma questão sob um prisma diferente. Para a estudiosa, as operações de paz funcionam como respostas a situações de crise, isto é, os problemas são reconhecidos e solucionados por especialistas da área (*problem-solving theory*). Assim, tendo em mente que a baixa representatividade de mulheres nos processos de paz é entendida como um problema, a resposta trazida à tona é aumentar a proporção de mulheres.

Os supracitados trabalhos serão aprofundados nos próximos capítulos com o objetivo de mostrar que os discursos da ONU em prol da igualdade de gênero e a mera presença feminina não garantem a eliminação das barreiras ideológicas que reforçam as hierarquias de gênero nas estruturas internas dos componentes militares das missões de manutenção da paz.

1.4 Conclusão

A literatura tradicional de segurança historicamente excluiu as questões de gênero, postergando a abertura da disciplina aos trabalhos feministas para início dos anos 1990. O questionamento da ortodoxia positivista, centrada no modelo estadocêntrico, impulsiona a aceitação, por parte de alguns pesquisadores, da inclusão de assuntos similares ao tema desta dissertação nos estudos de segurança internacional. Reconhecer que “o sistema de Estados não é o único objeto interessante e importante a ser estudado nas relações internacionais” enriquece a compreensão sobre os debates teóricos contemporâneos (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p. 3). Apesar de não existir consenso entre os investigadores sobre a relevância da abordagem feminista para a disciplina de RI, defende-se neste trabalho que a

utilização da categoria de análise “gênero” possibilita questionar papéis estereotipados atribuídos às mulheres e homens, rejeitando estruturas desiguais e contestando os limites do conhecimento tradicional. Sendo assim, conclui-se que as contribuições feministas são úteis para os estudos de segurança internacional na medida em que jogam luz sobre aspectos relevantes, porém marginalizados, dos assuntos internacionais.

Ao fim e ao cabo dessa revisão bibliográfica e da discussão de algumas expressões que vão aparecer ao longo do trabalho, o próximo capítulo versa sobre a inclusão de mulheres nas Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas.

CAPÍTULO 2 A INCLUSÃO DE MULHERES NAS OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ

Na primeira parte deste capítulo será analisada a evolução das Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas (OMP) à luz das discussões sobre segurança humana. Para tanto, destaque é concedido aos acontecimentos relevantes que levaram atividades estritamente militares a serem aperfeiçoadas para incluir elementos multidimensionais. O estudo prossegue com uma breve discussão sobre forças armadas a partir de uma perspectiva de gênero. Em seguida, analisa-se de que maneira órgãos e agências especializadas das Nações Unidas apresentam e defendem justificativas para maior representação numérica de mulheres nas missões de paz, com destaque para a estratégia de Equilíbrio de Gênero.

2.1 A Evolução das Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas: novas tarefas e oportunidades para o ingresso da mulher

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, refletiu um avanço em matéria de segurança internacional ao prever o estabelecimento de um sistema de segurança coletiva para evitar que eventos semelhantes aos da Segunda Guerra Mundial se repetissem. Contudo, a rivalidade entre Estados Unidos da América (EUA) e União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) impediu a materialização desse projeto e sua aplicabilidade prática, visto que o Conselho de Segurança (CS) estava “paralisado” pelo poder de veto das grandes potências.¹ Diante do imobilismo do CS e frente aos conflitos localizados que emergiam no cenário internacional pós-Segunda Guerra Mundial, a ONU, inspirada na experiência da Liga das Nações, passou a autorizar uma série de missões que tinham como objetivo gerenciar conflitos entre Estados ou estabilizar aqueles já em andamento.

Essas atividades não estavam no projeto inicial da Organização e surgiram como uma oportunidade de se atingirem os objetivos da Carta das Nações Unidas (1945) mesmo diante da ausência de consenso entre os membros permanentes do CS. Inicialmente, as atividades das forças de paz eram limitadas à emissão de resumos, supostamente imparciais, acerca do

¹O Conselho de Segurança é formado por cinco membros permanentes – os Estados Unidos, a então União Soviética, a França, o Reino Unido e a China – sendo que cada um deles detém o poder de veto, ou seja, pode vetar uma decisão caso não concorde com ela. ROBERTS, Adam. The Crisis in UN Peacekeeping. *Survival*, v. 36, n. 3, 1996, p. 94.

processo de implementação da paz, ao monitoramento de acordos de paz e à supervisão de retirada de tropas beligerantes. Entretanto, com o passar das décadas, esse mecanismo foi gradualmente adaptado aos novos desafios e passou a englobar funções mais complexas e de longo prazo.

Em retrospectiva é possível observar que a ONU autorizou a primeira operação de paz em 1948, denominada Organização das Nações Unidas para a Supervisão da Trégua (UNTSO), com o objetivo de monitorar o cessar-fogo entre árabes e israelenses. Contudo, a expressão “manutenção da paz” foi usada somente em 1956, pelo então Secretário Geral da ONU, Dag Hammarskjöld, para se referir à Primeira Força de Emergência da ONU (UNEF I), fornecendo a base para as futuras missões (BURES, 2007, p. 412). Ainda que essa terminologia não esteja presente na Carta das Nações Unidas, as missões de paz foram sendo transformadas ao longo dos anos em instrumentos concretos por parte da ONU para buscar a estabilidade internacional, a despeito das restrições impostas pelas rivalidades de Guerra Fria. Portanto, desde 1956, as Nações Unidas recorrem oficialmente ao envio de tropas internacionais como mecanismo legítimo para evitar o flagelo da guerra pelas gerações vindouras (ONU, 1945, preâmbulo).

Estudiosos de Operações de Manutenção da Paz (BELLAMY et al, 2004; GOULDING, 1993) adotaram a termo “tradicionais” para identificar, *grosso modo*, processos nos quais um grupo militar levemente armado se posiciona entre duas partes beligerantes que previamente aceitaram um cessar-fogo. Segundo Beatrice Pouligny (2006, p. 5), durante a primeira geração de operações de paz, ou seja, as tradicionais, as missões funcionavam como forças de interposição que atuavam em conflitos interestatais. As funções dos soldados da ONU eram limitadas e pontuais e se baseavam em três princípios básicos, que norteavam as atividades em campo: imparcialidade, mínimo uso da força e consentimento das partes envolvidas.²

Sendo assim, as OMP tradicionais deram início à evolução gradual de princípios e procedimentos que conduzem uma missão de paz. Apesar de poucas normas serem oficialmente incorporadas aos documentos da ONU, muitas passaram a constituir práticas costumeiras de direito internacional sendo, em grande medida, aceitas pelos Estados-membros das Nações Unidas (GOULDING, 1993, p. 452). Entre 1948 e 1987, treze operações de paz foram estabelecidas, limitadas na sua maioria ao Oriente Médio e com o objetivo de

²No art. 2º, parágrafo 7, da Carta das Nações Unidas (1945) está previsto que a ONU é uma organização internacional que não está autorizada a intervir nos assuntos domésticos dos seus países-membros e, por isso, o respeito a esses três princípios se tornou fundamental para que soldados da ONU fossem aceitos em território estrangeiro.

desestimular a volta ao estado de guerra após um cessar-fogo entre Estados hostis.³ O quadro geral ao final da década de 1980 indicava que as operações foram *ad hoc*, envolveram cerca de cinquenta países e foram conduzidas à margem do Capítulo VI e do Capítulo VII da Carta das Nações Unidas, ou seja, no ponto intermediário entre “medidas voltadas para a solução pacífica de conflitos e medidas coercitivas” (FONTOURA, P., 1999, p. 71).

No período seguinte, entre 1988 e 1993, vinte novas missões de paz foram aprovadas. Ao realizar um balanço desses cinco anos, pode-se dizer que as operações aumentaram em número, tamanho, escopo de atuação e custo dos esforços – um aumento maior do que o presenciado nos quarenta anos de atividades anteriores (BELLAMY et al, 2004, p. 75). Sem as restrições políticas impostas pela rivalidade entre EUA e URSS e com a maior visibilidade dada aos conflitos internos, os países investiram para que a Organização autorizasse o envio de forças internacionais para lidar com conflitos armados, que se desenrolavam dentro e fora das fronteiras estatais.

As missões de paz aprovadas no imediato pós-Guerra Fria apresentaram, de modo geral, características similares às das primeiras atividades realizadas no campo da paz e segurança internacional. O término da rivalidade Leste-Oeste não representou uma ruptura brusca entre dois tipos antagônicos de operações: tradicionais e multidimensionais. Pelo contrário, os contingentes que integravam o Grupo de Observadores Militares no Irã e Iraque (UNIIMOG – 1988) e o Grupo de Observadores das Nações Unidas na América Central (ONUCA – 1989), por exemplo, desempenhavam tarefas semelhantes às de seus precursores, ou seja, monitoramento de acordos entre as partes e supervisão da retirada de tropas. Além disso, algumas missões consideradas complexas foram aprovadas antes mesmo do final da Guerra Fria, como a Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC – 1960) e a Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL – 1978), para cumprir funções além de questões estritamente militares. Destarte, como Steven R. Ratner (1995, p. 24) afirma, o *peacekeeping*⁴ é um fenômeno fluido, difícil de categorizar, que se adapta de acordo com as mudanças no cenário internacional.

A instabilidade inerente à criação de novos Estados, a exacerbação dos níveis de violência interna e a iminência do transbordamento de guerras civis para além das fronteiras estatais são elementos-chave para compreender que as ações das tropas internacionais não podiam mais centrar nos supracitados princípios básicos que regiam as operações tradicionais.

³ As ações no Oriente Médio foram executadas com o aval dos Estados Unidos e da União Soviética, que tinham interesses específicos na região e temiam um conflito direto.

⁴ Por questão de adequação semântica, optou-se por manter a expressão em inglês. A tradução literal do termo é “Manutenção da Paz”.

As grandes crises humanitárias, o fluxo de refugiados e a situação precária a que civis estavam submetidos inspiraram discussões sobre direitos humanos e legitimidade de intervenção no âmbito das Nações Unidas. Tais discussões giravam em torno da ideia de que a comunidade internacional não poderia ficar inerte diante de sistemáticas violações dos direitos humanos e, portanto, novas estratégias deveriam ser elaboradas para lidar com as instabilidades nos âmbitos local, regional e internacional.

No início da década de 1990 imperava a ideia de que as Nações Unidas desempenhariam papel central na administração e resolução de conflitos por meio de ações concertadas e multilaterais. Questões como democracia, desenvolvimento e respeito aos direitos humanos começaram a ser apresentadas como elementos basilares para a manutenção da paz e segurança. Sendo assim, criou-se espaço favorável para a inserção desse mecanismo de solução de conflitos em um contexto maior, o de segurança humana, e sua utilização para galgar objetivos mais ambiciosos, como a proteção dos direitos humanos, o fornecimento de ajuda humanitária, a maior participação política de alguns grupos, entre outros (MIALL et al, 2004, p. 135).

Para entender a necessidade de incorporação de novos elementos e tarefas às missões de paz, necessário se faz atentar para a natureza dos conflitos que a Organização passou a lidar com mais frequência, ou seja, cenários marcados por disputas *intraestatais*. Os conflitos desse tipo acontecem dentro dos Estados, são cada vez mais prolongados e têm impactos locais, regionais e internacionais. Pode-se dizer, ainda, que as raízes de permanente instabilidade em países pobres remontam à artificialidade de políticas impostas no período colonial e às supressões da época de Guerra Fria. Em muitas regiões, marcadas por anos de guerra civil, as instituições estatais não funcionam de modo adequado ou simplesmente não funcionam; a violência sexual é utilizada como arma de guerra; as consequências indiretas do conflito como pobreza, doenças e traumas psicológicos por vezes causam mais fatalidades que o conflito aberto; e a população local é forçada a deixar seu lar em busca de abrigo em campos de refugiados (MAZURANA, 2003; REBELO, 2008, REHN; SIRLEAF, 2002). Nesses cenários de fragilidade ou inexistência do poder estatal, as estruturas de poder econômico e político são regidas por elites burocráticas e chefes de grupos armados, incluindo militares, paramilitares e milícias armadas.

Com o intuito de avaliar as novas demandas impostas pelo mundo pós-Guerra Fria e analisar como a Organização poderia responder a esses desafios, Boutros Boutros-Ghali redigiu, a pedido do CS, o documento Uma Agenda para a Paz (1992). Neste relatório, o então secretário da ONU sustenta que as atividades no campo da paz e da segurança deveriam

ser aprimoradas para responder adequadamente aos desafios apresentados no cenário internacional. Nesse momento, os instrumentos de solução de conflitos são oficialmente inseridos dentro de um novo conceito de segurança, mais abrangente e inclusivo:

Pobreza, doença, fome, opressão e desespero em abundância, juntam-se para produzir 17 milhões de refugiados, 20 milhões de pessoas deslocadas e migrações de pessoas em massa dentro e fora das fronteiras nacionais. Essas são as causas e as consequências de conflitos que exigem atenção constante e a mais alta prioridade nos esforços das Nações Unidas. O buraco na camada de ozônio pode representar uma ameaça maior para a população do que um exército hostil. Seca e doenças podem dizimar sem pena mais do que armas de guerra. Então, nesse momento de renovadas oportunidades, os esforços da Organização para a construção da paz, estabilidade e segurança devem incluir assuntos que vão além das ameaças militares de modo a eliminar os entraves da discórdia e guerra que caracterizaram o passado. Mas os conflitos armados dos dias atuais continuam a provocar medo e horror na humanidade, o que requer nosso envolvimento urgente para tentar evitá-los, contê-los e eliminá-los (ONU, 1992, § 13).

As palavras do Secretário Geral refletem o comprometimento da ONU com uma estratégia mais “humana”, que abarca questões antes interpretadas como assuntos domésticos, principalmente no que se refere ao bem-estar do ser humano. De modo geral, Boutros-Ghali se expressou de forma positiva no relatório, fruto de sua crença na renovação da prática da segurança coletiva, cristalizada nos “novos tipos” de operações de paz: diplomacia preventiva, promoção da paz, manutenção da paz, construção da paz e imposição da paz.⁵ A ONU,

⁵ Apesar do trabalho versar apenas sobre as Operações de Manutenção da Paz, é relevante situar o objeto de estudo em relação às outras modalidades de operações existentes a fim de que o leitor consiga diferenciá-las. A seguir, apresenta-se uma breve discussão acerca de cada uma dessas categorias, elencadas de forma mais extensa no documento “Uma Agenda para a Paz”, redigido por Boutros Boutros-Ghali em 1992. A **Diplomacia Preventiva** (*Preventive Diplomacy*) está relacionada à prevenção do surgimento de disputas entre partes beligerantes e à prevenção da escalada de conflitos já em andamento. Uma vez iniciado, deve-se evitar a propagação do conflito (§ 23). A **Promoção da Paz** (*Peacemaking*) designa as ações diplomáticas posteriores ao conflito para fazer com que as partes hostis negociem e cheguem a um acordo por meios pacíficos, como estipulados no Capítulo VI da Carta das Nações Unidas (§ 34). A **Manutenção da Paz** (*Peacekeeping*) refere-se ao envio de tropas internacionais da ONU para um país em conflito, com o consentimento das partes envolvidas, a fim de implementar acordos relativos ao controle de conflito (p.e, interposição de forças, cessar-fogo) e/ou monitorar a execução desses acordos. Para tanto, essa técnica envolve componentes militares, policiais e civis e, com isso, expande a possibilidade de prevenção do conflito e da promoção da paz. Esse tipo de operação não se encaixa nem no Capítulo VI nem no Capítulo VII da Carta da ONU (§ 50). A **Consolidação da Paz** (*Post-conflict Peace-building*) acontece após o cessar de um conflito e envolve a reconstrução do arcabouço estatal a fim de fortalecer e solidificar a paz e, assim, evitar o retorno ao conflito (§ 55). A **Imposição da Paz** (*Peace-enforcement*) se refere às operações autorizadas pelo Conselho de Segurança sob a justificativa de que haja ameaça à paz, ruptura da paz ou ato de agressão. Tais operações são respaldadas pelo Capítulo VII da Carta da ONU e pressupõem o uso de força armada para restaurar a paz e a segurança internacionais (§ 57). Essa categorização das operações de paz é apenas uma tentativa de tipificar as ações da ONU de forma a melhor

portanto, recorreria a diferentes abordagens, baseada na experiência adquirida em anos anteriores, para sanar problemas que emergiam na nova era.

O sofrimento humano chamou atenção para o fato de que os soldados eram instruídos a utilizar a força para se defender e guardar os suprimentos de ajuda humanitária, mas eram impedidos de utilizar as armas de fogo para proteger as pessoas diretamente afetadas pelos conflitos. Quanto a esse assunto, o Relatório Brahimi (2000) aponta a necessidade de ações mais enfáticas para assegurar a segurança física dos indivíduos e evitar grande número de perdas humanas. Conclui-se, no documento, que a proteção dos direitos humanos é fator fundamental para o sucesso das atividades de manutenção da paz.

No mesmo ano de 2000, o então Secretário Geral da ONU, Kofi Annan, publicou um relatório intitulado Nós, os Povos: o Papel da ONU no Século XXI⁶ (*We the Peoples: The Role of The United Nations in the 21st century*). O referido documento é organizado em torno dos seguintes temas centrais: globalização e governação, viver ao abrigo da necessidade, um mundo liberto do medo e para um futuro viável. Na virada do milênio, Kofi Annan insta os Estados-membros a fortalecerem seu compromisso com uma estratégia coordenada para acabar com a desigualdade e a pobreza, proteger as populações, preservar o meio ambiente e melhorar a educação em todos os países. O conceito de segurança humana aos poucos vai se consolidando nos discursos da ONU, como indicam as seguintes palavras do Secretário Geral: “Nenhuma alteração da nossa maneira de pensar ou agir pode ser mais decisiva do que colocar o ser humano no centro de tudo o que fazemos” (ANNAN, 2000, p. 7).

Como base nesse arcabouço normativo, as operações de paz foram sendo paulatinamente transformadas, principalmente em relação à estrutura organizacional e ao escopo de atuação. As referidas operações passaram a ser compostas por expressivos contingentes – civis, militares e policiais – e a exercer uma multiplicidade de atividades, dentre as quais se destacam: desarmamento, desmobilização e reintegração (DDR); remoção de minas; monitoramento das práticas referentes aos direitos humanos; realização de eleições; retorno, reassentamento de refugiados e desenvolvimento de forças policiais locais; disponibilização de suprimentos médicos, elétricos e sanitários; restabelecimento de serviços postais; solução de problemas agrícolas, incluindo seca e irrigação; manutenção de fábricas e empresas privadas; disponibilização e transporte de suprimentos alimentícios para a

entendê-las. Essas atividades são flexíveis e os processos podem progredir ou retroceder de acordo com cada conflito.

⁶ O documento vertido para o português pode ser encontrado no site do Centro Regional de Informação das Nações Unidas (UNRIC). Disponível em: <<http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/Nosospovos.pdf>>. Acesso em: 05 ago. 2011.

população local; embarcação de mercadorias para exportação e importação; avaliação de prejuízos causados a propriedades e estipulação da reparação dos danos; entre outras (SWIFT, 1974, p. 268).

Teoricamente, os civis são os integrantes da missão responsáveis pela execução das supracitadas tarefas econômicas e sociais e os efetivos militares, por sua vez, viabilizariam o desdobramento dos componentes civis, proporcionando um ambiente seguro para eles atuarem. Contudo, dado o ambiente instável no qual as forças da ONU geralmente atuam, as tropas são requisitadas para colocar em prática tarefas relacionadas às necessidades básicas da população afetada pelas disputas internas. Disso decorre que é difícil distinguir que funções são específicas de cada componente, pois as atividades se complementam e se sobrepõem.

A execução de tarefas socioeconômicas, políticas e de segurança pelos efetivos militares é cada vez mais comum. Igualmente recorrente é a maior proximidade com a população local. Algumas vezes, os soldados exercem papéis de negociador e mediador para extrair informações que ajudam a capturar líderes de facções rebeldes ou paramilitares. Em outros momentos, eles são responsáveis pela organização de eventos políticos, como eleições, e festivos, como partidas de futebol. A legitimidade de uma missão depende, em grande medida, da boa relação mantida com a população local. Portanto, a ONU recomenda que os soldados desembarquem em território estrangeiro preparados para respeitar a população local, ou seja, cientes das diferenças de cultura, língua e costumes locais.

O então Representante Especial do Secretário Geral para a Missão das Nações Unidas no Congo (MONUC), Alan Doss, tocou em um ponto importante das missões de paz atuais. Segundo ele, “nunca vão existir recursos suficientes... É por causa disso, por exemplo, que nós estamos tentando entender melhor as comunidades... Precisamos reconhecer que a proteção é muito mais do que apenas ter botas militares em campo. Trata-se de como usá-las, e como você pode se conectar com a população civil” (UNIFEM, 2010, p. 10). Esse pensamento traduz o papel mais amplo a ser desempenhado pelos soldados no que diz respeito à proteção da população civil. A restauração da segurança requer não apenas a proteção de violência física, mas o estabelecimento de um ambiente seguro e uma solução política duradoura.

As tarefas dos militares, por vezes, cruzam com as atividades dos representantes de Organizações Não-Governamentais (ONGs). Essa parceria é importante em termos de planejamento estratégico, uma vez que os representantes das ONGs podem desempenhar funções que os militares sentem dificuldades para colocar em prática, principalmente quando se trata de lidar com a mídia e executar tarefas socioeconômicas e socioculturais (ABIEW,

2003; STUDER, 2001). Contudo, trata-se de uma relação que não está livre de problemas. Os soldados e os agentes humanitários seguem diferentes e, por vezes, antagônicas diretrizes operacionais, o que dificulta uma ação conjunta. Enquanto o militar está acostumado a seguir ordens, sem questionar, os voluntários que compõem as ONGs possuem uma agenda própria, flexível e heterogênea. De acordo com Paulo Fontoura (1999, p. 130), a dificuldade de coordenação é sentida principalmente em questões humanitárias. A tarefa principal do militar é fornecer apoio logístico e proteger o pessoal envolvido nas atividades de distribuição de assistência humanitária. Porém, quando o civil não está envolvido nessas atividades ou quando ele não tem condições de realizá-las, devido à insegurança do local, o soldado pode substituí-lo e executar tarefas de caráter humanitário (ABIEW, 2003, p. 29). Tendo isso em mente, os comandantes militares propõem a criação de um órgão que centralize as ações conjuntas; contudo, grande parte das ONGs prefere não associar sua imagem às atividades das tropas da ONU, com receio de que uma parceria explícita afete princípios como a imparcialidade e a liberdade de ação (STUDER, 2001).

Diferente das atividades colocadas em prática na guerra, os militares da ONU interagem com a população local, realizam atividades em conjunto com representantes de ONGs e de organismos intergovernamentais, mediam conflitos de interesses locais, concedem entrevistas à mídia e tomam decisões com base na cultura local. Para desempenhar essa gama de tarefas, os centros de treinamento nacionais desenvolvem cursos e/ou seminários⁷ voltados para o preparo do pessoal militar, com ênfase nos tópicos de direitos humanos, gênero, saúde, assistência humanitária, código de conduta, entre outros.

Diante de situações voláteis, exacerbadas muitas vezes por catástrofes naturais, e de consequências inesperadas⁸, decorrentes do maior contato dos soldados com a população local,

⁷A duração dos cursos e/ou seminários varia de uma a duas semanas, de acordo com os objetivos de cada centro de treinamento nacional. A ONU disponibiliza materiais padronizados de preparo (*Core Pre-Deployment Training Materials*, em inglês) com o intuito de uniformizar o treinamento. Os CPTMs estão disponíveis no site <<http://www.peacekeepingbestpractices.unlb.org/PBPS/Pages/Public/Home.aspx>>. Acesso em 02 ago. 2011.

⁸Alguns integrantes das operações de paz não agem de acordo com as normas de conduta defendidas pela ONU e, muitas vezes, cometem atos de violência contra membros das comunidades locais. Atos de abuso e exploração sexual, assassinatos, torturas, roubo seguido de agressão física, dentre outros atos violentos minam os princípios basilares defendidos pela Organização e têm efeitos desastrosos no terreno. Outro ponto importante é que os militares são treinados para derrotar seu inimigo e cumprir a missão dada por seus superiores. Em uma operação da ONU, os soldados da paz atuam em países debilitados pela guerra civil e os confrontos com rebeldes e/ou forças insurgentes organizadas ocorrem em favelas e bairros pobres das cidades. Em cenários como este, a utilização de armas de fogo em confronto aberto pode ocasionar “efeitos colaterais”, ou seja, a morte de civis. Disso decorre que a população local passa a questionar a legitimidade da missão, considerando-a mais como uma força de ocupação do que como uma instituição comprometida com a paz. Por fim, os soldados que não estejam adequadamente instruídos podem sentir certa dificuldade para cooperar com outros atores, uma vez em campo. Isso ocorre por diversos fatores, dentre eles: os militares não estão acostumados com a presença de civis nas operações de combate; respeitam ao extremo a hierarquia presente no ambiente militar e são mais conservadores em relação a questões de gênero, minoria e sexualidade.

a ONU enfatiza a importância de uma missão plural, ou melhor, de uma força de paz composta por homens e mulheres, de diferentes países, com experiências profissionais e pessoais distintas, para responder de modo satisfatório a um número maior de problemas. A diversificação dos contingentes militares, de certa forma, cria novas oportunidades para o ingresso e a aceitação da mulher como portadora do título de soldada da paz.

2.2 Das Forças Armadas Nacionais às Forças de Paz Internacionais

As primeiras operações de paz da ONU, autorizadas durante os anos de Guerra Fria, eram compostas majoritariamente por homens. Em ambientes instáveis, unidades militares desembarcavam em territórios estrangeiros para lidar com os objetivos pontuais de monitoramento de cessar-fogo entre partes beligerantes e supervisão de retirada de tropas. Dag Hammarskjöld, Secretário Geral da ONU de 1953 a 1961, afirmou que as OMP são muito importantes para serem conduzidas por soldados, mas os soldados são os únicos capazes de fazê-lo (DEGROOT, 2001, p. 33). DeGroot sustenta que as incursões em países estrangeiros podem ser violentas e, portanto, o treinamento de combate é fundamental em uma tropa internacional. Por outro lado, Whitworth (2004, p. 151) critica o envio de soldados para missões que têm como objetivo central a paz, defendendo que os militares são construídos socialmente para derrotar seu inimigo e não estabelecer a paz. Todavia, a autora admite que os militares ainda são os únicos que podem ser enviados rapidamente para zonas de conflito com a finalidade de colocar em prática mandatos multidimensionais (WHITWORTH, 2004, p. 185).

Desta forma, ambos os autores concordam que as missões de paz precisam de indivíduos com treinamento militar. Por outro lado, o perfil de um soldado da paz é definido por valores como sensibilidade, conciliação e pacifismo. Não à toa, a mídia, em grande medida, alude positivamente às atividades realizadas pelos “capacetes azuis”⁹, privilegiando imagens nas quais eles aparecem distribuindo comida, desarmando milícias e interagindo com a população local (HIGATE, 2004, p. 127). Nas missões de paz, diferentemente do que acontece nas forças preparadas para guerra, há uma recente valorização do lugar que remete aos cuidados e à negociação *vis à vis* à frente de batalha. Ainda que a importância de funções

⁹Os integrantes das missões de paz utilizam bonés ou capacetes azuis para se diferenciarem dos demais soldados da região de conflito.

outrora consideradas inferiores esteja sendo ressaltada por meio de textos e símbolos (fotos, por exemplo), as mulheres continuam a ser os principais sujeitos requisitados – ou algumas vezes as que exigem – preencher os espaços nas missões de paz que os homens não conseguem ou não querem ocupar, com base em argumentos sexistas.¹⁰

Quando um país, a pedido da ONU, aceita participar de uma missão de manutenção da paz, alguns documentos normativos são firmados para que essa “parceria” funcione adequadamente.¹¹ Destaque especial é dado, neste trabalho, à assinatura do Memorando de Entendimento (MoU), um acordo firmado entre a ONU e os Países que Contribuem com Tropas (TCCs, em inglês), no qual são especificados os pormenores dessa relação. O MoU estipula termos e condições relativos a aspectos administrativos, logísticos e financeiros concernentes à contribuição de pessoal, equipamento e serviços. É neste documento que o TCC especifica o número de militares enviados para uma missão de paz por determinado período; contudo, os dados não são desagregados por sexo. As tropas são transferidas como uma unidade militar e, sendo assim, a proporção de mulheres integrantes do componente está diretamente relacionada à representatividade feminina nas forças armadas nacionais.

Historicamente, a experiência feminina nas forças armadas foi camuflada por estereótipos de gênero. Suposições de que a mulher é fraca física e emocionalmente, sem os impulsos agressivos necessários para atuar em ambientes de conflito, conformaram barreiras que silenciaram os relatos acerca de sua participação nas unidades militares enviadas para campos de batalha. Em muitas narrativas, os homens aparecem em funções de combate, enquanto as mulheres permanecem nas barracas, exercendo uma série de atividades consideradas como tarefas de apoio ou extensões dos afazeres domésticos – enfermeira, cozinheira, carregadora de água, entre outras (DEGROOT, 2001, p. 24). Essa “divisão sexual da guerra”¹², expressa na polarização dos papéis sexuais, implica na exclusão das mulheres das conversas de guerra e os homens são excluídos das conversas de bebê (ELSHTAIN, 1987).

No discurso político moderno, as guerras estão associadas à masculinidade, que reforçam valores como força física, honra e coragem (ELSHTAIN, 1987, p. xii; KENNEDY-PIPE, 2010, p. 77). As características femininas – gentil, conciliadora, pacífica – são sintetizadas como o extremo oposto do que se espera de um soldado. É por isso que muitos

¹⁰Uma militar do Paraguai confidenciou à autora em uma conversa informal que as mulheres devem ir para missões de paz para cuidar dos outros, porque as mulheres nascem para ser mães.

¹¹Documentos normativos da ONU que regulam a relação entre os Estados-membros e a ONU em uma missão de paz: Acordo Sobre o Status da Força, Memorando de Entendimento, Cartas de Assistência e Acordo Prévio sobre Disponibilização de Tropas. Para mais sobre o assunto ver: MINISTÉRIO DA DEFESA. **Manual de Operações de Paz do Ministério da Defesa (MD33-M-01)**. 2006.

¹²Expressão utilizada em COCKBURN, C. Militarism and War. In: SHEPHERD, L. J. (Org.). **Gender Matters in Global Politics: a feminist introduction to international relations**. London: Routledge, 2010, p. 105.

homens que não podem ou não querem lutar são tidos como afeminados e os que optam por seguir a carreira militar são obrigados a mitigar “quaisquer sentimentos vistos como pertencentes a “traços femininos” – tal como medo, culpa ou tristeza” (FONTOURA, N., 2010, p. 78). As mulheres, por sua vez, são relegadas às margens dos ambientes de conflito, sem permissão para “morrer em batalha ou pelo menos ter uma morte honrosa como guerreira” (TICKNER, 1992). Nesse sentido, a rivalidade entre significados *generificados* contribui para transmitir a ideia de dependência da mulher ao homem, que está desarmada e precisa de proteção para sua sobrevivência em tempos de crise.

No entanto, o binômio “guerra e mulher” não remonta exclusivamente à vulnerabilidade feminina em situações de conflito armado (RIAL, 2007, p. 135). Não há como negar que mulheres e meninas foram – e continuam sendo – alvos de violência sexual e que o estupro é utilizado muitas vezes como arma de guerra. Contudo, é notável a ascensão de algumas figuras femininas a cargos antes ocupados unicamente por homens, em espaços tradicionalmente masculinos. Igualmente relevante é o desempenho delas uma vez em situações de relativo poder. Contrariando estereótipos de gênero enraizados no entendimento popular, algumas mulheres se destacam pela brutalidade e desafiam noções convencionais sobre a relação entre violência e gênero masculino e sobre o que é ser mulher. Por exemplo, em 24 de junho de 2011, Pauline Nyiramasuhuko, ex-ministra de Ruanda, foi considerada culpada pela participação no genocídio em Ruanda. Nyiramasuhuko foi indiciada e sentenciada por ordenar e apoiar o estupro de mulheres e meninas da etnia tutsi e forçar pessoas a ficar completamente nuas antes de colocá-las em caminhões e assassiná-las (BBC, 2011, online). Em outro caso, as mulheres que faziam parte das organizações extremistas hindus da Índia, consideradas esposas e mães abnegadas, repreenderam os homens que não mataram e estupraram as mulheres “rivais” durante o massacre dos muçulmanos em Gujarat, ocorrido em 2002 (COCKBURN, 2010, p. 106).

Destaca-se, ainda, o protagonismo de algumas mulheres na luta, guerreando lado a lado a seus pares masculinos. Antigamente, as mulheres que atuavam em conflitos eram consideradas aberrações¹³ e/ou tinham seus feitos históricos como combatentes renegados.¹⁴

¹³ Algumas mulheres perderam sua identidade como “mulher”, sendo consideradas aberrações. A figura de Joana D’Arc é um exemplo simbólico.

¹⁴ As mulheres participaram ativamente de conflitos armados. Por exemplo, “durante a Primeira Guerra Mundial, os russos formaram um batalhão somente de mulheres para lutar contra os alemães em prol da defesa do país. Esse batalhão impressionou os comandantes mais antigos ao humilhar tropas inimigas que ao fim e ao cabo foram obrigadas a se render a um grupo de mulheres. Mas, depois da guerra, o incidente foi rapidamente esquecido. Durante a Segunda Guerra Mundial, os soviéticos recorreram novamente às suas mulheres, depois que os alemães invadiram em junho de 1941. As soldadas serviram em várias unidades de combate, ganhando destaque como pilotos de caça. Elas combateram lado a lado aos homens e, como em todas as unidades, tiveram

Os estudos recentes sobre disputas armadas em sociedades contemporâneas mostram a figura feminina como parte integrante de exércitos nacionais, mártires em atentados a bomba e integrantes de movimentos guerrilheiros (RIAL, 2007, p. 136).¹⁵

As representações da mulher na guerra e nas forças armadas são importantes devido à conexão existente entre guerra, masculinidade e Estado moderno. As abordagens de gênero reconhecem que o Estado-nação foi criado e consolidado por meio de conflitos, processo que permitiu a institucionalização das diferenças de gênero. Nesse sentido, a constituição do Estado ocorre a partir da perpetuação de noções estereotipadas que diferenciam o lugar ocupado por homens e mulheres nas sociedades. Para Steans (1998, p. 81), os direitos e deveres do cidadão foram associados à habilidade de “pegar em armas” em prol da defesa da nação, ameaçada pelo inimigo militarizado. De acordo com a autora, a articulação entre cidadania e uso de armas privilegiou a figura masculina – referenciados no discurso político moderno como guerreiros e heróis dotados de virilidade e agressividade para participar de embates – e consolidou a ideia de que a mulher ocuparia o domínio privado.

No caso específico das instituições castrenses, Carreiras (2010, p. 472) sustenta que são organizações extremamente *generificadas*, o que implica que diferenças entre masculinidades e feminilidades são consideradas padrões e, portanto, normativas em termos de produção de significados e alocação de recursos materiais. Nesse sentido, as divisões de oportunidades e trabalhos se manifestam por meio de estruturas organizacionais complexas, que permitem que as pessoas se identifiquem umas com as outras (BOSCH; VERWEIJ, 2002, p. 126). Em termos culturais, a predisposição ao combate está amplamente relacionada à masculinidade, difundindo crenças populares de que os homens são corajosos e agressivos, merecedores dos prestígios e recompensas relacionados ao uso de armas (KENNEDY-PIPE,

que lidar com os horrores da guerra e as casualidades. Finda a guerra, os russos aparentemente esqueceram seus feitos, considerando-as uma vergonha à nação. As mulheres que queriam seguir a carreira militar foram proibidas de fazê-lo, sendo encorajadas a voltar para casa e ter filhos. A maternidade era vista como um serviço mais importante, que elas deveriam prestar ao Estado”. O mesmo ocorreu com as britânicas. “Durante a Segunda Guerra Mundial, os membros femininos das baterias mistas de antiaéreo participavam ativamente dos combates, submetendo-se ao fogo cruzado e sofrendo igualmente com as ações das tropas inimigas. Com o objetivo de preservar sua imagem imaculada, de não-combatentes, elas eram proibidas de carregar ou atirar com armas para manter a ilusão de que não estavam *de fato* matando.” DEGROOT, G. J. A Few Good Women: Gender Stereotypes, the Military and Peacekeeping. In: OLSSON, L.; TRYGGESTAD, T. L. **Women and international peacekeeping**. London: Frank Cass, 2001, p. 21.

¹⁵O número de mulheres integrantes das forças armadas norte-americanas cresceu significativamente de 1973 a 2008, indo de 2% a aproximadamente 20% (COCKBURN, 2010, p. 106). A presença feminina também recebe destaque nas seguintes forças insurgentes: os Tigres de Libertação do Tamil Eelam, as forças de secessão no Sri Lanka, as forças sandinistas em Nicarágua, as Forças Populares de Libertação Farabundo Martí, em El Salvador, e a Frente da Libertação da Eritreia, durante os 30 anos de guerra de independência contra a Etiópia. SKJELSBØK, I.; SMITH, D. **Gender, peace and conflict**. London: SAGE Publications, 2001, p. 7.

2010, p. 83). As mulheres, por sua vez, são relegadas a uma posição inferior, sendo segregadas numérica e funcionalmente.

Com base nestes pressupostos, algumas autoras feministas sustentam que a política de integração de mulheres nas forças armadas não garante que sua entrada será plena em todos os aspectos (CARREIRAS, 2010; SÍMIC, 2010). As convenções militares e atitudes de alguns membros da instituição, arraigadas em entendimentos tradicionais que reforçam a inferioridade da mulher, são vistas como barreiras a possíveis transformações nas estruturas e práticas das organizações. Em alguns casos, a mudança oficial da política a favor do recrutamento de indivíduos do sexo feminino é enaltecida, porém continua sendo insuficiente para acabar com representações discriminatórias de gênero. As forças armadas de muitos países são tecnicamente abertas às mulheres. Contudo, persistem algumas normas e práticas que limitam ou excluem a participação da mulher em postos hierárquicos, posições de poder ou mesmo em determinadas unidades – unidades de combate, por exemplo, continuam sendo reduto quase exclusivo dos homens (CARREIRAS, 2010, p. 474). Além disso, as mulheres são frequentemente alocadas em serviço adicionais ou de apoio, sob justificativas de falta de acomodação, ausência de privacidade e/ou capacidade física inferior¹⁶ (BOSCH; VERWEIJ, 2002, p. 125).

Ainda que sejam incorporadas às forças armadas, algumas soldadas se sentem constrangidas e sofrem com o assédio sexual de próprios colegas masculinos. Kayla Williams, integrante das forças norte-americanas a serviço no Iraque, narra sua experiência na função de sargento:

Uma mulher soldado tem que endurecer-se. Não apenas para o inimigo, para a batalha ou para a morte. Quero dizer endurecer-se para passar meses inundada em um mar de caras nervosos que, quando não estão pensando em ser mortos, estão pensando em fazer sexo. Os olhos deles em você o tempo todo, nos seios, na bunda - como não há mais nada para ver ... Foi como uma guerra separada, sem derramamento de sangue, dentro de uma mais mortal (WILLIAMS¹⁷, 2005, p. 13-22 apud COCKBURN, 2010, p. 107).¹⁸

¹⁶Está cada vez mais difícil sustentar que as mulheres não podem lutar em posições de combate com base no argumento de que possuem capacidade física inferior. Os confrontos atuais são altamente tecnológicos e, muito em função disso, a força física deixa de ser requisito fundamental.

¹⁷WILLIAMS, K. *Love My Rifle More Than You: Young and Female in the US Army*. London: Weidenfeld and Nicholson, 2005.

¹⁸Tradução livre de: "A women soldier has to toughen herself up. Not just for the enemy, for battle, or for death. I mean toughen herself to spend months awash in a sea of nervy, hyped-up guys who, when they're not thinking about getting killed, are thinking about getting laid. Their eyes on you all the time, your breasts, your ass – like there is nothing else to watch... It was like a separate bloodless war within the larger deadly one." COCKBURN,

Outro ponto importante é a possibilidade de que as mulheres não percebam ou optem por não questionar a discriminação percebida, abertamente ou camuflada, nas instituições castrenses. A busca pelo pertencimento à organização – ocupar genuinamente posições militares em vez de preencher espaços e funções simbólicas – pode fazer com que elas próprias ajam de acordo com as práticas e culturas em voga, sendo assimiladas ao complexo sistema de significados que rege as atividades do mundo militar (CARREIRAS, 2010, p. 474). Assim, em muitos casos, as mulheres podem ser consideradas oficialmente membros das forças armadas, mas ainda não estão plenamente integradas nas estruturas militares.

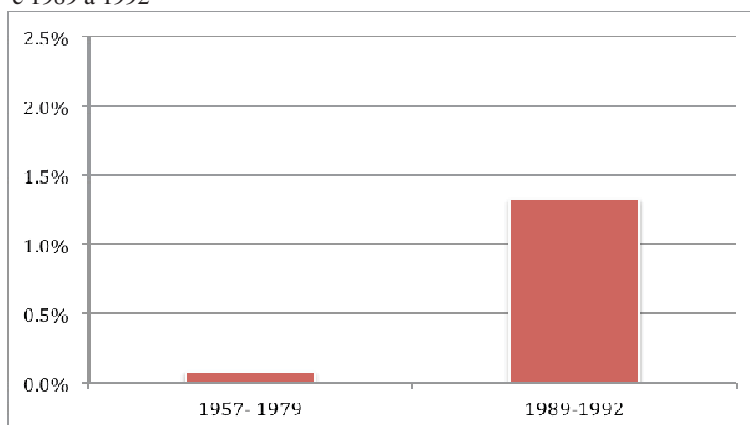
Os contingentes militares das missões de paz são vistos como ambientes dominados por homens, que valorizam princípios ligados à masculinidade militarizada (INSTRAW, 2010, p. 14). O conceito de masculinidade se refere a “uma série de atitudes e práticas culturalmente entendidas como apropriadas e próprias ao homem” (ENLOE, 2002, p. 22). Cada forma de masculinidade requer, para sua validação, uma forma particular de feminilidade, podendo existir diferentes formas de cada uma em uma mesma instituição (ainda que estejam sendo suprimidas pelo modelo dominante) (ENLOE, 2002, p. 23; COCKBURN, 2010, p. 105-112). A masculinidade militarizada, como observa Cynthia Enloe, é um modelo de masculinidade que tem como complemento uma forma de feminilidade passiva, que reduz a mulher a posições de status e poder inferior. Tendo isso em mente, a próxima seção é dedicada à análise da inclusão das mulheres nas forças de paz da ONU, com ênfase nos espaços destinados a elas nos contingentes militares.

2.4 Em Busca de Maior Representação Numérica para as Mulheres: uma análise crítica das ideias apresentadas por órgãos e agências especializadas das Nações Unidas

Há registros da participação de mulheres nas missões de paz desde o final da década de 1950. Durante o período de 1957-1979, do total de 6.250 militares atuantes em solo estrangeiro, aproximadamente cinco eram mulheres, o que traduzido em valor percentual equivale a 0,1% do pessoal em campo. As poucas participantes femininas ficavam, geralmente, alocadas nas unidades de saúde para atuar como enfermeiras e/ou médicas (BEILSTEIN, 1995, p. 1).

C. Militarism and War. In: SHEPHERD, L. J. (Org.). **Gender Matters in Global Politics: a feminist introduction to international relations**. London: Routledge, 2010, p. 107.

GRÁFICO I – Percentual de mulheres nos componentes militares das missões de manutenção da paz das Nações Unidas durante o período de 1957 a 1979 e 1989 a 1992



Fonte: BEILSTEIN, J. **Women 2000: The Role of Women in United Nations Peacekeeping**. New York: Division for Advancement of Women, 1995, p. 1-3.

Durante a década de 1990, mesmo período que as missões de paz das Nações Unidas foram sendo transformadas quantitativa e qualitativamente, a ONU começou a devotar mais atenção às questões de gênero (WHITWORTH, 2004, p. 119). Beilstein (1995, p. 1) sustenta que, a partir de 1994, os representantes da ONU começaram a sugerir, em ofícios e comunicados de imprensa, que o momento era propício para aumentar a representação feminina em OMP. A Divisão Militar do DPKO inseriu o tema na pauta das reuniões periódicas, realizadas com os TCCs, requisitando a presença de mais mulheres nos componentes militares. Os pedidos feitos aos Estados-membros refletiam a demanda por soldados em campo: estima-se que os números correspondiam a 78.500, em 1993, 76.500, em 1994, e 68.900, em 1995 (MAZURANA, 2003, p. 64).

Os pronunciamentos e documentos da ONU indicavam o comprometimento da Organização com o alcance do equilíbrio de gênero (50:50) em todas as posições profissionais, incluindo aquelas envolvidas com as operações de paz. Por exemplo, na Resolução 47/226 de abril de 1993, a Assembleia Geral chama atenção para a urgência de medidas para impedir restrições ou discriminações sexistas no recrutamento, nomeação e promoção de homens e mulheres dentro das Nações Unidas. Dando prosseguimento às recomendações, o órgão apela aos Estados-membros que apoiem os esforços da ONU, agências especializadas e organizações relacionadas no que concerne às políticas de aumento da participação de mulheres. Em termos numéricos, durante os anos de 1989 a 1992, o total de mulheres

correspondia a 255, representando em torno de 1% do pessoal militar. Em 1993, verificou-se um aumento de 0.7% em relação ao número anterior, enquanto, para os anos seguintes, “as estatísticas não são completas e foram submetidas esporadicamente para diferentes missões” (OLSSON, 2000, p. 2).

Além disso, o início dos anos 90 foi um período de intensa mobilização de grupos feministas em prol de avanços à causa da mulher na agenda social da ONU. Sob os auspícios da Assembleia Geral das Nações Unidas, uma série de encontros e documentos internacionais abordou temas outrora considerados exclusivamente da alçada nacional, como o respeito pela dignidade humana e a igualdade e equidade entre homens e mulheres nas esferas políticas, econômicas, sociais e culturais (ALVES, 2001, p. 31). Em 20 de dezembro de 1993, a Assembleia Geral adotou a Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra a Mulher, que manifestou a necessidade de eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e meninas e a remoção de todos os obstáculos à igualdade de gênero (ONU, 1993). No mesmo ano de 1993, realizou-se, em Viena, a Conferência das Nações Unidas sobre Direitos Humanos da qual resultaram a Declaração de Viena e o Programa de Ação. A Conferência considerou os direitos humanos das mulheres e das meninas como sendo inalienáveis, integrais e parte indivisível dos direitos humanos universais. Em 1995 foi proclamada a Declaração e a Plataforma de Ação de Pequim com os objetivos de igualdade, desenvolvimento e paz para todas as mulheres, em todos os lugares e no interesse de toda a humanidade (ONU, 1995a, § 3, p. 2).

Paralelamente aos êxitos normativos que balizaram a partir de então o tratamento internacional dos temas mulher e gênero, o entusiasmo com as operações de paz foi sendo substituído por um desânimo e certa descrença em relação à ONU, já que diversas missões não conseguiram evitar tragédias humanas. O fracasso na Somália em 1992, o genocídio em Ruanda em 1994 e o massacre de Srebrenica em 1995 suscitaram críticas negativas por parte da comunidade internacional.¹⁹ Como resultado, as Nações Unidas iniciaram um processo de autoavaliação, principalmente no que concerne às missões de paz. Em outras palavras, a ONU começou a repensar as suas práticas e a revisar os mecanismos que estavam sendo utilizados no campo da paz e da segurança para se adaptar às transformações do cenário global.

¹⁹Na Somália, as políticas de *peacekeeping* foram bem intencionadas, porém não foram bem administradas, acarretando no envolvimento dos soldados da ONU em disputas com integrantes das milícias somalis. Por outro lado, em Ruanda e na antiga Iugoslávia faltou vontade política por parte do Conselho de Segurança e do Secretariado para colocar em prática as políticas necessárias para evitar violações em massa dos direitos humanos.

Esse processo de reavaliação dos sucessos e fracassos culminou, em 2000, na publicação de um relatório produzido pelo Painel sobre as Operações de Paz – o Relatório Brahimi – que propôs mudanças significativas para as operações, com o objetivo de fortalecê-las como instrumentos de política de segurança internacional e adequá-las aos novos desafios. Ainda, os membros permanentes do CS passaram a exigir reformas nas operações de paz, ou seja, maior preparação das tropas, mobilização mais rápida, constante manutenção das forças de paz, sedimentação ou reformulação das práticas e conceitos já existentes e cooperação entre os atores engajados em promover a paz (FONTOURA, P., 1999, p. 70). No que concerne à temática “gênero”, o relatório contém recomendações pontuais. Consta no documento que o processo de seleção de líderes de missões e representantes especiais do Secretário Geral deve levar em conta a distribuição geográfica e a equidade de gênero. Ainda, recomenda-se que o pessoal da ONU em campo respeite as normas, culturas e práticas locais, principalmente quando se trata de diferenças de gênero (ONU, 2000a, p. 23).

No mesmo ano de publicação do Relatório Brahimi foram publicados os resultados de uma análise detalhada sobre a participação de mulher em missões de paz, com base em seis estudos de caso – África do Sul, Bósnia e Herzegovina, Camboja, El Salvador, Kosovo e Namíbia. Conforme relatou a então assessora especial para questões de gênero da ONU, Angela King, o estudo²⁰ mostrou que a presença de mulheres militares dá mais credibilidade à missão, servindo como modelo para as mulheres que residem nas comunidades sob influência da ONU. Ainda, constatou-se que as chances de mulheres locais integrarem comitês e mesas de negociação aumentam se a missão de paz possuir o mínimo de 30% de soldados femininos (WITHWORTH, 2002, p. 126).

Em 2000, a Divisão para o Avanço da Mulher (DAW, em inglês), organismo da ONU que trabalha com assuntos relativos aos temas mulher e gênero, publicou um estudo intitulado *Women 2000: The role of Women in United Nations Peace-keeping*. Este documento, redigido por Beilstein, defende a hipótese de que os soldados de sexo feminino possuem atributos e valores importantes para estabelecer a paz sustentável e duradoura. O estudo mostra as mulheres como elemento diferencial para o sucesso em uma missão da ONU e apresenta as seguintes conclusões :

²⁰Os resultados desse estudo foram apresentados na conferência organizada pelo *Lessons Learned Unit*, do DPKO, em Windhoek, Namíbia. Dessa conferência resultaram o Plano de Ação de Namíbia e a Declaração de Windhoek.

- Quando existe uma grande quantidade de mulheres em missões de manutenção da paz, as mulheres locais nos países hospedeiros são mobilizadas por meio de um efeito demonstrativo positivo [...].
- A participação das mulheres nas missões de paz direciona a atenção para a necessidade de um código de conduta atualizado para os soldados da paz, principalmente nas áreas de direitos humanos e questões de gênero.
- Ao desempenhar suas tarefas, as mulheres são percebidas como compassivas, inclinadas a optar pela reconciliação em vez de utilizar da força, boas ouvintes, dispostas a aprender e contribuir para um ambiente de estabilidade e moralidade.
- A presença das mulheres, ao que tudo indica, estimula confiança entre os membros da população local, elemento crítico em qualquer missão de paz.
- As mulheres se destacam como negociadoras, ativas em propor soluções construtivas, dispostas a buscar maneiras inovadoras para estabelecer diálogo entre grupos polarizados. Elas utilizam, algumas vezes, meios não-convencionais, como cantar, para dissuadir situações potencialmente violentas.
- A participação das mulheres ajuda a romper visões tradicionais e estereótipos de mulheres em países e comunidades locais onde elas servem e entre os soldados da paz.
- Contrariando algumas expectativas, muitas mulheres voluntariamente aceitam os desafios de trabalhar em todos os tipos de situação, inclusive em áreas isoladas e perigosas.
- Soldados femininos civis trabalham de forma eficaz com pessoal militar e policial.

Similarmente, o DPKO – organismo da ONU para assuntos de manutenção da paz – defende que as mulheres ajudam a reduzir conflitos e confrontos; facilitam o acesso e apoio às mulheres locais, principalmente em lugares onde os homens não podem conversar com indivíduos do sexo feminino; favorecem o empoderamento da mulher na comunidade; ajudam a criar ambientes mais seguros e menos violentos; reforçam o comprometimento da ONU com a diversidade, inclusão e igualdade de gênero; e agem como modelo locais, inspirando mulheres e meninas em sociedades dominadas por homens para lutar pela participação nos processos de paz.²¹

²¹Informações obtidas no site oficial do DPKO. Para mais informações, ver: DEPARTAMENTO DE OPERAÇÕES DE MANUTENÇÃO DA PAZ. **Women in Peacekeeping**. 2011. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/issues/women/womeninpk.shtml>>. Acesso em: 04 jul. 2011.

O estudo *Women, Peace and Security* elaborado pelo Secretário Geral da ONU, em 2002, sustenta que as soldadas da paz desempenham tarefas, principalmente, nas áreas administrativa, civil, legal e de recursos humanos (ONU, 2002, § 262, p. 82). Em 2010, o Coronel Joseph Ogonna, chefe do batalhão da Nigéria a serviço da Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL), relatou que as nigerianas sob seu comando cumpriam funções tradicionais, incluindo as de cozinheira, enfermeira, professora, secretária e assistente social (CARVAJAL, 2010). O relatório *Women with a Blue Helmet*, publicado pelo Instituto de Treinamento e Pesquisa para o Avanço da Mulher (INSTRAW), apresentou as conclusões de análises feitas a partir de entrevistas realizadas com mulheres que serviram – ou estavam servindo à época – em missões de paz. O documento ressaltou que “nos poucos casos em que a mulher é escolhida para trabalhar no [contingente] militar, ela é quase sempre assignada para papéis mais seguros, menos visíveis ou menos “sérios” em vez de posições de tomadas de decisão ou na linha de frente” (INSTRAW, 2010, p. 14). Ainda, o relatório chama para o fato de que

[...] em unidades militares mistas, as mulheres podem ser relegadas a papeis de apoio, como cozinheira, faxineira e secretária. As mulheres que desempenham essas funções são oficialmente chamadas de *peacekeepers* e são incluídas nas estatísticas das missões, mas na realidade elas estão completamente marginalizadas das principais atividades [...] (INSTRAW, 2010, p. 17).²²

Ainda com relação ao assunto, em março de 2010 o DPKO lançou as diretrizes Integrando uma Perspectiva de Gênero ao Trabalho dos Militares das Nações Unidas nas Operações de Paz com o intuito de servir como uma ferramenta para guiar a interpretação prática dos mandatos existentes sobre Mulher, Paz e Segurança no desempenho das tarefas diárias dos soldados (DPKO, 2010, p. 5). Algumas atividades em nível tático, dirigidas ao pessoal militar (homens e mulheres) que trabalha no terreno, são descritas da seguinte maneira:

²²Tradução livre de: “[...] in mixed teams, women may be relegated to support staff roles, such as cooking, cleaning and secretarial tasks. Women in such roles are officially called peacekeepers and are included in mission statistics, but in reality are completely marginalized from the most visible and main mandated peacekeeping activities.” INTERNATIONAL RESEARCH AND TRAINING INSTITUTE FOR THE ADVANCEMENT OF WOMEN. **Women with a Blue Helmet: The Integration of Women and Gender Issues in UN Peacekeeping Missions.** 2010. Disponível em: <http://www.peacewomen.org/assets/file/Resources/UN/unbalpk_integrationwomengenderunpeacekeeping_instraw_aug_2010.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2010.

TABELA I – Atividades militares em nível tático, segundo a diretriz do DPKO “Integrando uma Perspectiva de Gênero ao Trabalho dos Militares das Nações Unidas nas Operações de Paz”.

Funções de patrulhamento	Funções de proteção	Funções de apoio à segurança	Funções eleitorais	Funções de apoio às forças de segurança nacional
Utilizar equipes mistas para consultar com mulheres e homens da comunidade local durante as atividades de coleta de informação.	Apoiar as atividades relacionadas com a proteção de mulheres e crianças	Assegurar que o pessoal feminino revise os antecedentes das mulheres ex-combatentes.	Consultar as mulheres locais para identificar rotas de patrulhas.	Colaborar com as organizações de mulheres e outros grupos durante as atividades de integração, para fomentar o ingresso de mulheres às forças de segurança nacionais.
Identificar rotas e horários de patrulha em consulta com as mulheres e os homens locais, utilizando equipes mistas.	Garantir a segurança de vítimas de violência sexual ou de violência doméstica.	Respeitar a privacidade e direitos das mulheres e meninas durante a revisão.	Funções de monitoramento e verificação	Enviar forças mistas de treinamento e orientação para que sirvam de modelos a seguir.
Monitorar os padrões de movimento da população local, incluindo as mulheres e crianças, e ajustar os planos de patrulha para proporcionar a máxima proteção para os civis.	Consultar as organizações de mulheres locais no momento de implementar tarefas de assistência humanitária, para assegurar um acesso justo e equitativo às mulheres.	Proporcionar instalações separadas para uma proteção adequada às mulheres durante o aquartelamento e abordar as prioridades específicas de proteção de mulheres grávidas e enfermeiras.	Assegurar que equipes militares mistas monitorem e patrulhem áreas onde as mulheres desempenham suas atividades diárias	Enfatizar o apoio ao treinamento, à orientação, e à política de tolerância zero em relação aos atos de exploração e abuso sexual cometidos contra mulheres e meninas.
Realizar patrulhas a pé e em conjunto ao longo das rotas frequentadas por mulheres e crianças.	Prestar atenção especial aos grupos vulneráveis, incluindo os idosos, as mulheres grávidas e mães de leite durante a distribuição de alimentos.	Colaborar com as organizações de mulheres locais sobre programas de integração dirigidos a fomentar a apresentação de mulheres e meninas ex-combatentes.	Envolver mulheres informantes e intérpretes nas atividades para fomentar a integração das mulheres locais.	Incluir padrões e estratégias para orientar a proteção de mulheres e meninas diante da casos de violência sexual.
Enviar equipes mistas para apoiar a integração de mulheres e homens locais.	Reforçar as patrulhas nos lugares de distribuição de alimentos para assegurar um trâmite seguro para as mulheres e crianças.	Incluir mulheres e meninas nos grupos consultados no momento de coletar informações sobre o transporte e armazenamento de armas na comunidade.	Informar sobre as tendências relacionadas com os índices de violência sexual contra mulheres e meninas.	
Aumentar as patrulhas em áreas com uma grande quantidade de casos reportados de violência contra a mulher.				

Fonte: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Integrating a Gender Perspective into the Work of the United Nations Military in Peacekeeping Operations**. New York: DPKO/DFS, 2010.

Com base na Tabela I é possível notar que, no geral, as mulheres são apresentadas em posições de vulnerabilidade – “uma grande quantidade de casos reportados de violência sexual contra a mulher”, “assegurar um trâmite seguro para as mulheres e crianças”; “orientar a proteção de mulheres e meninas diante de casos de violência sexual”; “proporcionar instalações separadas para uma proteção adequada às mulheres durante o aquartelamento”. Ainda, percebe-se que os homens e meninos não aparecem como possíveis vítimas de violência sexual. Mesmo quando não há a utilização da palavra “mulheres”, subte-se que a atividade descrita se refere a esse grupo específico, como exemplo: “garantir a segurança de vítimas de violência sexual ou de violência doméstica”.

Os mencionados documentos e estudos produzidos por organismos e agências especializadas sustentam, *grosso modo*, que a presença de mulheres aumenta a efetividade operacional das atividades de campo, principalmente no que diz respeito ao relacionamento dos militares com a comunidade local. Ainda que tal assertiva esteja correta, algumas críticas podem ser feitas em relação à maneira como essas ideias são apresentadas: (i) restringe a discussão à categoria *mulher*, desconsiderando as relações e construções sociais de gênero; (ii) coloca as mulheres em posições essencialmente femininas, condizentes com visões estereotipadas – mais sensível, virtuosa e cuidadora e ressalta as tarefas que o pessoal feminino *pode* desempenhar e/ou âmbitos de atuação que *requerem* maior presença, destituindo o sujeito de desejos e necessidades próprias.

As justificativas expostas para a maior participação de mulheres nas operações de paz estão relacionadas, quase sempre, à estratégia Equilíbrio de Gênero. No entanto, observa-se que há uma ênfase excessiva nas qualidades únicas e percepções alternativas que as mulheres trazem para as operações de paz em detrimento de considerações acerca dos gêneros masculino e feminino. O equilíbrio de gênero tem sido estimulado no âmbito da ONU por meio de assunções que valorizam apenas um grupo, sem levar em consideração que a categoria de análise gênero é relacional. Outra importante crítica se refere ao fato de que as mulheres são tratadas nos documentos como aquelas pessoas diretamente relacionadas às atividades de apoio e de proteção, quase sempre junto ao grupo de “mulheres vítimas” e sem deixar explícito que homens e meninos são igualmente vulneráveis em situações de conflitos armados.

Nesse contexto, as mulheres possuem qualidades singulares, próprias de sua feminilidade, que lhes conferem uma posição privilegiada para desempenhar determinadas atividades. Ou seja, a sensibilidade e a preocupação com as necessidades dos outros são tidas como características fundamentais para garantir o exercício de tarefas complexas, que exigem

contato próximo com a população local. Assim, os estereótipos de gênero, que antes conformavam barreiras à participação das mulheres em todos os cargos, estão sendo reproduzidos em prol da maior representatividade nas estruturas internas das missões de paz (DEGROOT, 2001, p. 24).

Em termos de potencial contribuição para os esforços da paz, as mulheres também são associadas à redução de atos de violência sexual cometidos pelos soldados da ONU. O argumento é apresentado da seguinte maneira: a convivência com mulheres militares, da mesma cultura, age como fator de dissuasão e reduz significativamente os atos de abuso de poder perpetrados pelos soldados do sexo masculino, incluindo assédio sexual e estupro. Teoricamente, quando as mulheres estão presentes em campo, o ambiente se assemelha ao cotidiano “real” e, conseqüentemente, os homens tendem a se comportar melhor (DEGROOT, 2001, p. 36; SIMIC, 2010, p. 189). O DPKO sustenta que “a presença das mulheres *torna os soldados do sexo masculino mais reflexivos e responsáveis*, e amplia o repertório de habilidades e estilos disponíveis dentro da missão, quase sempre com o efeito de reduzir conflito e confrontos” (DPKO, 2011, online, grifo do autor).

Essa justificativa parte do entendimento de que as mulheres são mais pacíficas que os homens, sendo uma possível solução para o problema de abuso e exploração sexual (AES) enfrentado abertamente pela Organização há mais de uma década. Não há registros de casos de violência cometidos pelos soldados da ONU durante os anos de Guerra Fria, tampouco há evidências que comprovem a ocorrência de subnotificação pelos órgãos responsáveis e a omissão ou alteração de informações importantes pelos envolvidos para o mesmo período. No entanto, sabe-se que esse fenômeno não é recente.

Os primeiros relatos de atrocidades cometidas pelos soldados da ONU surgiram na Somália. Em 1993, militares canadenses da missão de paz na Somália foram acusados de torturar um menino de 16 anos até sua morte (WHITWORTH, 2004). Em 1997, fotos de belgas torturando um somali foram veiculadas na mídia internacional. Os soldados foram repatriados e comissões de investigações foram abertas para julgá-los em seus países de origem (DU PLESSIS, 2006, p. 56). Diante de denúncias da população local contra os militares da missão de paz em Camboja, o Representante Especial do Secretário Geral para a Missão, Yasushi Akashi, respondeu com a seguinte frase “meninos [sempre] serão meninos” (*boys will be boys*, em inglês) e nenhuma ação disciplinar foi tomada contra ele nem contra os militares acusados (REFUGEE INTERNATIONAL, 2004).

Não obstante as críticas levantadas contra a Organização, os porta-vozes da ONU justificavam a ocorrência de tais atos como eventos pontuais, inerentes ao comportamento

masculino. Foi somente na década de 2000, depois que diversas alegações em desfavor dos soldados da ONU foram veiculadas nos principais meios de comunicação e revelaram práticas sucessivas de violência sexual que a Organização reconheceu a gravidade do problema e passou a buscar medidas assertivas para combatê-los e não apenas preveni-los.

Em fevereiro 2002, agentes humanitários, funcionários de organizações não-governamentais e soldados da ONU foram acusados de abusar e explorar sexualmente crianças e adolescentes nos campos de refugiados localizados na África Ocidental – Libéria, Serra Leoa e Guiné-Bissau. Essas informações foram divulgadas na mídia como parte dos resultados preliminares de investigações²³ conduzidas pelo Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) e pela organização britânica *Save the Children*. As investigações revelaram, dentre outras coisas, que alguns militares de contingentes nacionais de missões da ONU cometiam atos violentos de natureza sexual, principalmente contra meninas que viviam em campos de refugiados ou em áreas próximas a eles. As práticas de violência sexual identificadas variavam entre troca de favores sexuais por comida ou dinheiro, prostituição forçada, abuso sexual, exploração sexual e estupro. De acordo com o relatório, dentre as acusações levantadas contra os soldados, observou-se que era prática corriqueira de alguns militares a coleta de dinheiro entre si para prostituir uma dentre as jovens refugiadas e depois todos os envolvidos na arrecadação mantinham relações sexuais forçadas com ela (REBELO, 2008, p. 10).

Kofi Annan reconheceu publicamente a recorrência de atos de exploração e abuso sexual nas missões de paz. Ele declarou: “Receio que há provas evidentes de que atos graves de má-conduta tenham ocorrido. Isso é uma coisa vergonhosa para a ONU e estou absolutamente indignado” (ONU, 2004b).²⁴ Ainda, o então Secretário Geral defendeu a urgência de uma política de tolerância zero aos casos de abuso e exploração sexual, o que significa a ausência de complacência aos militares acusados de práticas de violência sexual, sempre que a acusação seja fundamentada.

Como parte dos esforços para acabar com o problema, em 2005 foi publicado a Estratégia Completa para Eliminar Futuros Abusos e Explorações Sexuais em Operações de

²³ O estudo com os resultados preliminares da investigação foram divulgados na Internet com o título de Note for Implementing and Operational Partners by UNHCR and Save the Children-UK on Sexual Violence & Exploitation: The Experience of Refugee Children in Guinea, Liberia and Sierra Leone. O conteúdo está disponível em: <<http://www.reliefweb.int/rw/rwb.nsf/AllDocsByUNID/6010f9ed3c651c93c1256b6d00560fca>>. Acesso em: 05 abr. 2008.

²⁴ Tradução livre de: “I am afraid there is clear evidence that acts of gross misconduct have taken place. This is a shameful thing for the United Nations to have to say, and I am absolutely outraged by it.” ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Secretary-General ‘absolutely outraged’ by gross misconduct by peacekeeping personnel in Democratic Republic of Congo**. Press Release SG/SM/9605, 19/11/2004.

Paz das Nações Unidas – o Relatório Zeid. O relatório identifica vários obstáculos que contribuem para a recorrência de abuso e exploração sexual em missões de paz e sugere medidas para prevenir e punir os responsáveis. Dentre as recomendações elencadas no documento, destaca-se a necessidade de “aumentar o número de soldados do sexo feminino para criar um ambiente que desencoraje abuso e exploração sexual” (ONU, 2005a, p. 43).

É importante frisar que a ONU não possui competência para punir atrocidades sexuais cometidas pelos seus representantes em campo. Isso se deve ao fato de que as Nações Unidas firmam um acordo com o Estado anfitrião – o Acordo do Status das Forças (SOFA), no qual são definidas as especificidades relativas à jurisdição e a aplicabilidade da lei local. No SOFA²⁵, o Estado anfitrião reconhece que o país que contribuirá com tropas terá jurisdição criminal e disciplinar exclusiva sobre todos os militares do seu contingente em atuação no país estrangeiro. Assim, as leis locais não serão válidas para julgar militares, mesmo que esses sejam flagrados cometendo algum ato considerado como crime pela legislação local (REBELO, 2008, p. 21).

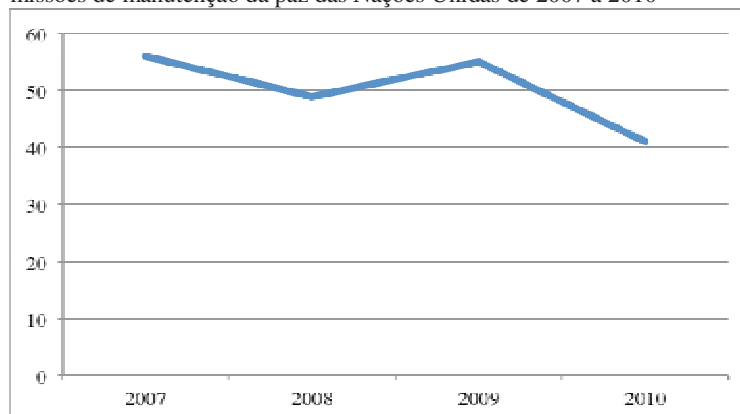
No máximo, como medidas administrativas, a ONU pode apoiar a realização de investigações conduzidas pelos órgãos pertinentes, repatriar os militares acusados ou sob suspeita para que eles sejam julgados no seu país de origem, acompanhar o julgamento no âmbito doméstico e pressionar os países envolvidos, caso necessário. Nesse contexto, as recomendações feitas por meio dos relatórios e pronunciamentos oficiais são parte significativa dos esforços para evitar que atos de abuso e exploração sexual continuem a ocorrer.

No seio das Nações Unidas prevalece a ideia de que a aplicação efetiva da estratégia de Equilíbrio de Gênero ajuda a reduzir ou eliminar a recorrência de atos abusivos cometidos pelos soldados contra os locais das comunidades em que atuam. De acordo com DeGroot (2001, p. 37), não existe evidência de que as mulheres são melhores ou piores que os homens no exercício de tarefas relativas às missões de paz. Entretanto, os estudos mostram que a presença feminina aumenta as chances de sucesso de uma operação. O autor acredita que o equilíbrio de gênero faz com que a missão de paz se assemelhe à sociedade civil e, portanto, seus membros ficam mais dispostos a observar convenções sociais que definem o comportamento civilizado. Em outros termos, a participação de mulheres influencia o comportamento sexual dos homens, tornando-os menos propensos a perpetrar a violência. As

²⁵Para mais informações sobre o SOFA, ver: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Model Status-of-Forces Agreement for Peace-keeping Operations: Report of the Secretary General**. Doc. A/45/594, anexo, parágrafo 47, alínea (b), 9/10/1990.

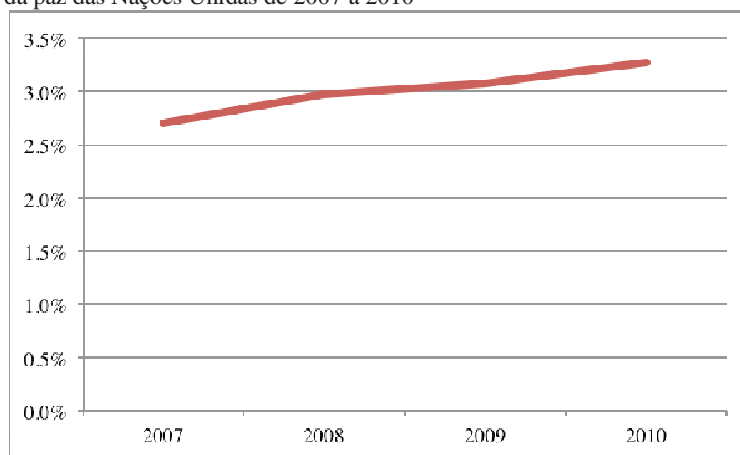
informações disponibilizadas pelo Escritório de Supervisão Interna das Nações Unidas (OIOS, em inglês) mostram que os índices de SEA *diminuíram* desde 2007, concomitantemente ao *aumento* do número de mulheres nas missões de paz.

GRÁFICO II – Alegações de abuso e exploração sexual contra militares das missões de manutenção da paz das Nações Unidas de 2007 a 2010



Fonte: Elaborado com base nos dados disponibilizados pelo Escritório de Supervisão Interna da ONU. Disponível em: <<http://cdu.unlb.org/>>. Acesso em: 2 jul. 2011.

GRÁFICO III – Percentual de mulheres militares em missões de manutenção da paz das Nações Unidas de 2007 a 2010



Fonte: Elaborado com base nos dados disponibilizados pelo Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/>>. Acesso em: 2 jul. 2011.

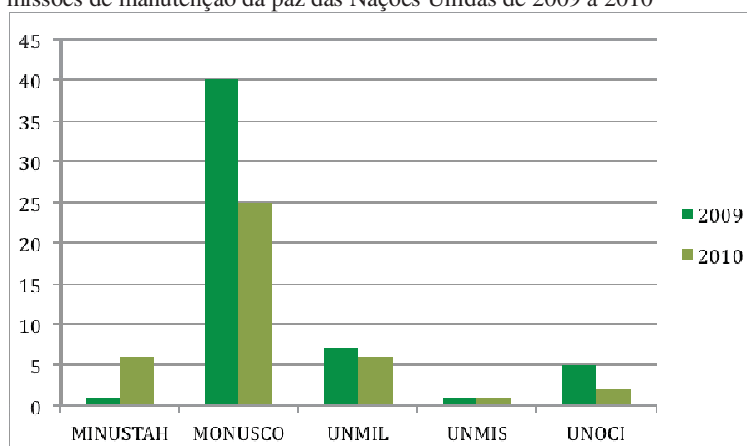
Ainda que os dados disponibilizados pelo OIOS e DPKO corroborem o argumento de que a presença feminina em missões de paz estimula a diminuição de número de casos de abuso e exploração sexual, algumas críticas podem ser feitas a esses resultados. Para que uma acusação contra o militar seja admissível em um processo de investigação, necessária se faz a

existência de provas substanciais. Em relação a casos de abuso e exploração sexual, mesmo que a investigação aponte evidências subjetivas – testemunhos de pessoas que viram o crime ser cometido – as vítimas em geral demoram a reportar o caso, devido a ameaças de retaliação por parte do perpetrador e/ou da própria comunidade. Além disso, as vítimas do sexo masculino normalmente não denunciam os atos de violência sexual por vergonha e receio de ter sua masculinidade questionada. Assim, muitas alegações de AES são consideradas incompletas e não entram nas estatísticas do OIOS.

Ademais, não há garantia institucional de que os soldados – homens e mulheres – vão delatar seus companheiros, nem que os chefes dos batalhões notificarão as suspeitas a seus superiores – civis e militares. De acordo com o relatório da Organização Não-Governamental Refugees International escrito por Jehan Khaleeli, *Addressing the Sexual Misconduct of Peacekeepers* (2004), há uma tradição do silêncio nas missões de paz, ou mais especificamente uma cultura de aceitação de que os soldados masculinos podem cometer esse tipo de ato, o que dificulta os procedimentos de investigação.

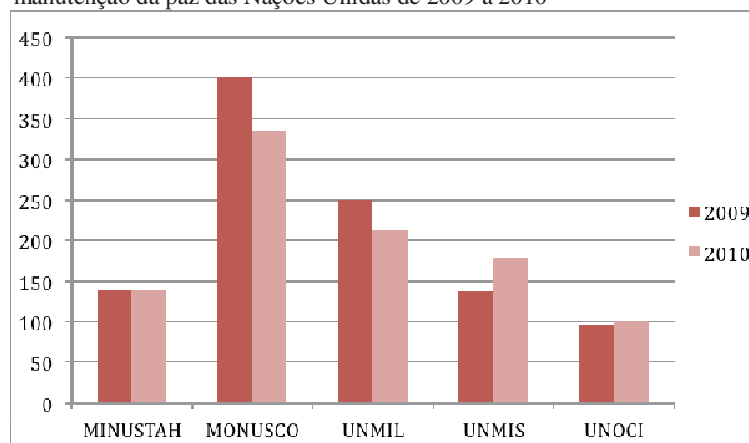
Igualmente notável é a inexistência de um padrão que justifique a ligação entre o aumento no número de mulheres em determinadas missões de paz à redução das alegações contra os militares para as mesmas missões. Comparando os dados disponibilizados pela ONU para os anos de 2009 e 2010, tem-se que as denúncias de casos de abuso e exploração sexual reduziram nas seguintes operações: Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Congo (MONUSCO), Missão das Nações Unidas na Libéria (UNMIL) e Operação das Nações Unidas na Costa do Marfim (UNOCI). Para esse mesmo período, a quantidade de mulheres atuantes na MONUSCO e na UNMIL diminuiu e na UNOCI aumentou em torno de 4,16%. A Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) apresentou mais casos de violência sexual em 2010, mantendo o mesmo número de mulheres em campo para os doze meses analisados. Por fim, de 2009 a 2010, a Missão das Nações Unidas no Sudão (UNMIS) apresentou um caso de abuso e exploração sexual, sendo que a presença de mulheres cresceu aproximadamente 30%.

GRÁFICO IV – Alegações de abuso e exploração sexual contra militares das missões de manutenção da paz das Nações Unidas de 2009 a 2010



Fonte: Elaborado com base nos dados disponibilizados pelo Escritório de Supervisão Interna da ONU. Disponível em: <<http://cdu.unlb.org/>>. Acesso em: 2 jul. 2011.

GRÁFICO V – Participação feminina nos componentes militares das missões de manutenção da paz das Nações Unidas de 2009 a 2010



Fonte: Elaborado com base nos dados disponibilizados pelo Departamento de Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas. Disponível em: <<http://www.un.org/en/peacekeeping/resources/statistics/>>. Acesso em: 2 jul. 2011.

Os dados expostos são importantes na medida em que jogam luz sobre o problema, tornando o processo de verificação de denúncias mais acessível à comunidade internacional. No entanto, a plausibilidade da relação de “causa e efeito” estabelecida entre a presença de mulheres e redução de casos de violência sexual é questionável. Afirmar, sem as devidas ressalvas, que a participação de mulheres modificará a conduta de soldados, coibindo atitudes negativas e estimulando o bom comportamento, reafirma argumentos essencialistas de que os

homens são biologicamente mais agressivos e inclinados a se envolver em atos violentos, enquanto as mulheres são inerentemente pacíficas e conciliadoras.

Connell (2002, p. 34) atenta para a necessidade de refutar argumentos como “homens serão sempre homens, e não podem ser treinados de outra forma. Violência e estupro são parte de sua própria natureza”. De fato, alguns soldados (ate então, não há evidências de que mulheres tenham perpetrado AES nas forças de paz) cometeram – e continuam a cometer – atos de violência sexual. No entanto, necessário se faz destacar que a maioria dos militares que estão a serviço da ONU, tendo sido submetidos à mesma cultura e ritos de passagem, não se engaja em casos de AES. Fontoura, N. (2010, p. 88) cita Connell (2002, p. 34) para ressaltar que “quase todos os soldados são homens, mas nem todos os homens são soldados. Quase todos os assassinos são homens, mas a maioria nunca vai matar ninguém. Ainda que todos os estupradores sejam homens, a maioria nunca cometeu um estupro”. Diferentes modelos de masculinidade coexistem dentro de uma mesma sociedade, algumas delas mais associadas com violência do que outras. O mesmo acontece dentro das organizações militares (CARREIRAS, 2010, p. 474). Kathleen Jennings (2008, p. 30) argumenta que algumas mulheres estão dispostas a acobertar atos de AES cometidos pelos seus colegas masculinos. A autora sustenta que a decisão de delatar ou não um companheiro é influenciada mais pela carreira, amizade e ambiente de trabalho do que pelo sexo.

Por considerar que em diferentes unidades e em diferentes contextos homens e mulheres constroem “masculinidades” e “feminilidades” que implicam em atitudes sociais diferentes, Carreiras (2010, p. 474) defende que os militares devem ser analisados à luz das relações entre distintas construções sociais. A autora acredita que é inválido supor que as relações em uma missão de paz se desenrolam com base em arquétipos tradicionais de “herói-guerreiro-violento” e “vítima-esposa-pacifista”. Sendo assim, reafirma-se o que fora dito anteriormente, isto é, o reconhecimento formal da importância da presença feminina em missões de paz não problematiza suposições enraizadas sobre as inúmeras masculinidades e feminilidades que coexistem em um componente militar. De modo geral, os documentos que aludem à estratégia Equilíbrio de Gênero nas missões de paz tratam homens e mulheres como extremos opostos, sem abordar a possibilidade de qualquer outra relação entre os grupos.

Nesse sentido, os documentos e pronunciamentos oficiais que aludem à estratégia de Equilíbrio de Gênero disseminam a ideia de que as mulheres possuem habilidades sociais diferenciadas em um domínio altamente masculino, sem levar em consideração suas particularidades enquanto sujeitos com anseios e direitos próprios. As ideias apresentadas para respaldar o aumento da representação feminina nos componentes militares da ONU

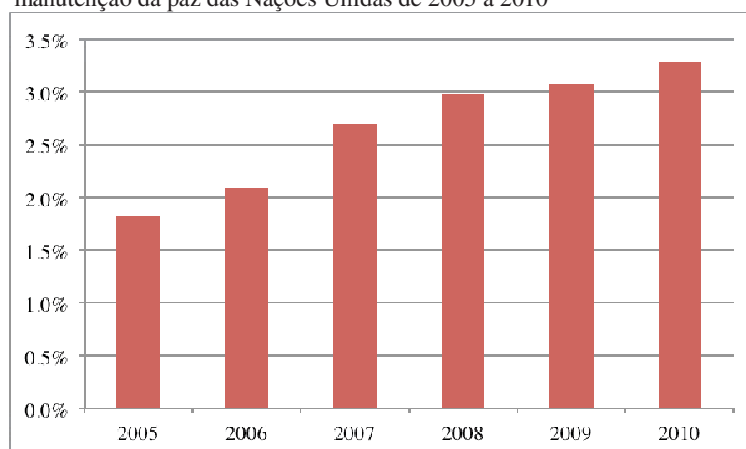
retratam as mulheres militares como aquelas que ocupam o lugar do afeto, da gentileza, da passividade e da conciliação, sem que outras experiências e atitudes sejam levadas em consideração.

2.3 Conclusão

Com a publicação da Resolução 1325 do Conselho de Segurança da ONU, organismos e agências especializadas intensificaram os esforços para disseminar informações e pressionar os Estados-membros em relação ao envio de mulheres para missões de paz. O parágrafo 4 da Resolução 1325 insta também ao Secretário Geral que procure incrementar o papel e a contribuição das mulheres nas operações de campo das Nações Unidas, de um modo especial entre os observadores militares, polícia civil, e pessoal em serviços relacionados com os direitos humanos e serviços humanitários. Em 2000, as mulheres correspondiam a 2.6% do pessoal militar em campo (MAZURANA, 2002, p. 43). Este número é baixo para uma equipe mista, principalmente quando comparado com os valores referentes a porcentagem de mulheres nos componentes policiais (4%) e civis (30%) para o mesmo ano.

Em 2005, primeiro ano que a ONU desagregou dados por sexo, as mulheres militares representavam em torno de 1.82% do pessoal em campo. Essa porcentagem cresceu gradualmente para os anos seguintes, como mostra o Gráfico VI. Trata-se, portanto, de um avanço notável em termos numéricos.

GRÁFICO VI – Percentual de mulheres nos componentes militares das missões de manutenção da paz das Nações Unidas de 2005 a 2010



Fonte: Elaborado com base nos dados fornecidos pelo DPKO. Disponível em: <<http://www.un.org>>. Acesso em: 2 jul. 2011.

No entanto, os progressos em relação à estratégia Equilíbrio de Gênero são obtidos por meio da reafirmação estereótipos em relação à mulher e ao homem. No caso do gênero feminino, parte-se de uma visão essencialista, que pré-dispõe a figura da mulher em categorias como “mulher-vítima”, “mulher-pacifista” e “mulher-conciliadora”. As mulheres podem ter sido socializadas a ser mais negociadoras e sensíveis, como afirma Olsson (2000, p. 12), entretanto isso não significa que todas vão agir da mesma maneira. Fernanda Tavares, conselheira de gênero da Missão da ONU no Burundi, em 2006, defendeu que “o aumento de mulheres nas forças de paz irá melhorar o trabalho dos boinas-azuis principalmente no que se refere ao diálogo com a população local” (RÁDIO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2006, online). Ao se referir ao papel das mulheres nas missões de paz, ela argumenta:

Nós temos uma maneira comum de nos comunicarmos e de falarmos umas com as outras. No caso especial aqui do Burundi, temos tropas estrangeiras; por exemplo, sul-africanas, paquistanesas, nepalesas etc. Seria difícil uma moça do interior compartilhar detalhes pessoais e falar com um estranho sobre a vida dela, de onde saiu ou aonde quer ir. Existe, em primeiro lugar, o constrangimento da língua que já causa uma certa dificuldade. Mas essa mesma moça falaria com outras mulheres, pois temos uma maneira (especial) de falar umas com as outras. Eu, sem ser policial ou militar, já entrei num campo de refugiados e elas vieram todas falar comigo (RÁDIO DAS NAÇÕES UNIDAS, online, 2006).

O ponto central, todavia, é que *mulher* é um termo completamente diferente de *gênero*, como vimos no primeiro capítulo. Os estudos e informes de órgãos e agências especializadas, na maioria das vezes, desconsideram essa distinção, tratando-os como sinônimos. Nesse sentido, trata-se de uma abordagem que no geral defende a paridade numérica entre os sexos em prol da igualdade de gênero, porém não questiona como o próprio conceito de gênero está sendo utilizado de maneira enviesada na elaboração dos documentos oficiais e dos estudos de entidades vinculadas às Nações Unidas.

O jornal *The New York Times* publicou um texto online intitulado *A Female Approach to Peacekeeping*, em março de 2010 – dez anos após a publicação da Resolução 1325. Os três primeiros parágrafos do artigo são apresentados da seguinte maneira:

Quando a escuridão toma Congo Town, mulheres em uniformes vão às ruas, patrulhando com rifles Kalashnikov e cabelos longos e negros torcidos em pequenas boinas-azuis. A animada sargento no comando, Monia Gusain, naturalmente as chama de “*meus homens*”. Mas as *firmes* mulheres indianas de frente para ela são na verdade *esposas e mães* que promovem a paz nas estradas de terra esburacadas da

Libéria. As mulheres – integrantes de uma unidade especial de polícias femininas das Nações Unidas – levam uma vida dupla: acabam com a criminalidade de rua à noite e ficam de guarda sob o sol equatorial úmido fora da sede do presidente da Libéria, Ellen Johnson Sirleaf. Quando elas retornam, o lar é um quartel militar, onde *elas contam histórias de ninar aos seus bebês* via chamadas de videoconferência (CARVAJAL, online, grifo do autor).²⁶

Ainda que não sejam mulheres militares e sim policiais, o texto é representativo das inúmeras possibilidades de feminilidades. A firmeza apontada no texto pode ser resultado da assimilação dessas mulheres a uma cultura militar dominante, imbuídas em um ambiente instável e envolto por símbolos masculinos – “terras esburacadas”, viver com o mínimo de conforto do “lar” (quartel militar) e executar tarefas perigosas e desgastantes. Outra questão importante é a ênfase nos papéis de esposa e mãe, ressaltando a permanência de atributos femininos, como se a “masculinização” (*meus homens*) fosse uma capa protetora que não modifica a essência dessas mulheres. A descrição do retorno para o quartel militar reforça a posição de mãe ao mencionar a existência de uma família – supostamente composta por filhos, pais e marido – que está distante, mas espera que ela cumpra seus “deveres” no domínio privado.

Apreende-se da análise feita neste capítulo que as ideias apresentadas por organismos e agências especializadas da ONU não problematizam de modo satisfatório as relações de gênero nas missões de paz – as relações entre masculinidades e feminilidades baseadas em valores, qualidades e motivações mapeados nos corpos e comportamentos de homens e mulheres de formas complexas e, por vezes, contraditórias (COCKBURN, 2010, p. 107). De fato, as mulheres são incorporadas cada vez mais nos contingentes militares da ONU e tal passo é importante. Contudo, os documentos elaborados com o intuito de estimular essa inclusão não reconhecem a complexidade por trás de formulações e ideias simples e rígidas.

²⁶Tradução livre de: “When darkness comes to Congo Town, women in crisp uniforms take the streets, patrolling with Kalashnikov rifles and long, black hair tucked into baby-blue caps. The brisk sergeant in command, Monia Gusain, matter of factly calls them “my men.” But the stern Indian women facing her are actually wives and mothers who wage peace for a living on the rutted dirt roads of Liberia. The women — part of a special female United Nations police unit from India — lead dual lives: stamping out street crime by night and standing guard under the steamy equatorial sun outside the Monrovia headquarters of the Liberian president, Ellen Johnson Sirleaf. When they retreat, home is a military barracks where they tell bedtime stories to their toddlers via video conference calls.” CARVAJAL, D. A Female Approach to Peacekeeping. **The New York Times**, Online, 5 de março de 2010. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2010/03/06/world/africa/>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

CAPÍTULO 3 UM ESTUDO INTERPRETATIVO DA LINGUAGEM DE GÊNERO EM TEXTOS DA ONU

Como parte do discurso apresentado na primeira reunião da Assembleia Geral da ONU, em 1946, Eleanor Roosevelt declarou que as mulheres devem ter oportunidades para desempenhar funções nos campos de paz e reconstrução pós-bélica, da mesma maneira que tiveram durante tempos de guerra e resistência.¹ Esse pensamento associa dois tópicos sensíveis – paz e segurança – a um assunto pouco discutido à época – o papel da mulher. Em muitos aspectos, inovador, o pronunciamento diante dos recentes Estados-membros da ONU refletiu a linha de raciocínio de Roosevelt, direcionada à igualdade de todos os indivíduos a despeito de raça, credo ou sexo.

Com o passar dos anos, pode-se dizer que as sementes plantadas por Eleanor Roosevelt deram frutos. Foram necessárias, contudo, décadas de história, um caminho tortuoso de idas e vindas, para que a comunidade internacional aceitasse a inclusão de ideias sobre igualdade de gênero na agenda da paz e segurança. De fato, demorou exatamente cinquenta e quatro anos para que o principal órgão das Nações Unidas, o Conselho de Segurança, traduzisse o pensamento de Roosevelt para um documento oficial, a Resolução 1325 (2000).

Resoluções, relatórios, declarações e diretrizes – que se referem às operações de paz a partir de uma perspectiva de gênero – foram introduzidos gradativamente no âmbito do sistema ONU. Atualmente, entende-se que as atividades referentes à paz e à segurança não constituem domínio exclusivo dos homens. Pelo contrário, há relativo consenso sobre a necessidade de unidades de força internacional mistas, compostas por mulheres e homens, para o êxito das tarefas realizadas nessas áreas. Cabe frisar que esse entendimento é resultado de inúmeros debates e pressões por parte de feministas e grupos não-governamentais, que advogaram a favor de maior conscientização em relação às desigualdades de gênero, tema frequentemente ignorado nos debates políticos.

Vale reiterar, ainda, que a expressão “Integração de Perspectivas de Gênero” (*Gender Mainstreaming*, em inglês) é vastamente utilizada pelos representantes oficiais das Nações Unidas, sendo identificada em todos os textos analisados neste capítulo. Conceitualmente,

¹Discurso proferido pela Diretora Executiva da ONU Mulher, Michelle Bachelet, durante a aula anual Phyllis Kossoff, realizada no Hunter College, em Nova Iorque. UNITED NATIONS ENTITY FOR GENDER EQUALITY AND THE EMPOWERMENT OF WOMEN. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/>>. Acesso em: 25 mar. 2011.

esse conjunto de vocábulos remete ao entendimento de que homens e mulheres são diferentes, mas os direitos, responsabilidades e oportunidades devem ser iguais para ambos os sexos. A categoria de análise “gênero” se refere às construções sociais que moldam como indivíduos ocupam espaços diferenciados em função de ideias pré-estabelecidas sobre masculinidades e feminilidades. A partir desse fundamento, as Nações Unidas propõem levar em consideração os interesses, as experiências e as capacidades diferentes de mulheres e homens, independente de sua condição biológica, no planejamento e condução de políticas.

Considerando o exposto, este capítulo apresenta, na primeira parte, os antecedentes à publicação da Resolução 1325, sobre “Mulher, Paz e Segurança”. Nas três seções seguintes, a proposta é compilar e analisar os principais documentos referentes à temática. Para tanto, recorreremos à interpretação de alguns trechos extraídos da Resolução 1325 (2000) dos Relatórios do Secretário Geral da ONU (2002 – 2010) e de algumas diretrizes publicadas pelo DPKO com o intuito de extrapolar o conteúdo do texto e realçar os significados de conceitos – muitas vezes nas entrelinhas – com base na associação destes com o conhecimento de autores previamente discutidos. A partir da apreciação dos documentos, levantam-se algumas críticas em relação à coerência interna dos textos e validade dos argumentos utilizados, embasadas em ideias expostas com outras roupagens nos capítulos anteriores.

3.1 Antecedentes: Plataforma de Pequim (1995) e Plano de Ação de Namíbia (2000)

Como mencionado no capítulo anterior, a igualdade entre homens e mulheres se apresenta como preocupação legítima da Organização das Nações Unidas desde sua criação, em 1945, ao reafirmar no seu preâmbulo “a fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das nações, grandes e pequenas” (ONU, 1945, preâmbulo). Apesar deste compromisso moral, a inclusão de ideias de gênero nas atividades da ONU aconteceu lentamente, sendo necessárias várias décadas para surgir um quadro normativo que permitisse a elaboração de políticas e procedimentos operacionais específicos sobre o assunto.

Durante os primeiros anos de atuação da Comissão Sobre o Status da Mulher (CSW), criada em 1946, alguns tópicos relativos à “mulher e paz” foram incluídos na pauta das reuniões. À época, contudo, assuntos como participação política e desenvolvimento social recebiam mais projeção nos debates, ganhando *status* de prioridade nas atividades da CSW (GIERCZ, 2001, p. 14). Quando o tema finalmente entrava na ordem do dia, a discussão centrava na proteção especial para a mulher durante situações de conflitos armados e de

emergência, sem um entendimento mais profundo acerca dos outros papéis desempenhados por elas (combatentes, líderes e negociadoras, por exemplo). Mesmo sendo um enfoque limitado, esse assunto permaneceu, em grande medida, negligenciado.

Foi somente na década de 1990, diante de pressões de ONGs de direitos humanos, governos nacionais e agências especializadas da ONU, que surgiu uma preocupação específica com questões de gênero nas resoluções e políticas da Organização (CAREY, 2000, p. 50; MAZURANA, 2002, p. 41). Ao longo dos anos, as estratégias de Equilíbrio de Gênero e Integração de Perspectivas de Gênero começam a ganhar relevância nas diferentes áreas, incluindo questões referentes a conflitos armados e missões de paz (FONTOURA, N., 2010, p. 91). Destacam-se, então, alguns documentos publicados nessa década, que lançaram as bases para o entrelaçamento entre questões de gênero, paz e segurança, sendo eles: a Plataforma de Ação de Pequim (1995) e o Plano de Ação de Namíbia (2000).

A Plataforma de Ação de Pequim, resultante da Quarta Conferência das Nações Unidas sobre os Direitos da Mulher, realizada em Pequim, em 1995, estabeleceu que os efeitos dos conflitos armados sobre as mulheres constituíam uma esfera de preocupação especial que requeria ser atendida, tanto pelos Estados como pela comunidade internacional. Ainda, atentou-se para a necessidade de promover a participação equitativa da mulher na solução dos conflitos, em todos os níveis de adoção de decisões (ONU, 1995a, p. 7). Os parágrafos 134 e 135 são de interesse especial para o trabalho, pois apresentam duas relações distintas: “mulher e vulnerabilidade nos conflitos armados” e “mulher e promoção da paz”.

Embora comunidades inteiras sofram as consequências dos conflitos armados e do terrorismo, as mulheres e meninas são particularmente afetadas, devido a sua condição na sociedade e a seu sexo. As partes em um conflito com frequência estupram mulheres com impunidade, utilizando por vezes a violação sistemática como tática de guerra e terrorismo. Os efeitos da violência contra a mulher e da violação dos direitos humanos da mulher nessas situações são experimentados por mulheres de todas as idades, que são vítimas de deslocamentos, perda do lar e de bens, perda ou desaparecimento involuntário de parentes próximos, pobreza, separação e desintegração da família. Elas sofrem também assassinatos, terrorismo, tortura, desaparecimento involuntário, escravidão sexual, estupro, abuso sexual e gravidez forçada em situações de conflito armado, especialmente como resultado de políticas de depuração étnica e outras novas formas de violência. Isso tudo é agravado pelas traumáticas e irreversíveis consequências de caráter social, econômico e psicológico causadas pelos conflitos armados, pela ocupação e pelo domínio estrangeiros (ONU, 1995a, § 135, p. 61).

[...] implementar com urgência métodos de cooperação para o alcance da paz e da segurança. O pleno acesso das mulheres às estruturas de poder, em igualdade de condições com os homens, sua participação e seu envolvimento em todos os esforços para a prevenção e resolução de conflitos são essenciais para a manutenção e promoção da paz e da segurança. Conquanto as mulheres tenham começado a desempenhar uma função importante na solução de conflitos, na manutenção da paz e nos mecanismos de defesa e de relações exteriores, elas continuam insuficientemente representadas nos níveis de adoção de decisões. Para que as mulheres desempenhem em pé de igualdade a tarefa de lograr e manter a paz, elas precisam alcançar responsabilidades políticas e econômicas e estar representadas adequadamente em todos os níveis do processo de adoção de decisões.” (ONU, 1995a, § 134, p. 31).

A Plataforma de Ação de Pequim ressalta que as mulheres são as principais vítimas de violência sexual. De fato, através de agências, programas e fundos defensores dos direitos humanos, a ONU reconhece a maior vulnerabilidade a que mulheres estão sujeitas em situação de conflito armado. Há que atentar, entretanto, para a falta de discussões mais profundas sobre a vulnerabilidade a que homens e meninos estão submetidos sob as mesmas condições adversas. Após uma análise dos documentos e ações da ONU, Paula Campos (2010, p. 81) sustenta que há “uma preocupação quase que exclusiva com os padrões de violência sofridos pelas mulheres. Todavia, algumas evidências empíricas são capazes de indicar que homens e meninos também são vítimas de violências contra o gênero.”

O discurso de vitimização da mulher – identificado a partir do parágrafo 135 da Plataforma de Ação de Pequim – é acompanhado pelo entendimento, ainda incipiente, de que as mulheres também devem participar ativamente dos processos de paz, ao lado de seus semelhantes masculinos. A participação feminina é associada a “todos os esforços para a prevenção e resolução de conflitos” e considerada essencial para a manutenção e promoção da paz.

As ideias apresentadas nessa conferência são reforçadas e aprimoradas, cinco anos depois, em Windhoek, Namíbia. O DPKO realizou o seminário Integração de Perspectivas de Gênero nas Operações de Paz Multidimensionais com o intuito de reavaliar as atividades levadas a cabo nas operações de paz complexas, bem como propor medidas práticas para sanar os problemas identificados (ONU, 2000c). Em decorrência do evento, publicou-se o Painel das Nações Unidas para Operações de Paz, que enfatizou a necessidade de representação equitativa entre homens e mulheres para os cargos de liderança nas atividades da ONU. As discussões originadas no seminário foram importantes na medida em que

fomentaram a elaboração da Declaração de Windhoek e do Plano de Ação de Namíbia, em 2000.

O Plano de Ação de Namíbia estabelece formas práticas para conceder acesso igualitário às mulheres, que vão desde o planejamento e estruturação das missões de paz à implementação dos acordos.

Com o intuito de assegurar a efetividade das operações de apoio à paz, os princípios da igualdade de gênero devem permear todos os níveis da missão, então assegurando a participação da mulher e do homem como parceiros iguais e beneficiários em todos os aspectos dos processos de paz – da manutenção da paz, reconciliação e construção da paz rumo à situação de estabilidade política na qual mulheres e homens desempenham papéis iguais no desenvolvimento político, econômico e social dos seus países (ONU, 2000c).²

Dentre suas recomendações, o documento insta os países que contribuem com tropas a envolverem um número maior de mulheres nos treinamentos militares, civis e policiais, e a introduzirem questões de gênero nos conteúdos de suas políticas governamentais. Nesse contexto, o DPKO fica responsável pela formulação do material, que deve ser parte dos mecanismos de capacitação dos contingentes nacionais. Ainda, os treinamentos de gênero na própria missão devem ser obrigatórios e apresentar informações sobre códigos de conduta, cultura, história, hábitos locais da comunidade local e questões sobre abuso e exploração sexual (FONTOURA, N., 2010, p. 95).

Os citados documentos apontam para o início de um processo de mudança, que busca desfazer a imagem estereotipada da mulher (objeto passivo, carente de proteção) e do homem (ativo, invulnerável, protetor), e reconhecer que ambos desempenham outros papéis, por exemplo, vítimas, combatentes e agentes dos processos de paz indistintamente. A próxima seção examina em que medida os discursos da ONU deram continuidade a esse processo de mudança, contemplando a necessidade de ir além de leituras reducionistas.

²Tradução livre de: “In order to ensure the effectiveness of peace support operations, the principles of gender equality must permeate the entire mission, at all levels, thus ensuring the participation of women and men as equal partners and beneficiaries in all aspects of the peace process -- from peacekeeping, reconciliation and peace-building, towards a situation of political stability in which women and men play an equal part in the political, economic and social development of their country.” ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **The Windhoek Declaration and Namibia Plan of Action on Mainstreaming a Gender Perspective In Multidimensional Peace Support Operations**, 31/05/2000. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/osagi/wps/windhoek_declaration.pdf>. Acesso em: 09 mar. 2010.

3.2 Um divisor de águas: A Resolução 1325 do Conselho de Segurança das Nações Unidas (2000)

No dia 31 de outubro de 2000, o Conselho de Segurança das Nações Unidas aprovou por unanimidade a Resolução 1325, posteriormente intitulada Resolução sobre “Mulher, Paz e Segurança” (*Women, Peace and Security*, em inglês). O documento tornou-se marco de referência ao reconhecer os impactos diferenciados de conflitos violentos nas mulheres e meninas, e reafirmar o papel importante desse grupo na prevenção e solução de disputas. Ainda, o texto sustenta que a participação feminina deve ser plena, ou seja, em um plano de igualdade³ com os homens e em todas as medidas encaminhadas à manutenção e ao fomento da paz. Pela primeira vez, o principal órgão da ONU discutiu e aprovou uma resolução que aborda de maneira conjunta as consequências negativas dos conflitos armados, as dimensões de gênero e a construção da paz.

Onze anos após o final da Guerra Fria, o Conselho de Segurança transmitiu uma importante mensagem por meio desse ato, qual seja: a comunidade internacional se preocupa com a igualdade de gênero e busca dar respostas às situações de insegurança e conflito violento. Analisando o contexto desse compromisso, observa-se uma mudança no discurso de segurança, que adota uma face mais “humana” e coloca o indivíduo como eixo central dos debates. A Resolução 1325 (2000) marca essa abordagem mais ampla, que já estava em curso em outras áreas da Organização, ao mencionar que “populações civis, particularmente as mulheres e as crianças, constituem a grande maioria dos que são drasticamente afetados pelos conflitos armados”. Em seguida, há o reconhecimento do “consequente impacto que tal situação tem para a paz e a reconciliação duradouras” (ONU, 2000b, p. 1).

De fato, a adoção do documento é produto de esforços e persistência de ativistas feministas, organizações não-governamentais de direitos das mulheres, governos nacionais⁴ e agências especializadas da ONU, a exemplo do Fundo das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM). Conclui-se, portanto, que a resolução aqui discutida reflete o trabalho de diversos atores, estatais e não-estatais, que defenderam a institucionalização de propostas relativas à inclusão de questões de gênero em temas referentes à segurança (VILLELLAS, 2010, p. 3).

³ O termo “igualdade” remete à definição da expressão “igualdade de gênero” oferecida pelas Nações Unidas, amplamente discutida no Capítulo 1.

⁴ Em 2000, alguns países começaram a apoiar o movimento, dentre os quais Bangladesh, Jamaica, Canadá e Namíbia.

Há que ter em mente, entretanto, que as diretrizes contidas na Resolução 1325 (2000) não possuem caráter obrigatório e vinculante, nos moldes dos tratados internacionais. Não há, portanto, um instrumento jurídico internacional para penalizar os Estados que desrespeitem os enunciados da resolução. Apesar disso, trata-se de um documento emitido pelo Conselho de Segurança, principal órgão da ONU, o que lhe confere força normativa. O fato de ter sido aprovado por unanimidade reflete, pelo menos, a aceitação política e diplomática das disposições apresentadas no texto por parte dos Estados-membros da Organização.

É nesse aspecto que Torunn Tryggstad (2009, p. 539-541) argumenta que a Resolução 1325 (2000) representou uma grande vitória, pois colocou oficialmente interesses e preocupações das mulheres como itens na pauta das reuniões realizadas no Conselho de Segurança. De acordo com a autora, a Resolução sobre “Mulher, Paz e Segurança” rompeu uma barreira formal à inclusão de questões de gênero, formalizando o elo entre assuntos de alta política – segurança e guerra – e temas de baixa política – gênero. A convergência de agendas outrora consideradas antagônicas abriu espaço para que normas emergissem e influenciassem políticas, prioridades e decisões tomadas, principalmente, pelos países-membros do Conselho de Segurança.

Como exemplo, em 19 de junho de 2008, o CS da ONU reafirmou a preocupação com a vulnerabilidade de mulheres e meninas em situações de conflito violento por meio da aprovação Resolução 1820. O texto apresentado à comunidade internacional identifica a violência sexual como arma de guerra, considerando-a uma ameaça à restauração da paz e segurança internacionais (ONU, 2008a, p. 2). No ano seguinte, outro impulso é dado com a publicação da Resolução 1888 (2009), que concretiza os compromissos assumidos na resolução anterior e renova o interesse do Conselho de Segurança sobre o assunto. A Resolução 1889 (2009), por sua vez, foi adotada no mesmo ano com o propósito de fortalecer a implementação e o monitoramento da Resolução 1325. Complementando o conteúdo das demais, em 2010, foi aprovada a Resolução 1960, que reitera a preocupação com a recorrência dos atos de violência sexual e requisita medidas rápidas e apropriadas para controlá-los.

De acordo com Maria Villellas (2010, p. 3) e Manuella Mesa (2010, p. 48), a Resolução 1325 oferece um marco geral de atuação e constitui a primeira aproximação entre os temas mulher, paz e segurança. As resoluções posteriores, ao contrário, são mais específicas. Por exemplo, a 1820 e a 1960 tratam da violência sexual como arma de guerra, enquanto a 1888 e a 1889 discutem medidas para garantir o cumprimento de resoluções

anteriores. Sendo assim, enquanto a 1325 apresenta uma visão holística, as demais resoluções focam em um aspecto particular da 1325, a violência sexual.

Por se tratar de um marco de referência histórica e abordar tópicos distintos, a próxima seção será dedicada à análise da linguagem utilizada na Resolução 1325, dando ênfase à articulação dos conceitos “gênero” e “mulher”.

3.2.1 Uma análise interpretativa e crítica do conteúdo da 1325 (2000)

As quatro páginas que compõem a Resolução 1325 são paradigmáticas, uma vez que representam a inclusão formal de ideias de gênero na agenda do Conselho de Segurança. Nesse sentido, a 1325 (2000) insta aos Estados e outras partes envolvidas a agir em três áreas centrais: (i) fomento à participação feminina nos instrumentos de paz e nos processos de tomada de decisão; (ii) proteção de mulheres em situação de conflito armado e (iii) inclusão de perspectivas de gênero nos treinamentos oferecidos aos soldados da ONU. Cada ponto será discutido a seguir.

Nos três primeiros parágrafos do preâmbulo da Resolução 1325⁵, o Conselho de Segurança invoca uma série de documentos promulgados no âmbito da Organização para fundamentar e conferir legitimidade às decisões tomadas pelos países-membros do órgão. A referência à herança documental – quatro resoluções⁶, a declaração do presidente do CS na ocasião do Dia Internacional da Mulher⁷, a Declaração de Pequim, a Plataforma de Ação, a vigésima-terceira Sessão Especial da Assembleia Geral intitulada *Women 2000: Gender Equality, Development and Peace for the Twenty-First Century*, a Carta das Nações Unidas, a Declaração de Windhoek e o Plano de Ação de Namíbia – mostra os esforços anteriores do Conselho de Segurança em relação à promoção da paz como intrinsicamente ligada à igualdade entre homens e mulheres.

Ainda, nos parágrafos seguintes, há referência explícita às Convenções de Genebra de 1949 e aos Protocolos Adicionais de 1977, à Convenção para os Refugiados de 1951 e ao

⁵A versão em português da Resolução 1325 do Conselho de Segurança está disponível no site da *PeaceWomen* da *Women's International League for Peace and Freedom*. Disponível em: <http://www.peacewomen.org/translation_initiative/security-council-resolution-1325>. Acesso em: 03 de dez. 2010.

⁶As quatro resoluções mencionadas são: Resolução 1261 (1999) sobre crianças e conflitos armados, Resolução 1265 (1999) sobre proteção de civis em conflitos armados, Resolução 1296 (2000) sobre proteção de civis em conflitos armados e Resolução 1314 (2000) sobre crianças e conflitos armados.

⁷No dia 8 de março de 2000, o presidente do Conselho de Segurança da ONU fez um pronunciamento, posteriormente intitulado **Peace Inextricably linked with Equality Between Women and Men**. Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2000/20000308.sc6816.doc.html>>. Acesso em: 05 mar. 2011.

Protocolo de 1967, à Declaração para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres de 1979 e ao Protocolo Opcional de 1999, à Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança de 1989 e aos dois Protocolos Opcionais de 2000, ao Estatuto de Roma do Tribunal Criminal Internacional, à Resolução do CS/1208 (1998) sobre a situação nos campos de refugiados na África e à Resolução do CS/1296 (2000) sobre a proteção de civis em conflitos armados.

De certa forma, os documentos citados estão interligados, representando um conjunto de temas legitimamente discutidos em outros fóruns que são resgatados com o intuito de conferir respaldo normativo à discussão de questões de gênero na agenda de paz e segurança internacional. A retomada de tratados internacionais e resoluções específicas que tratam de direitos humanos, mulheres, crianças, gênero, paz e segurança internacional indicam o enfoque aferido à Resolução 1325. Desde o preâmbulo é possível identificar que, ainda que todos esses temas sejam abordados no texto, uns de forma mais enfática que outros, o foco das ações recomendadas pelo Conselho de Segurança aos Estados-membros das Nações Unidas são as mulheres e crianças. Os trechos abaixo ilustram o argumento proposto:

preocupação com o fato de que as populações civis, particularmente as mulheres e as crianças, constituem a grande maioria dos que são drasticamente afetados pelos conflitos armados, incluindo os refugiados e desalojados no próprio território, e que são cada vez mais utilizados como alvos de combatentes e elementos armados, e reconhecendo o consequente impacto que tal situação tem para a paz e a reconciliação duradouras (ONU, 2000b, preâmbulo, p. 1);

necessidade de implementar na sua totalidade a lei humanitária internacional e dos direitos humanos que protege os direitos das mulheres e das meninas durante e após os conflitos (ONU, 2000b, preâmbulo, p. 1);

a necessidade de que todas as partes interessadas assegurem que os programas de remoção de minas e conhecimento da sua existência tenham em conta as necessidades especiais das mulheres e das meninas (ONU, 2000b, preâmbulo, p. 2);

treino especial, para todos os elementos da manutenção da paz, em proteção, necessidades especiais e direitos humanos das mulheres e das crianças em situações de conflito (ONU, 2000b, preâmbulo, p. 2);

o conhecimento do impacto do conflito armado sobre as mulheres e as meninas, a efetiva tomada de medidas institucionais para garantir a sua proteção, e uma total participação no processo de paz podem contribuir significativamente para a manutenção e promoção da paz e da segurança (ONU, 2000b, preâmbulo, p. 2).

Da análise do texto da 1325, observou-se que os parágrafos de 1 a 3 tratam da participação das mulheres nos mecanismos destinados à prevenção, gestão e resolução de conflitos (ONU, 2000b, p. 2). O parágrafo 4, em seguida, enfatiza a contribuição das mulheres nas operações de campo das Nações Unidas. Sem desmerecer a importância da participação feminina em atividades que buscam como fim último a promoção da paz, o estabelecimento de uma associação direta e não problematizada entre os termos “mulher” e “paz” é considerada problemática neste estudo, uma vez que contribui para reforçar ideias estereotipadas de que mulheres e violência são categorias antagônicas, marginalizando os momentos em que elas assumem identidades de combatentes e advogam a favor de guerras.

Jean Elshtain (1987, p. 164), na reconhecida obra *Women and War*, questiona narrativas que colocam as mulheres em posições auxiliares e pacíficas em relação à guerra, deixando o campo de batalha para os homens. Para a autora, mitos e memórias construídos e transmitidos com base em ligações perigosas, como “mulher e paz” e “homem e guerra”, mitigam outras vozes, outras histórias. Por exemplo, as principais narrativas de guerra tratam as mulheres como vítimas, sem levar em consideração que elas também podem ser iniciadoras e/ou perpetradoras dos conflitos. Para corroborar seu argumento, Elshtain apresenta três identidades femininas distintas – Poucas Ferozes (*Ferocious Few*), Muitas Não-Combatentes (*Non-combatant Many*) e Mães Agressivas (*Aggressive Mother*) – com o intuito de mostrar que várias identidades tendem a ser removidas da história ou compactadas em duas leituras simples: “soldados no campo de batalha” e “mulheres no lar”.

Com base na ideia de que o homem está mais propício à agressão e a mulher aos cuidados, a violência feminina é comumente vista como a exceção e a agressividade masculina como a regra. Ao se referir às Poucas Ferozes, Elshtain (1987, p. 179-180) sustenta que os feitos de mulheres combatentes aparecem como fantasias inatingíveis, sendo substituídas por repetições-padrão presentes nas narrativas dominantes: “homem belicoso que tira a vida” e “mulher pacifista que dá a vida”. Como resultado, a identidade da mulher que luta é considerada uma situação extrema, em vez de uma possibilidade factível.

No caso das “não-combatentes”, a autora mostra que tal designação não deriva de algum tipo de virtude especial identificado na figura feminina. Pelo contrário, esse rótulo é fruto do entendimento de que os homens são os sujeitos aptos para a luta armada e as mulheres, conseqüentemente, ficam relegadas ao domínio privado. Ainda que as mulheres

tenham sido historicamente relacionadas a símbolos que remontam ao lugar dos cuidados e da não-violência, muitas assumiram a identidade de “não-combatentes” para mobilizar grupos⁸ de apoio aos esforços de guerra, contrários aos propósitos de organizações com fins pacifistas. Por fim, as Mães Agressivas representam aquelas mulheres que pressionam seus filhos e maridos para que lutem na guerra, almejando com entusiasmo o heroísmo e a honra conquistados em tempos de conflito.

Ao revisitar algumas ideias apresentadas por Elshtain (1987), pode-se concluir que retratar as mulheres *somente* como “promotoras da paz” e “não-combatentes” no texto da 1325 – sem ressalvas sobre as demais posições que podem ser ocupadas por elas em situações de conflito e paz – contribui para difundir noções fixas e perigosas, que igualam masculinidade com agressividade e feminilidade com pacifismo.

A segunda área de preocupação da Resolução 1325 é a proteção das mulheres em situações de conflito armado. Nesse sentido, na alínea ‘a’ do parágrafo 8, o Conselho de Segurança chama a atenção de todas as partes envolvidas para as “necessidades especiais das mulheres e meninas”, e para a urgência de “medidas especiais de proteção das mulheres e meninas contra a violência baseada no gênero, em particular o estupro e outras formas de violência sexual, bem como todas as outras formas de violência que ocorrem em situações de conflito armado” (ONU, 2000b, § 10, p. 3). Leituras feministas apontam para a gravidade da situação a que mulheres e meninas ficam submetidas em tempos de guerra, ressaltando a maior propensão ao estupro e à prostituição. Estima-se que entre 20.000 e 35.000 mulheres foram estupradas durante a guerra na Bósnia-Herzegovina como parte da política de limpeza étnica, que consistia em implantar bebês sérvios nas mulçumanas da Bósnia (TICKNER, 2008, p. 268). Durante a guerra civil em Serra Leoa, todas as partes envolvidas no conflito – insurgentes, forças governamentais e grupos pró-governo – promoveram uma campanha de terror contra as mulheres, baseada em mutilações e estupros coletivos (TESCARI, 2005, p. 49-50). A gravidade da situação levou a Relatora Especial sobre Violência contra a Mulher, da então Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, a realizar uma missão especial no país. Após angariar setecentos e trinta e três testemunhos, Radhika Coomaraswamy resumiu em estatísticas a situação das mulheres de Serra Leoa: 72% foram vítimas de abusos sexuais; mais de 50% foram sujeitas à violência sexual; 47,1 % foram estupradas; 55,7%

⁸ Por exemplo, organizações norte-americanas como a *American Defense Society*, o *National Patriotic Relief Society* e a *National Security League*.

foram estupradas coletivamente e 1,4 % relataram que foram estupradas com objetos de diferentes materiais (ONU, 2002b; TESCARI, 2005, p. 49-50).

Costa (2008, p. 48) defende que jogar luz sobre as formas de violência contra as mulheres é um importante movimento para consolidar a relevância e o lugar das mulheres na política internacional, mas isso deve ser feito com cuidado. Para outras autoras feministas das RIs, o status de vítima conferido a esse grupo é perigoso, pois reproduz uma leitura essencialista, enquanto as possíveis construções sociais de gênero, que afetam mulheres e homens, são silenciadas. De fato, as mulheres são alvos de violência em situações de conflito, porém elas também questionam o “rótulo” de sujeito *permanentemente* fraco e vulnerável ao assumir papéis “não-femininos”. Tanto homens como mulheres praticam (ou instigam) atos de violência; contudo, apesar de existirem mulheres envolvidas diretamente nos conflitos e que, em decorrência disto, também cometem atrocidades, uma série de estudos indica que práticas violentas são cometidas por homens. Ainda que esta constatação seja comprovada por estudos qualitativos e quantitativos, a ênfase *excessiva* no status de vítima contribui para colocar as mulheres – correndo o risco de aprisioná-las – na posição inferior de quem *sempre* precisa de proteção, destituindo-lhes de condições para galgar um espaço de destaque nos processos e instrumentos de paz.

A “mulher vítima” é o lugar comum das mulheres; o espaço onde se reproduzem mitos essenciais de sensibilidade, bondade, inocência e ignorância, que justificam a incapacidade das mulheres para compreender assuntos sérios como a política. Definir o lugar das mulheres como “almas belas” é também marcar a posição dos homens [...] como “guerreiros justos”, como legítimos protetores daquelas que dependem da coragem e da força do “outro” para se emanciparem. É sedimentar o “outro” masculino como a antítese do feminino e professar um irreconciliável caminho entre vítimas (femininas) e algozes (masculinos) (COSTA, 2008, p. 53).

O terceiro pilar sob o qual se fundamenta a 1325 é a inclusão de perspectivas de gênero nos treinamentos oferecidos aos soldados da ONU. A recomendação está relacionada diretamente com a questão de colocar à disposição dos Estados membros “materiais de treinamento sobre a proteção, os direitos e as necessidades especiais das mulheres, bem como sobre a importância do envolvimento das mulheres nas medidas de manutenção e construção da paz” (ONU, 2000b, § 6, p. 2). Logo em seguida, no parágrafo 7, o Conselho de Segurança apela aos Estados membros que aumentem o auxílio financeiro, técnico e logístico destinado ao treinamento de sensibilização sobre gênero. Do exposto, percebe-se que os termos

“mulher” e “gênero” são sinonimizados. Ao utilizar o conceito gênero no texto da 1325, fala-se sobre mulheres e não sobre mulheres e homens tomados pelos papéis que lhes são atribuídos em cada sociedade. A questão central, segundo Terrell Carver, é que “gênero não é sinônimo de mulher, mas passamos de gênero para mulheres e de mulheres para gênero e ainda não passamos de gênero para homens” (CARVER⁹, 1996 apud SHEPHERD, 2008, p. 91).

O termo “violência” aparece no documento atrelado à expressão “mulheres e meninas”. O parágrafo 10 se refere à necessidade das partes envolvidas no conflito armado tomarem medidas especiais de proteção das mulheres e meninas contra a violência baseada no gênero. Em seguida, no parágrafo 11, a ênfase é dada à “responsabilidade que todos os Estados têm de pôr fim à impunidade e processar os responsáveis por genocídio, crimes contra a humanidade, e crimes de guerra, incluindo os que se relacionam com o sexo e qualquer outro tipo de violência contra as mulheres e as meninas.” Em um documento que propõe tratar de “gênero”, critica-se a ligação estabelecida entre três vocábulos (mulheres, meninas e violência) e a desconsideração do fato de que os homens também são vítimas de violência de caráter sexual.

Apesar de ser um assunto tabu, a violência sexual contra homens e meninos é comum em muitos países. Por exemplo, em El Salvador, 76% dos presos políticos (homens) entrevistados na década de 1980 relataram, pelo menos, um incidente de tortura sexual. Ainda, uma pesquisa feita em 6.000 campos de concentração em Sarajevo concluiu que, 80% dos homens presos confirmaram terem sido estuprados (STORR, 2011, online). A omissão em relação à vulnerabilidade dos homens em situações de conflito, no texto da 1325, reduz um termo abrangente – violência – às violações dos direitos das mulheres, perpetuando a noção de que os homens não precisam de assistência, pois desfrutam dos privilégios associados à sua masculinidade.

As passagens retiradas da Resolução 1325 refletem a fusão dos termos gênero e mulher na linguagem utilizada pela ONU. Outra observação importante é que no preâmbulo e nas páginas que o seguem a mulher é considerada como (i) promotora da paz, dotada de habilidades especiais – cuidadora, conciliadora, passiva – para proteger outras pessoas, e (ii) vítima, mulheres indefesas e vulneráveis em situações de conflito armado. De um lado, as mulheres são reconhecidas como fomentadoras da paz e incluídas de forma oficial nas

⁹CARVER, T. **Gender is Not a Synonym for Women**. London: Lynne Rienner, 1996.

atividades outrora predominante masculinas; de outro, as mulheres ganham visibilidade como seres vulneráveis, que precisam de proteção.

Pela forma como é apresentada, a linguagem da 1325 cria fronteiras tensionadas, demarcando limites para as ideias – supostamente fixas e estáveis – que sustentam as posições ocupadas por mulheres e homens em situações de paz e conflito armado. Como visto anteriormente, existem várias possibilidades de constituição do(s) feminino(s) e masculino(s), mas o discurso da 1325 não referencia estas relações sociais diversas. Entendendo que masculinidade e feminilidade são construções relacionais, tem-se que: se a mulher é fraca e precisa de proteção, os homens são os seres fortes, responsáveis por garantir tal proteção; e se o homem é agressivo e violento, a inclusão da “mulher-pacífica” é o elemento que faltava para garantir o sucesso das missões. De acordo com a autora feminista Laura Shepherd (2008):

A falha em desagregar diferentes performances de feminilidade que são representadas na 1325 e o corolário do impacto diferenciado nas experiências de vida de vários sujeitos diminui o potencial da Resolução para tratar das questões de ‘mulher e paz e segurança’. *Mulheres que precisam de proteção* é o referente central em torno do qual outras articulações de feminilidade são articuladas. Assim, *mulheres-organizadoras-informais* e *mulheres-atores-formais* ainda são, em primeiro lugar, essencialmente *mulheres que precisam de proteção*. Enquanto pesquisas sensíveis podem ser conduzidas com base no reconhecimento ‘da subjetividade que confere agência ao indivíduo ao mesmo tempo que o coloca dentro de configurações discursivas particulares’” (de Lauretis cited in Alcoff 1988: 425), a reprodução de estereótipos de gênero essencialistas é contraprodutivo e contraintuitivo (SHEPHERD, 2008, p. 119-120, grifo do autor).¹⁰

Na mesma linha de raciocínio, Tarja Väyrynen (2004, p. 137) sustenta que típicas estruturas binárias podem ser encontradas no discurso da ONU. Primeiro, os textos tratam gênero como sinônimo de mulher, marginalizando as possíveis construções e expectativas

¹⁰Tradução livre de: “The failure to disaggregate different performances of femininity that are represented in UNSCR 1325 and the corollary differential impact on the lived experiences of various subjects diminishes the potential of the Resolution to address the issues of ‘women and peace and security’ to which it pertains. Woman-in-need-of-protection is the centralized signifier around which other articulations of femininity are articulated. Thus, women-as-informal-organizers and women as-formal-actors are still, primarily, essentially women-in-need-of-protection. While sensitive research can be conducted on the basis of recognizing ‘a subjectivity that gives agency to the individual while at the same time placing her within “particular discursive configurations”’ (de Lauretis cited in Alcoff 1988: 425), reproducing these essentializing gender stereotypes is counterproductive and counterintuitive.” SHEPHERD, L. J. **Gender, Violence and Security**: discourse as practice. London: Zed Books, 2008, p. 119-120.

informadas por pressupostos de masculinidades e feminilidades. Corrobora-se o argumento de Väyrynen ao atentar para o nome da resolução: *Mulher, Paz e Segurança*. O texto da 1325 é aclamado justamente por tratar de questões de gênero, mas traz em seu subtítulo a comprovação de que há um entendimento parcial em relação ao assunto. Uma análise minuciosa das disposições contidas nesse documento mostra que a palavra “mulher” é citada trinta e três vezes e “menina” é mencionada treze vezes, enquanto que os vocábulos “homem” e “menino” não aparecem nenhuma vez (ver Anexo I). Observa-se, ainda, que ambos os termos (feminino e masculino) aparecem apenas uma vez ao longo do texto.

O segundo ponto defendido pela autora se refere ao fato de que as mulheres são descritas como vulneráveis – objetos passivos que precisam de proteção. Essa imagem é construída e perpetuada em detrimento da participação feminina nas disputas como combatentes (VÄYRYNEN, 2004, p. 137). O trabalho em questão também compartilha do argumento de Väyrynen, reconhecendo que há excesso de foco na vitimização da mulher em um documento que deveria ser respaldado em três pilares iguais: participação de mulheres nos processos de paz, proteção das mulheres e inserção do gênero nas políticas da ONU. Há um nítido desequilíbrio entre os assuntos discutidos. Observa-se que o problema central é a preocupação com a extrema violência contra mulheres e meninas em situações de conflito armado. As demais recomendações, voltadas para a maior participação feminina e a inclusão de perspectivas de gênero, aparecem como tentativas para sanar o problema previamente identificado (ver Anexo II).

Por fim, os discursos da ONU vinculam a imagem feminina às atividades consideradas de caráter pacífico, que buscam como fim último a paz. Esse seria o caso, por exemplo, das operações de paz. Tal visão essencialista delimita o lugar destinado a elas por meio de categorias binárias: mulher/vítima/protegida/paz em oposição a homem/agressor/protetor/guerra. As estratégias discursivas dos documentos da ONU, de acordo com a autora, assignam um tipo específico de agência e identidade, ou seja, as mulheres são objetos da ação protetora dos homens e ocupam, principalmente, o espaço civil (VÄYRYNEN, 2004, p. 137).

Apesar dessas considerações relevantes sobre seu conteúdo, a Resolução 1325 (2000) pode ser considerada como o primeiro passo, de um longo processo rumo ao pleno entendimento sobre questões de gênero nos instrumentos de resolução de conflitos. Pela primeira vez, a mulher é retratada como “soldada da paz”, dotada de habilidades para participar de processos de negociação e capaz de buscar soluções para sua própria segurança. De fato, o texto apresentado é em muitos aspectos inovador, pois parte da premissa de que a

intervenção das mulheres é requisito central para galgar a justiça e a paz duradoura.

A partir da 1325, as mulheres deixam de ser vistas apenas como vítimas de guerra – objeto de proteção dos homens – para adquirir papel funcional no âmbito da política, espaço onde as ideias são elaboradas e adotadas. Com o intuito de ilustrar o argumento, apresentam-se os enunciados das seis primeiras alíneas da Resolução 1325 (2000), escolhidas pelo fato de que podem ser aplicadas à temática das operações de paz. Assim, em relação ao assunto, o Conselho de Segurança:

Apela com urgência aos Estados Membros para que assegurem uma representação cada vez maior de mulheres em todos os níveis de tomada de decisão nas instituições nacionais, regionais e internacionais, bem como nos mecanismos destinados à prevenção, gestão e resolução de conflitos (ONU, 2000b, § 1, p. 2);

Encoraja o Secretário Geral a implementar o seu plano estratégico de ação (A/49/587) que aponta para o aumento da participação das mulheres nos níveis de tomada de decisão na resolução de conflitos e nos processos de paz (ONU, 2000b, § 2, p. 2);

Apela com urgência ao Secretário Geral para que nomeie mais mulheres como representantes especiais e enviadas para a consecução de bons ofícios em seu lugar, e a este propósito *pede* aos Estados Membros para que apresentem candidatas ao Secretário Geral, a fim de serem incluídas numa lista atualizada regularmente (ONU, 2000b, § 3, p. 2);

Apela com urgência ao Secretário Geral para que procure incrementar o papel e a contribuição das mulheres nas operações de campo das Nações Unidas, de um modo especial entre os observadores militares, polícia civil, e pessoal em serviços relacionados com os direitos humanos e serviços humanitários (ONU, 2000b, § 4, p. 2);

Manifesta a sua vontade de incorporar uma perspectiva de gênero às operações de manutenção da paz, e *apela com urgência* ao Secretário Geral para que assegure que, onde for apropriado, a componente de gênero seja incluída nas operações de campo (ONU, 2000b, § 5, p. 2);

Solicita ao Secretário Geral que ponha à disposição dos Estados Membros regulamentações e materiais de treino sobre a proteção, os direitos e as necessidades especiais das mulheres, bem como sobre a importância do envolvimento das mulheres nas medidas de manutenção e construção da paz, *convida* os Estados Membros a incluir estes elementos bem como o treino de consciencialização sobre o VIH / SIDA nos seus programas nacionais de treino para elementos das forças militares e da polícia civil em vias de mobilização, e *ainda solicita* ao Secretário Geral para que assegure que o pessoal civil das

operações de manutenção da paz receba um treino semelhante (ONU, 2000b, § 6, p. 2).

Do exposto, vale à pena destacar dois pontos importantes. Primeiro, no corpo do texto existem várias referências à necessidade de aumentar a representação de mulheres nos processos de paz, inclusive nos componentes militares e policiais. Tem-se, portanto, menção explícita à estratégia de Equilíbrio de Gênero. Segundo, no parágrafo de número 5 da Resolução 1325 (2000), o Conselho de Segurança expressa a vontade de incorporar “uma perspectiva de gênero às operações de manutenção da paz”. A partir desse enunciado, pode-se inferir que o documento alude à estratégia de Integração de Perspectivas de Gênero como sendo diferente de Equilíbrio de Gênero. Portanto, reitera-se o argumento de que as estratégias são complementares e buscam como fim último a igualdade de gênero. Dessa forma, respaldados pelas disposições da 1325, os Estados-membros possuem uma dupla função, qual seja: incluir mais mulheres nos instrumentos de solução de conflitos e capacitar o pessoal enviado para que eles entendam que essa inclusão deve ser feita em um patamar de igualdade, ou seja, as mulheres devem ter as mesmas oportunidades que os homens para mostrar suas habilidades e expressar seus desejos.

Em suma, a aprovação da Resolução 1325 (2000) representou um momento de inflexão, conferindo caráter de urgência a um assunto tradicionalmente silenciado. Não há como negar que, nos dias atuais, a temática “Mulher, Paz e Segurança” ganhou notoriedade, sendo discutida em órgãos políticos e fóruns globais. Diretrizes, manuais, grupos de trabalhos interagenciais, agências específicas sobre mulheres, dentre outras iniciativas, estão sendo levados a cabo nos âmbitos local, regional e internacional com o intuito de difundir informações referentes ao tema. Tais iniciativas buscam romper com entendimentos tradicionais e enraizados sobre os papéis que devem ser desempenhados por homens e mulheres nas sociedades, ensinando a indivíduos de ambos os sexos que a mulher pode ter espaço nos processos de decisão e instrumentos de paz, lugares historicamente ocupados exclusivamente por homens.

Vale notar que há muita resistência a esse tipo de argumento, principalmente em instituições marcadas por discursos e práticas masculinizadas e militarizadas, como é o caso das Operações de Manutenção da Paz. Passados dez anos da publicação da Resolução 1325 (2000), é possível identificar alguns obstáculos¹¹ à implementação dos objetivos expostos

¹¹Do mencionado, cabe dizer que não se trata de uma lista exaustiva de todas as justificativas apresentadas para a vagariedade do processo de implementação da Resolução 1325 (2000). Pretende-se apenas expor algumas

nesse documento. Críticos mais severos argumentam que o problema para a operacionalização dos enunciados é a falta de uma metodologia destinada a orientar os atores envolvidos (WILLET, 2010). Alguns estudiosos do assunto, por sua vez, sustentam que homens e mulheres, imbuídos de pensamentos tradicionais e discriminatórios em relação ao espaço ocupado pela mulher, resistem à aplicação de estratégias desenvolvidas para galgar a igualdade de gênero (TRYGGESTAD, 2009, p. 550). Não obstante esses motivos apresentados, a explicação mais recorrente aponta para a falta de vontade política como o principal motivo para não colocar em prática a linguagem de gênero, uma vez que os Estados colhem os efeitos positivos do discurso sem precisar modificar suas ações (CAREY, 2000).

Com o intuito de incentivar os Estados-membros a aprofundarem as disposições da Resolução 1325, o Conselho de Segurança sugeriu o desenvolvimento de uma ferramenta a nível estatal, os Planos Nacionais de Ação (PNAs). O processo de elaboração e definição do conteúdo dos PNAs é variável, dependendo do contexto político e socioeconômico de cada país (MESA, 2010, p. 52). Em geral, os documentos abordam questões como o número de mulheres recrutadas para as operações de paz, os serviços legais oferecidos às vítimas de violência sexual e a participação feminina em processos de tomada de decisões. Manuella Mesa (2010) sustenta que os PNAs de países que contribuem com tropas diferem, em termos de estratégia e enfoque, dos PNAs de países que recebem as operações de paz, em situações de pós-conflito. Em 2010, dezesseis países possuíam o Plano Nacional de Ação, sendo eles: Áustria, Bélgica, Chile, Costa do Marfim, Dinamarca, Finlândia, Islândia, Libéria, Noruega, Portugal, Espanha, Suécia, Suíça, Holanda, Uganda e Reino Unido.¹²

Igualmente, a nível institucional, elaborou-se um Plano de Ação, para a aplicação da Resolução 1325 em todo o sistema das Nações Unidas. O plano, proposto para o período de 2005 a 2007, tinha como objetivo viabilizar maior coerência e coordenação dos esforços dispendidos pelas entidades da Organização. Buscava-se, com isso, fornecer uma ferramenta aos atores envolvidos no cumprimento das metas da 1325, de modo que eles pudessem sistematizar suas ações e formular estratégias concretas para a inclusão de ideias de gênero nas atividades da ONU. Para tanto, o Plano de Ação (2005-2007) foi estruturado em torno de doze esferas de ação, sendo elas: (i) Prevenção de Conflitos e Aviso Prévio, (ii) Estabelecimento e Consolidação da Paz; (iii) Operações de Manutenção da Paz; (iv) Resposta

razões que ajudam a refletir sobre as dificuldades identificadas para transformar o discurso da ONU em medidas concretas para alcançar a igualdade entre homens e mulheres.

¹² Para mais informações sobre os países, ver: UNITED NATIONS ENTITY FOR GENDER EQUALITY AND THE EMPOWERMENT OF WOMEN. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/>>. Acesso em: 10 fev. 2011.

Humanitária; (v) Reconstrução e Reabilitação; (vi) Desarmamento, Desmobilização e Reintegração; (vii) Prevenção da Violência por Motivos de Gênero nos Conflitos Armados; (viii) Prevenção contra Atos de Exploração e Abuso Sexuais Cometidos por Funcionários das Nações Unidas e Pessoal Associado e Resposta a esses Atos; (ix) Equilíbrio de Gênero; (x) Coordenação e Colaboração; (xi) Vigilância e Apresentação de Informes; (xii) Recursos Financeiros.

Os resultados dessa iniciativa foram aquém do esperado. Dentre os motivos elencados para a ineficácia desse dispositivo teórico, a ONU reconhece a falta de coordenação de esforços das agências e departamento envolvidos, bem como a ausência de indicadores de avaliação (ONU, 2010b). Em resposta a esses desafios, propôs-se a reavaliação do Plano de Ação (2005-2007), o que deu origem ao segundo Plano de Ação, previsto para ficar em vigência no período de 2008 a 2009. Assim como seu predecessor, esse plano também não cumpriu os objetivos propostos.

A necessidade de dispor de uma ferramenta analítica, capaz de indicar pontos positivos e negativos da implementação da Resolução 1325, impulsionou o Conselho de Segurança a aprovar um estudo sobre um novo modelo de avaliação, levando em conta a necessidade de variáveis compatíveis com a realidade e as lições aprendidas. Nesse sentido, o Secretário Geral, por meio do Relatório de 6 de abril de 2010, tornou público um conjunto de indicadores destinados a avaliar o *status quo* e o progresso alcançado em relação às metas estabelecidas na 1325. Para tanto, estabeleceu-se vinte e seis indicadores, dispostos em quatro áreas temáticas – prevenção, participação, proteção, ajuda e recuperação. Trata-se de um projeto que apresenta conteúdo mais ambicioso e complexo se comparado ao de seus antecessores. Além disso, cada indicador foi vinculado a um objetivo concreto e, ao longo do texto, há várias referências às resoluções 1325 (2000) e 1820 (2008) do Conselho de Segurança. Como se trata de uma iniciativa recente, datada do ano de produção do texto em questão, optou-se por não conjecturar acerca do sucesso ou fracasso desta.

Nesta seção, buscou-se discutir, a partir da análise da Resolução 1325, os progressos e desafios relacionados à internalização das ideias de gênero no âmbito da ONU. Conclui-se que normas sensíveis ao gênero emergiram rapidamente depois da aprovação da Resolução 1325 (2000), abrindo espaço para o surgimento de um novo regime internacional, mesmo que ainda em processo de construção (CARREIRAS, 2010, p. 477). A publicação desse documento é um divisor de águas no tratamento dado às mulheres, principalmente no âmbito do Conselho de Segurança. De forma inédita, a mulher é tratada como promotora da paz, rompendo com a tradição que silencia a presença feminina em espaços outrora ocupados

exclusivamente por homens. Por outro lado, igualmente importante é notar que o texto Resolução 1325 trata gênero como sinônimo de mulher, estabelece uma ligação direta entre “mulher” e “paz”, e coloca – com certa ênfase – mulheres e meninas em uma posição de vulnerabilidade em situações de conflito armado.

Com o objetivo de aprofundar a análise e mostrar como ideias sobre gênero são transmitidas para a comunidade internacional por outros meios, a próxima seção visa discutir os relatórios do Secretário Geral das Nações Unidas, de 2002 a 2010, que compilam e sistematizam informações relacionadas à Resolução sobre “Mulher, Paz e Segurança”. Os relatórios serão interpretados à luz da revisão bibliográfica apresentada no primeiro capítulo de modo a mostrar – com base na reprodução de trechos dos relatórios e em menções a algumas passagens dos textos – de que maneira os significados de conceitos-chave estão articulados em outros canais da ONU.

3.3 O(s) discurso(s) de gênero nos Relatórios do Secretário Geral das Nações Unidas de 2002 a 2010

No parágrafo 16 da Resolução de 31 de outubro de 2000, o Conselho de Segurança requisitou ao Secretário Geral um estudo que abordasse os efeitos dos conflitos armados sobre mulheres e crianças, as dimensões de gênero e a presença feminina nos processos de paz. Como resultado, publicou-se o primeiro relatório sobre “Mulher, Paz e Segurança”, em 16 de outubro de 2002. Em relação a este documento, pode-se dizer que é um estudo detalhado acerca dos temas expostos superficialmente na Resolução 1325 (2000). Ou seja, o texto genérico, aprovado no âmbito do Conselho de Segurança, ganha mais conteúdo por meio de observações e recomendações.

Tornou-se prática costumeira a publicação de relatórios anuais pelo Secretário Geral em serviço. Usualmente, o informe é apresentado em conformidade com uma declaração anterior, emitida pela Presidência do Conselho de Segurança, na qual constam os objetivos de investigação a serem cumpridos em período pré-determinado. Até o momento, nove relatórios foram elaborados pelo Secretário Geral. De modo geral, os documentos seguem um mesmo padrão de formato e conteúdo, adotando como premissa básica que o aumento da participação de mulheres e a integração de perspectivas de gênero em todas as atividades da paz são essenciais para lidar com as complexidades dos conflitos atuais. Essas duas estratégias são

apresentadas como medidas essenciais para alcançar a igualdade de gênero e, conseqüentemente, a paz duradoura.

Similarmente ao que foi observado no texto da Resolução 1325, os relatórios do Conselho de Segurança destacam o impacto desproporcional dos conflitos armados nas mulheres e meninas e consideram a inclusão de mulheres nos mecanismos de prevenção, manutenção da paz, resolução de conflitos e construção da paz como uma, dentre tantas outras, medidas para reverter o tratamento desumano destinado a esse grupo. Abaixo seguem alguns trechos dos relatórios do Secretário Geral que mostram a preocupação com a violência perpetrada contra mulheres e meninas:

A proteção e promoção dos direitos humanos das mulheres e meninas nos conflitos armados é um assunto de extrema urgência. A realidade sobre o terreno mostra que o direito humanitário e os direitos humanos são abertamente ignorados pelas partes nos conflitos e que as mulheres e meninas seguem sendo objeto de violência sexual e de gênero, assim como de outras violações de direitos humanos (ONU, 2004a, § 119, p. 19).¹³

[...] O aumento da incidência de violência contra a mulher por motivos de gênero durante os conflitos e em situações posteriores a um conflito foi um dos fatores que contribuíram para chamar a atenção para a incorporação de perspectivas de gênero, ainda que [...] não se preste muita atenção ao papel do homem (ONU, 2006b, § 23, p. 9).¹⁴

A desordem que é endêmica aos conflitos e a situações posteriores aos conflitos apresenta graves problemas para toda a comunidade. Para a mulher e a menina, essas situações são especialmente graves e frequentemente compreendem danos sexuais e físicos assim como um retrocesso no seu empoderamento social, econômico e político (ONU, 2009c, § 6, p. 2).¹⁵

¹³Tradução livre de: “The protection and promotion of the human rights of women and girls in armed conflict is a pressing challenge. The reality on the ground is that humanitarian and human rights law are blatantly disregarded by parties to conflicts and that women and girls continue to be subject to sexual and genderbased violence and other human rights violations”. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on women, peace and security**. S/2004/814, 13/10/2004.

¹⁴Tradução livre de: “The rising incidence of gender based violence against women during a conflict and in post-conflict settings had been one very visible factor contributing to the appeal for gender mainstreaming, though the emphasis still remained on women and failed to focus adequately on the role of men”. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on women and peace and security**. S/2006/770, 27/09/2006.

¹⁵Tradução livre de: “The lawlessness endemic to conflict and post-conflict situations presents serious challenges to entire communities. For women and girls, these situations are particularly grave, frequently involving sexual and physical harm as well as social, economic and political disempowerment”. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on women and peace and security**. S/2009/465,

Apreende-se dos textos que as mulheres estão sujeitas a níveis elevados de violência, incomparáveis com o sofrimento dos homens na mesma situação. Segundo a ONU, para “as mulheres e meninas, as situações são especialmente graves e frequentemente compreendem abusos sexuais” (ONU, 2009c, § 6, p. 2). Ainda que as mulheres sejam as principais vítimas dos conflitos atuais, de acordo com estatísticas e relatórios de organismos internacionais, a ênfase *excessiva* nos padrões de violência contra elas simplifica a representação feminina em situações de conflito.

Mesmo nas referências pontuais feitas às mulheres como combatentes ativas, elas são retratadas como aquelas que foram “influenciadas” ou “obrigadas” a pegar em armas, sem vontade própria e interesses específicos na luta armada. “As mulheres e meninas podem ser obrigadas a permanecer nos acampamentos das forças armadas, onde prestam serviços domésticos ou são utilizadas como escravas sexuais.” (ONU, 2002, § 13, p. 3). Em vez de serem representadas como sujeitos plenamente envolvidos nos conflitos, como sugere Shepherd (2008, p. 88), as mulheres e meninas combatentes são referenciadas no discurso da ONU como *associadas* às forças ou grupos armados (ONU, 2006, § 18, p. 7)

Com relação à “violência baseada no gênero” (*gender-based violence*, em inglês), a Assembleia Geral da ONU, por meio da Declaração sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência Contra a Mulher, definiu tal expressão como atos de violência que afetam indivíduos ou grupos de indivíduos por causa do gênero. Ainda que muitos estudos publicados no âmbito das Nações Unidas constatem que esse tipo de violência afeta principalmente as mulheres¹⁶, confirmando o desequilíbrio de poder existente nas sociedades, cabe ressaltar, como feito anteriormente, que os homens também são alvos de violência baseada no gênero.

Dentre as recomendações do Secretário Geral contidas nos relatórios de 2002 a 2010, uma prioridade textual comum a todos é buscar o reconhecimento de que mulheres e meninas são vítimas frequentes de violência baseada no gênero. Um exemplo específico, extraído do Relatório de 2004, expõe que:

A violência baseada no gênero é uma forma de discriminação que afeta gravemente a habilidade das mulheres para desfrutar de seus direitos e liberdades. A violência inadmissível contra mulheres e

16/09/2009.

¹⁶Por exemplo, UNITED NATIONS POPULATION FUND. **Violence Against Girls and Women: A Public Health Priority**. Nova York: UNPF, 1999.

meninas em tempos de paz é exacerbada ainda mais durante os conflitos armados e no período posterior a eles. Tanto atores estatais como não estatais são responsáveis pelas graves violações de direitos humanos da mulher, como assassinatos, sequestros, violações, torturas e escravidão sexual, negação de acesso à comida e aos cuidados médicos, com trágicas consequências (ONU, 2004a, § 76, p. 16).¹⁷

Comparando a definição oferecida pela Declaração da AG com o trecho extraído do Relatório do SG de 2004, percebe-se que há uma incoerência na utilização da expressão “violência baseada no gênero”. O relatório direciona o conceito para os atos de violência cometidos contra as mulheres e, do modo como está organizado, o trecho desconsidera a complexidade por trás dessa construção específica. Para Campos (2010, p. 81), há um silêncio em relação às violências levadas a cabo contra homens e meninos. Após analisar documentos e ações da ONU no tocante às políticas de integração de perspectivas de gênero, a autora nota que há um comprometimento quase exclusivo por parte da organização com a situação das mulheres, sem levar em consideração os efeitos negativos dos conflitos para os homens e meninos submetidos a situações igualmente adversas. Campos (2010, p. 83-86) cita Carpenter (2006) e Jones¹⁸ (1994) para argumentar que homens em idade de combate tendem a ser as maiores vítimas de massacres seletivos, utilizados como estratégia para eliminar a resistência física do “inimigo”, e também são vítimas de estupro, mutilação sexual, violência genital, nudez forçada e masturbação forçada. Com isso, a autora conclui que as Nações Unidas não utilizam o conceito de gênero de forma neutra, referindo-se somente às questões femininas.

A presente análise concorda com o estudo de Campos (2010) e reforça os argumentos apresentados à luz dos relatórios produzidos pelo Secretário Geral referentes à temática “Mulher, Paz e Segurança”. A análise dos documentos revelou que os textos fazem referências pontuais – sem conferir destaques ou apresentar uma discussão aprofundada – sobre a violência cometida contra meninos. Como exemplo, o Relatório de 2009 atenta para o fato de que “em 2008, foram registrados em Burundi 476 casos de violações e violência sexual contra crianças entre 1 e 17 anos, dos quais 449 eram meninas e 27 eram meninos”;

¹⁷Tradução livre de: “Gender-based violence is a form of discrimination that seriously inhibits the ability of women to enjoy their rights and freedoms on a basis of equality with men. The unacceptable violence against women and girls in peacetime is further exacerbated during armed conflict and in its aftermath. Both State and non-State actors are responsible for severe violations of women’s human rights, including killings, abductions, rape, sexual torture and slavery, as well as denial of access to food and health care, with dramatic consequences.” ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on women, peace and security.** S/2004/814, 13/10/2004.

¹⁸JONES, A. Gender and Ethnic Conflict in ex-Yugoslavia. *Ethnic and Racial Studies*, v. 17, n. 1, p. 129–30, 1994.

contudo, não oferece mais informações sobre o assunto (ONU, 2009c, § 12, p. 3). Ainda, observou-se que os documentos não abordam – de forma teórica e/ou por meio de números – os casos de violência cometidos contra homens adultos. Argumenta-se, portanto, que os textos dos relatórios do SG estão amarrados em uma narrativa sustentada por visões que colocam os homens como sujeitos fortes e invulneráveis, sem considerá-los como possíveis vítimas de violência.

No âmbito da ONU impera a ideia de que “o custo da violência sexual para a pessoa e para a sociedade pode ser elevado e incluir gravidez não prevista, infertilidade, estigmatização, ostracismo e divisões dentro da família” (ONU, 2009c, § 14, p. 3). Do modo como é transmitido, o próprio discurso da ONU contribui para a estigmatização de mulheres e homens, uma vez que reproduz leituras que privilegiam a vitimização da mulher e omitem a vulnerabilidade dos homens. Sendo assim, diante de mulheres frágeis, que precisam de proteção, os homens aparecem como os indivíduos fortes, que garantem a proteção.

Do exposto, é possível perceber que os documentos da ONU assumem como verdade absoluta que as mulheres e meninas são um grupo homogêneo, sem interesses próprios e particularidades inerentes ao histórico pessoal de cada uma delas. Inevitavelmente, todas entram nas categorias de vítimas, carentes e, mais recentemente, agentes pacíficas. Nadine Puechguirbal (2010) cita Laura Shepherd (2008) para argumentar que os textos apresentados nos relatórios do Secretário Geral (2002–2004) minimizam a atuação da mulher colocando o sujeito feminino em uma posição inferior, de fragilidade. De acordo com o estudo empreendido por Shepherd, as mulheres são retratadas como cuidadoras e reprodutoras, visões estanques que vinculam sua imagem à condição de quem precisa de proteção. A ênfase na preservação da ordem social é construída com base na narrativa de gênero que associa a figura feminina à esfera privada, tendo espaço no meio público apenas por meio de suas características maternas e pacíficas. Quando as mulheres não são definidas como vítimas, que precisam de proteção, elas são retratadas como mais pacíficas que os homens (PUECHGUIRBAL, 2010, p. 182). Com base nisso, ambas as autoras sustentam que a linguagem de gênero utilizada nos relatórios da ONU reforça desigualdades por meio de visões essencialistas e discriminatórias, impedindo que a mulher seja *verdadeiramente* elevada à condição de agente de sua própria segurança.

O trabalho em questão concorda com a visão de Puechguirbal e Shepherd no sentido de que a discussão sobre gênero, presente nos documentos, é parcial e incompleta. Por exemplo, há relativo consenso acerca das vantagens de incorporar mais mulheres nas missões de paz. Dentre os argumentos mais utilizados nas declarações oficiais, emitidas por entidades

do sistema ONU, destaque especial é dado ao fato de que a presença de mulheres serve de inspiração para os membros das comunidades locais. Consta no Relatório de 16 de outubro de 2002, que uma das preocupações da Organização é “aumentar a participação de mulheres em todos os aspectos das operações de paz” (ONU, 2002, § 44, p. 11). Para complementar o exposto, o mesmo documento sustenta que os Estados-membros são instados a recrutar mais mulheres para servir como observadoras, militares e policiais; visto que a inclusão de mais mulheres “facilita o alcance da igualdade de gênero e representa uma diferença crucial na promoção da paz” (ONU, 2002, § 6, p. 7). Em grande medida, os relatórios apresentam a participação das mulheres como um recurso para garantir o êxito das missões de paz, como mostram os trechos a seguir:

O envio de mulheres para servir nas forças de manutenção da paz, forças policiais e como parte do pessoal civil facilita a interação com as mulheres locais; melhora o acesso aos serviços sociais e psicológicos, incluindo assessoria pós-traumática e difusão de informação sobre estupro, exploração e abuso sexual e reduz os casos de violência sexual, particularmente em campos de refugiados” (ONU, 2008b, § 45, p. 9).¹⁹

Dá as boas-vindas à inclusão de mulheres nas missões de manutenção da paz, nas funções civis, militares e policiais, e reconhece que as mulheres e crianças afetadas pelos conflitos armados podem se sentir mais seguras trabalhando com e relatando abuso para mulheres em missões de paz, e que a presença de soldadas femininas pode encorajar mulheres locais a participar de forças armadas e de segurança nacionais e dessa forma ajudar a construir um setor de segurança que é acessível e responde a todos, especialmente às mulheres” (ONU, 2008a, p. 2).²⁰

Assim, parte-se da premissa que a representação equitativa de homens e mulheres serve como modelo para membros das comunidades locais. Contudo, para que isso aconteça

¹⁹Tradução livre de: “The deployment of women in peacekeeping forces, in police forces and among civilian personnel facilitates engagement with local women, enhances their access to social and psychological services, including trauma counselling, information sharing on sexual harassment, abuse and rape, and lowers the incidence of sexual violence and abuse, particularly in camps of internally displaced persons and refugees.” ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Report of the Secretary-General on women and peace and security**. S/2008/622, 25/09/2008.

²⁰Tradução livre de: “Welcoming the inclusion of women in peacekeeping missions in civil, military and police functions, and recognizing that women and children affected by armed conflict may feel more secure working with and reporting abuse to women in peacekeeping missions, and that the presence of women peacekeepers may encourage local women to participate in the national armed and security forces, thereby helping to build a security sector that is accessible and responsive to all, especially women.” ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Resolution 1820**. CS/RES/1820, 19/06/2008.

de fato, antes de serem deslocados, os soldados da paz precisam reconhecer que as relações sociais são informadas por concepções de gênero – masculinidades e feminilidades – que demarcam o lugar a ser ocupado pelo indivíduo na sociedade civil. Seguindo a linha de raciocínio, as mulheres teriam as mesmas oportunidades nas missões de paz para pleitear cargos e exercer tarefas, se consideradas aptas a fazê-lo por meio de um processo de seleção justo. Entende-se por escolha justa a avaliação de homens e mulheres segundo suas habilidades físicas e emocionais. Em outros termos, as soldadas não seriam proibidas de exercer determinada tarefa pelo fato de serem mulheres, tampouco seriam incluídas nas atividades da ONU em função de rótulos previamente estabelecidos. A designação de um cargo, de acordo com esses pressupostos, seria baseada exclusivamente em critérios que levam em conta as capacidades e méritos de cada pessoa para exercê-lo.

O funcionamento das missões de paz é bastante distinto do anteriormente exposto, como vimos no capítulo anterior. A ONU requisita militares e policiais femininas para servir em nome da Organização; contudo, cabe a cada país decidir quantas mulheres serão enviadas e que funções poderão desempenhar, uma vez em território estrangeiro. Assim, para que perspectivas de gênero sejam *plenamente* incorporadas, a mudança de mentalidade deve ocorrer primeiramente nos países que contribuem com as tropas e, posteriormente, *dentro* das estruturas militarizadas e masculinizadas das missões de paz. Somente então, a ONU poderia afirmar que a mensagem de igualdade de gênero é transmitida de forma legítima para a população local, sendo a missão de paz vista de fato como um modelo a ser copiado.

A conclusão extraída é que as questões de gênero são abordadas de maneira parcial e incompleta nos textos dos relatórios analisados. No Relatório de 2009, o Secretário Geral da ONU assinala que a incorporação de perspectivas de gênero está acontecendo, ainda que de forma lenta. Logo em seguida, ele afirma que grande parte da atenção está centrada na mulher como vítima. “A mulher em condição de participante ativa na prevenção de conflitos, na solução de conflitos e na consolidação da paz nos processos de paz segue ocupando um lugar marginal” (ONU, 2009c, § 81, p. 18).

As informações compiladas são apresentadas como recomendações aos Estados-membros de modo a pressioná-los a respeito da necessidade de considerar a igualdade de gênero como assunto primordial, ou seja, que a igualdade entre o feminino e o masculino seja levada em consideração no planejamento e estruturação dos componentes enviados às missões de paz (MORALES, 2010). Como exemplo, o relatório de 2002 comunica que “referências claras à igualdade de gênero nos mandatos das missões e recursos financeiros adequados podem facilitar a integração de perspectivas de gênero em todas as atividades substantivas e

oferecer um critério para avaliar o desempenho” [dos militares no terreno] (ONU, 2002, § 38, p. 9). Em outro parágrafo, o Secretário Geral nota que “um comprometimento claro com a promoção da igualdade de gênero em toda a missão é necessário, da criação do mandato até o final. Esse comprometimento deve ser traduzido em ações concretas em todas as áreas da missão e deve ser responsabilidade de toda a equipe em campo” (ONU, 2002, § 40, p. 10).

Há uma contradição entre o que os relatórios ONU promovem – a aplicação plena da estratégia de Integração de Perspectivas de Gênero – e a forma pela qual transmitem as informações sobre o assunto aos Estados-membros. A utilização do termo “gênero” muitas vezes como sinônimo de mulher, a ênfase no discurso de vitimização da mulher, a limitação da participação feminina às atividades entendidas como pacíficas, a escassa atenção conferida ao papel da mulher como combatente e a negligência em relação às atrocidades cometidas contra homens em situações de conflito são algumas críticas levantadas à linguagem utilizada nos documentos analisados.

O objetivo final da Integração de Perspectivas de Gênero é conseguir a igualdade de gênero e tal expressão aparece em todos os textos desenvolvidos no âmbito da ONU. Nesse sentido, o discurso de gênero adotado no âmbito das Nações Unidas sustenta a ideia de que o sexo não é determinante para o desempenho de funções em missões de paz. Como mencionado, a ONU não possui regras que proíbem as mulheres de executarem as mesmas tarefas nas mesmas condições que seus colegas do sexo masculino. De fato, a Organização solicita aos Estados-Membros que enviem pessoal feminino, mas no final é o país de origem dos militares que conduz o processo de seleção dos militares. Como resultado da não-interferência no processo de seleção, os esforços da ONU ficam limitados à elaboração de documentos com força normativa para influenciar as decisões estatais sobre políticas específicas para o ingresso de mulheres nas forças armadas e, consequentemente, para a designação de tarefas a serem desempenhadas sob o comando, ao lado ou acima de seus colegas masculinos.

É de exclusiva competência do país de origem do militar treiná-lo para participar de uma operação de paz. Porém, com o intuito de assegurar que os soldados recebam conhecimento sobre os mais diversos assuntos – incluindo gênero – a ONU oferece diretrizes e materiais de treinamentos padronizados, baseados em experiências passadas. A Resolução 1325 (2000) e os relatórios do Secretário Geral servem como base para a elaboração desses materiais e são fontes de referência nos cursos oferecidos a militares, que passam a ter acesso direto ao conteúdo. Como vimos ao longo do capítulo, os textos analisados são sustentados por concepções enviesadas que atribuem ao homem a força e a resistência física em uma

posição confortável de protetor e à mulher a fragilidade de quem precisa ser protegida e o pacifismo de quem renega o conflito. A partir do momento em que os documentos não abordam as construções sociais sobre feminilidades e masculinidades, a polarização entre dois grupos diametralmente opostos é reafirmada, dificultando a plena sensibilização em relação à igualdade de gênero – e não paridade entre sexos – nas forças armadas nacionais.

Em dezembro de 2010, o *Pearson Peacekeeping Centre* (PPC) em conjunto com a Escola Nacional de Operações de Paz do Uruguai (ENOPU) e a Rede de Segurança da América Latina (RESDAL) organizaram um seminário para policiais, militares e civis intitulado *Desafios Transversais nas Operações de Paz Complexas*. Após o evento foi elaborado um relatório com a consolidação das discussões e recomendações efetuadas durante o Seminário. Por agregar opiniões de representantes das forças armadas e policiais, que participaram de operações de paz, este relatório será considerado como importante fonte de análise para o trabalho em questão.

De acordo com o informe,

[...] a participação de mulheres nas operações de paz foi bastante discutida. Em geral, concordou-se que a presença de mulheres nas operações de paz é muito importante. Apesar disso, a partir das discussões, pode-se ver claramente que a igualdade de gênero ainda é um tema muito difícil e sensível de abordar. Também ficou evidente o entendimento limitado do que significa adotar uma perspectiva de gênero e que maneira aplicá-la em um exemplo prático (PPC; RESDAL, 2011, p. 3).²¹

Ao tratar especificamente do treinamento de gênero, o relatório destaca que “parecia haver confusão sobre o significado de incorporação de gênero ou de uma perspectiva de gênero, já que as discussões focaram principalmente na participação da mulher e na exploração e abuso sexual” (PPC; RESDAL, 2011, p. 4). Os testemunhos dos participantes do evento corroboram as críticas levantadas em relação à linguagem de gênero utilizada na resolução 1325 e nos relatórios do Secretário Geral.

²¹ Tradução livre de: “The participation of women in peace operations was discussed at length. In general, it was agreed that the presence of women in peace operations is very important. However, it was clear from the discussions that gender equity remains a difficult and sensitive issue to tackle. Also clear was the limited understanding of what it means to take a ‘gender perspective’ and how to apply it to a practical example.” PEARSON PEACEKEEPING CENTRE, RED DE SEGURIDAD Y DEFENSA DE AMERICA LATINA. **Informe del Seminario Aspectos Transversales en las Operaciones de Paz Complejas**. 2011. Disponível em: <http://www.peaceoperations.org/wp-content/uploads/2011/02/Report_Crosscutting-Challenges-to-Modern-Complex-Peace-Operations-Seminar_sp.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2011.

Inúmeros estudos ressaltam que a participação feminina nas missões de paz aumenta as chances de sucesso das atividades dos “capacetes azuis” em campo.²² Exemplos de “boas práticas” extraídos de operações passadas mostram que em algumas sociedades as mulheres não podem conversar com os soldados do sexo masculino e, portanto, a presença feminina é elemento-chave para facilitar o diálogo com a população local. Noutros casos, as vítimas de violência sexual se sentem mais confortáveis para falar com soldadas ou as mulheres só aceitam ser revistadas por soldados do mesmo sexo. De fato, essas situações são levadas em consideração nos textos analisados, sendo importantes para entender as dinâmicas de gênero *nas comunidades locais* em que os militares atuam. Argumenta-se, contudo, que os mesmos textos informam um padrão de comportamento que se espera das soldadas da paz e que, de acordo com essa ideia generalizada sobre o desempenho ideal em mecanismos de paz, todas estão em um mesmo pacote: naturalmente pacíficas, conciliadoras e negociadoras. O informe destaca que “as mulheres têm mostrado habilidade notável em tarefas associadas à logística, administração, serviços de saúde” (PPC; RESDAL, 2011, p. 4). Em muitos casos, cabe ressaltar, a sua participação está limitada a esses papéis tradicionalmente femininos.²³

Como mencionado em outros momentos, cada missão de paz é única o que torna difícil sustentar afirmações que possam ser aplicadas a todos os instrumentos de solução de conflitos. Apesar disso, os documentos analisados estabelecem previamente as posições que o pessoal feminino pode ocupar e/ou os âmbitos de atuação em que se requer maior presença da mulher. Observou-se, a partir de conversas informais e de eventos internacionais sobre a temática, que as mulheres estão distribuídas em posições de médica, tradutora, intérprete, enfermeira, dentista, cozinheira, bioquímica, operadora de rádio, condutora, chefe da seção de saúde, auxiliar, secretária, entre outras. Essas funções não são as únicas desempenhadas por mulheres nos componentes militares da ONU²⁴, mas servem para exemplificar que o perfil traçado nos relatórios está relacionado com o que se espera da atuação delas em campo.

As atividades desempenhadas em missões de paz estão cada vez mais complexas e se exige uma multiplicidade de atores no terreno para lidar, principalmente, com problemas de ordem interna. Nesse sentido, quanto mais diversificado for o contingente militar – em termos de experiências passadas e habilidades individuais – maiores as chances de a missão cumprir

²² Cf. capítulo 2.

²³ A autora observou esse ponto a partir de conversas informais conduzidas no Seminário do Pearson Peacekeeping Centre e na Conferência Sub-Regional do Chile, promovida pelo Center for Hemispheric Studies no período de 19 a 22 de julho de 2011.

²⁴ Especialmente em forças armadas de países que estão mais evoluídos no estágio de integração de perspectivas de gênero.

os objetivos de seu mandato. A ONU recomenda que homens e mulheres sejam escolhidos para formar um grupo militar capaz de responder aos desafios que surgem em campo e oferecer soluções adequadas. A igualdade de gênero é apresentada como base desse argumento, mostrando que homens e mulheres são biologicamente diferentes, porém as oportunidades devem ser iguais para que cada um possa desenvolver suas habilidades individuais – independente de visões pré-concebidas sobre a posição a ser ocupada em dada sociedade.

Não obstante às referências explícitas à expressão Igualdade de Gênero, os relatórios da ONU não levam em consideração as particularidades das relações complexas entre homens e mulheres *nas estruturas internas dos componentes militares*. Existem inúmeras variações entrepostas ao que se espera do “masculino” e do “feminino”, como mostra a literatura feminista revisada na primeira parte desse estudo. Apesar disso, as informações transmitidas aos Estados-membros – e que servem de referência para a elaboração de cursos de formação dos soldados – estão carregadas de ideias essencialistas sobre masculinidade e feminilidade.

3.4 Explorando a linguagem de gênero no âmbito militar: as diretrizes do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas

O DPKO é responsável por coordenar os esforços dos Estados-membros e entidades do sistema ONU no âmbito da paz e segurança internacionais. Dentre as funções desempenhadas, destacam-se: a elaboração e difusão de diretrizes e doutrinas, e a concepção de treinamentos padronizados.

Como parte de suas tarefas, em outubro de 2004, o DPKO publicou um material de treinamento intitulado Pacote de Recursos de Gênero (*Gender Resource Package*, em inglês). Trata-se, em linhas gerais, de um manual preparado com vistas a orientar equipes de operações de paz – policiais, civis militares – em relação às questões de gênero e como integrá-las nas atividades em campo. Baseado em resoluções e relatórios anteriores, o texto explica terminologias complexas – Gênero, Integração de Perspectivas de Gênero, Equilíbrio de Gênero – e associa tais expressões com tópicos variados – Planejamento; Monitoramento; Código de Conduta; Treinamento; Informação Pública e Mídia; AIDS; Segurança; Direitos Humanos; Assuntos Políticos e Cíveis; Proteção de Crianças; Componentes Civil, Policial e Militar; DDR – Desarmamento, Desmobilização e Reintegração; Observação Eleitoral; Assistência Humanitária; e Reconstrução e Recuperação.

A principal contribuição do manual proposto pelo DPKO, em 2004, é a disseminação de informações sobre o tema, mostrando que as questões de gênero estão relacionadas com todos os aspectos que permeiam o funcionamento de uma missão de paz. Discutir e apresentar um texto que trate de relações de gênero não é tarefa fácil, principalmente em sociedades que valorizam pensamentos e costumes tradicionais. Com isso em mente, pode-se dizer que o trabalho realizado no âmbito do DPKO é de grande valia, uma vez que joga luz sobre um assunto relevante e ainda pouco discutido.

Dando seguimento às atividades, em março de 2006 o DPKO realizou um encontro com 55 representantes de países que contribuem com tropas. O objetivo do evento era sugerir mecanismos para aumentar o número de mulheres uniformizadas nas operações de paz, com base no seguinte paradoxo:

[...] apesar do reconhecimento do valor das soldadas femininas, como evidenciado por exemplos específicos tanto de Estados-membros como de lideranças militares e policiais das missões de paz, muito pouco está sendo feito concretamente [...] para expandir a participação da mulher (ONU, 2006a, § 5, p. 7).²⁵

O *Policy Dialogue*, relatório final do encontro, condensou pontos positivos e negativos referentes ao recrutamento de mulheres militares e policiais para servir em missões de paz. O documento sustenta que o número de participantes do sexo feminino está muito aquém do desejado e, para reverter essa situação, recomenda ações no âmbito estatal. Assim, de um lado, os tomadores de decisão devem reconhecer que as mulheres podem – e devem – desempenhar funções designadas aos soldados da ONU em campo, caso desejem. De outro lado, as militares e policiais do sexo feminino devem entender que as hierarquias de gênero não são dadas, mas foram socialmente construídas. Nesse sentido, as mulheres podem trabalhar em um plano de igualdade, com as mesmas condições – nem melhores ou piores – que seus semelhantes masculinos. Portanto, o texto final do evento enfatiza que esse grupo tradicionalmente marginalizado não deve aceitar a designação de tarefas consideradas “de

²⁵ Tradução livre de: “[...] despite the known value of female peacekeepers, as evidenced by specific examples from both Member States and Military and Police leadership of peacekeeping missions, very little is being done concretely [...] to expand female deployment.” ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Departamento de Operações de Manutenção da paz. **Policy Dialogue to Review Strategies for Enhancing Gender Balance among Uniformed Personnel in Peacekeeping Missions**. New York, 2006. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/ianwge/taskforces/wps/Final%20Report%20TCC%20PCC%20Policy%20Dialogue%20_English_.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2011.

porte feminino”, visto que as mulheres possuem habilidades diferentes e, por esse motivo, essenciais para o êxito de muitas atividades complexas (ONU, 2006a, p. 10).

Como resultado do encontro, no final dos anos 2006, o DPKO publicou uma Diretriz Política (*Policy Directive*, em inglês) sobre Igualdade de Gênero nas Operações de Paz, com o propósito de apontar requisitos fundamentais para a participação igualitária de mulheres e homens em todos os aspectos das missões de paz. Similarmente a outros documentos oficiais, recomenda-se o aumento progressivo do número de mulheres e a inserção de módulos de gênero nos treinamentos oferecidos aos militares e policiais.

Ainda sobre o tema, o Escritório para Assuntos Militares (OMA, em inglês) e a Unidade de Gênero da Divisão de Treinamento, Avaliação e Política (DPET, em inglês) do DPKO uniram esforços para elaborar um material informativo sobre questões de gênero, intitulado Integrando uma Perspectiva de Gênero no Trabalho dos Militares das Nações Unidas nas Operações de Paz. Trata-se basicamente de uma compilação de informações referentes à temática Mulher, Paz e Segurança e como aplicá-las nas atividades dos militares em campo. De outro modo, pode-se dizer que essa publicação é uma tentativa de traduzir a linguagem de gênero, presente nas resoluções e relatórios discutidos, em termos mais acessíveis ao *modus operandi* dos militares. Com uma apresentação sistematizada, as diretrizes são dispostas em três seções, correspondentes aos três níveis de engajamento dos militares nas operações de paz, sendo eles: estratégico, operacional e tático.

Os documentos elaborados no âmbito do DPKO são iniciativas voltadas para facilitar a aplicação das disposições da Resolução 1325 no cotidiano dos soldados da paz. Apesar disso, vale reiterar que as diretrizes são guias para o estabelecimento de condutas, não sendo regras absolutas. No caso dos componentes militares e policiais, os textos só serão cumpridos se o país contribuinte tomar medidas para que isso ocorra. Caso contrário, elas serão apenas recomendações.

3.5 Conclusão

Ao final dessa exposição, é possível perceber que, em geral, a Resolução 1325 e os relatórios publicados pelo Secretário Geral de 2002 a 2010 abordam, de maneiras distintas, os mesmos pontos centrais: a necessidade de aumentar o número de mulheres nos instrumentos de paz e nos processos de tomada de decisão; a urgência em estimular o maior entendimento sobre relações de gênero; o imperativo de combater práticas discriminatórias em todas as

atividades e a necessidade de inserir módulos de gênero nos treinamentos oferecidos pelos Estados.

Ainda que os textos produzidos no âmbito da ONU mencionem esses pontos, a prioridade é conferida a dois deles: os impactos desproporcionais dos conflitos armados em mulheres e meninas, e a participação feminina nos instrumentos de paz (ONU, 2010b, § 1, p. 1). Em outras palavras, os documentos analisados mostram o que as mulheres são em situações de conflito e o que podem ser e fazer nos processos e mecanismos de promoção da paz. Para tanto, alguns termos como “gênero” e “violência sexual baseada no gênero” são atrelados a narrativas convencionais de gênero, respaldadas em linhas de pensamento dicotômicas que colocam o “homem forte” versus a “mulher vítima” e o “soldado masculinizado” em oposição à “mulher pacifista”. Nos textos, os espaços para transgredir tais assuntos são limitados, restringindo-se às menções pontuais de expressões como “mulher combatente” e “menino vítima”.

Da análise dos documentos relativos à temática “Mulher, Paz e Segurança”, observou-se uma série de inconsistências, citadas ao longo do capítulo. Em documentos que propõem tratar de questões de gênero, a repetição de frases que colocam as mulheres na posição de oprimidas e pacíficas e os homens como os algozes da violência sedimentam visões enviesadas sobre a temática em pauta. “Essas posições fixam gênero como uma relação patológica baseada em corpos sexuais, uma hierarquia eterna na qual homens disfrutam dos privilégios de sua masculinidade por meio de seu poder sobre mulheres e meninas, uma articulação que é profundamente problemática” (SHEPHERD, 2008, p. 95).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Homens e mulheres que integram os componentes militares das Operações de Manutenção da Paz contemporâneas devem estar atentos para uma série de questões que os militares das missões tradicionais – aprovadas em sua maioria nos anos de Guerra Fria – não tinham que se preocupar. Dado o número crescente de missões de paz enviadas a países marcados por disputas internas, a comunidade internacional espera que os soldados realizem uma multiplicidade de tarefas e interajam com diversos atores a fim de galgar os objetivos propostos nos mandatos emitidos pelo Conselho de Segurança. Os noticiários internacionais e os meios de comunicação da ONU exaltam a participação dos representantes da paz no terreno em atividades de distribuição de alimentos e assistência médica para comunidades isoladas, participação em campanhas para plantação de árvores em escolas, escolta de refugiados, evacuação de civis, organização e patrulhamento de eleições, distribuição de brinquedos para crianças, assistência em desastres naturais, entre outras. Isso significa que ao soldado são delegadas tarefas militares e não-militares, que exigem esforços em diferentes esferas da sociedade, incluindo a política, a ambiental e a econômica.

A ONU passou a requisitar a presença de mulheres militares nas supracitadas atividades – de forma mais enfática – a partir da publicação da Resolução 1325 (2000). Com base nas recomendações expostas na 1325 e nos relatórios produzidos pelo Secretario Geral, defende-se no âmbito da ONU que para galgar a paz duradoura em países marcados por disputas internas é essencial levar em consideração a categoria de análise “gênero” nos projetos de elaboração e implementação das missões de paz e chamar atenção para a necessidade de aumentar o número de mulheres nesses instrumentos. Esses argumentos são traduzidos em duas estratégias citadas nos textos da ONU: Integração de Perspectivas de Gênero e Equilíbrio de Gênero. Sobre tais estratégias, órgãos e agências especializadas das Nações Unidas sustentam que devem ser usadas simultaneamente, ou melhor, aumentar a participação de soldados femininos é fundamental, mas essa iniciativa é parte de esforços maiores, que buscam transformar as hierarquias de gênero e considerar as experiências e interesses de homens e mulheres indistintamente.

Com base no exposto, o presente trabalho procurou investigar se os textos produzidos no âmbito do sistema ONU – que discorrem sobre as Operações de Manutenção da Paz a partir de uma perspectiva de gênero – contribuem para o rompimento de ideias estereotipadas sobre a participação de mulheres nos contingentes militares. Verificou-se, ainda, em que

medida as justificativas para a maior presença feminina (Equilíbrio de Gênero) contrastam com ideias convencionais sobre os espaços a serem ocupados por mulheres militares nos instrumentos de manutenção da paz. Para tanto, analisou-se a linguagem de gênero – em diálogo com as teorias feministas e de gênero apresentadas na revisão bibliográfica – utilizada na Resolução 1325 do Conselho de Segurança, nos relatórios do Secretário Geral (2000 – 2010), nas diretrizes do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas e nos informes de agências especializadas vinculadas à ONU.

A primeira parte do trabalho tratou de forma abrangente a evolução da disciplina de Relações Internacionais e, mais especificamente, a subárea de Segurança Internacional de modo a situar o tema da dissertação dentro do debate acadêmico contemporâneo. Em seguida, a proposta foi revisitar textos de livros e artigos que jogam luz sobre “gênero”, com o intuito de mostrar que a entrada de estudos feministas e de gênero na disciplina de RI é recente, porém fundamental para compreender as relações desiguais, que conferem a homens e mulheres um espaço diferente no mundo. Como ponto de partida para o desenvolvimento da investigação, espaço foi concedido à discussão dos significados atribuídos pelas Nações Unidas às expressões Integração de Perspectivas de Gênero, Equilíbrio de Gênero e Igualdade de Gênero.

O segundo capítulo forneceu uma breve descrição sobre as Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas, pontuando fatos históricos e documentos oficiais da ONU que nos permitem observar a evolução das missões de paz, de tradicionais para multidimensionais. Após um balanço dos acontecimentos relevantes que possibilitaram a transformação gradativa desse instrumento de solução de conflitos, nota-se que a proliferação de atividades de cunho militar e não-militar abriram espaços para o ingresso de novos atores, incluindo os soldados de sexo feminino.

Antes de abordar propriamente a incorporação das mulheres nas missões de paz, julgou-se pertinente discutir algumas ideias referentes à temática “mulher e forças armadas”, visto que as mulheres precisam estar vinculadas às instituições castrenses para, então, servirem à ONU como soldadas da paz. Ao citar autores(as) que abordam o mundo militar como um espaço calcado na ênfase das diferenças de gênero, buscou-se mostrar que a militarização ao fim e ao cabo exclui a mulher de determinadas atividades consideradas eminentemente masculinas. Nesse sentido, se as mulheres não estão plenamente incorporadas às forças armadas de seus países, dificilmente elas serão enviadas para cumprir as mesmas tarefas desempenhadas pelos soldados masculinos nas missões de paz.

Destaque também foi concedido aos números referentes à participação de mulheres nos componentes militares das Nações Unidas. As porcentagens apresentadas refletiram a velocidade com que as mulheres foram – e ainda estão sendo – incluídas no sistema de manutenção da paz, sendo possível observar que o movimento em direção à inclusão de soldados do sexo feminino é lento, porém contínuo. Ênfase também foi conferida às ideias apresentadas por órgãos e agências especializadas das Nações Unidas que justificam a estratégia de Equilíbrio de Gênero. Os argumentos utilizados nos relatórios e estudos analisados ressaltam as vantagens de elevar a presença feminina em todas as atividades da ONU, enfatizando características (negociadora, conciliadora, pacífica, materna, sensível, etc.) que elas aportam às missões de paz. Além disso, os textos estabelecem previamente as tarefas que serão melhor executadas pelas soldadas da paz, por exemplo: auxílio às vítimas de violência sexual, inspeção de mulheres, interação com organizações de mulheres locais, patrulhas, entre outras.

O foco nas qualidades singulares que alguns indivíduos do sexo feminino trazem às missões de paz é importante para *os estudos das mulheres*. No entanto, ainda falta um árduo caminho para o pleno entendimento dessas questões a partir *de uma perspectiva de gênero*. Considera-se que ao delimitar previamente as características atribuídas às mulheres, sem questionar como esses atributos refletem relações sociais desiguais, o discurso da ONU confirma o perfil que se espera de uma mulher militar: pacífica, cuidadora e mãe. A linguagem dos textos desconsidera que indivíduos têm suas particularidades próprias e que nem todas as mulheres se encaixam nesses rótulos. Utilizar o argumento de que as mulheres são essenciais devido às suas características especiais e não problematizá-lo contribui, em grande medida, para fomentar uma guerra dos sexos, na qual os homens aparecem de um lado como fortes e agressivos – incapazes de dispor de características mais sensíveis – e as mulheres atuam do outro lado do front de batalha, como frágeis e pacíficas – impossibilitadas de desempenhar tarefas mais “perigosas”, que exigem esforço físico.

O terceiro capítulo foi dedicado à análise interpretativa do conteúdo da Resolução 1325, dos relatórios do Secretário-Geral e das principais diretrizes elaboradas no âmbito do Departamento de Operações de Paz das Nações Unidas (DPKO). Objetivou-se fornecer um marco normativo para identificar os principais desafios e avanços conquistados nos últimos dez anos em relação à matéria. Procurou-se, ainda, mostrar como as estratégias discursivas da ONU são calcadas em suposições enviesadas sobre o espaço a ser ocupado por homens e mulheres em situações de paz e conflito armado.

A partir da análise textual dos citados documentos, identificou-se que há um foco excessivo em representações de “mulher vítima” e “mulher pacífica” em detrimento de discussões que tomam como base o aspecto relacional entre feminilidades e masculinidades. Atentou-se, igualmente, para o fato de que conceitos-chave como “gênero” e “violência baseada no gênero” são utilizados de maneira automática, sem levar em consideração que “gênero” não é sinônimo de mulher e que homens e meninos também são vítimas de violência sexual. Com base nos pressupostos feministas e abordagens de gênero apresentados no primeiro capítulo, foi possível desmascarar uma série de significados e arranjos nos textos da ONU – muitas vezes entendidos como “naturais” – que colocam os sujeitos sociais em posições não-equitativas.

As críticas feitas aos documentos da ONU são no sentido de que fundamentar textualmente a participação das mulheres em OMP com base em uma lógica dicotômica reafirma tensões entre grupos tidos como homogêneos e polarizados, contrariando as definições de Igualdade de Gênero, Integração de Perspectivas de Gênero e Equilíbrio de Gênero oferecidas pela própria Organização. O vocabulário escolhido e a maneira como as frases estão articuladas na linguagem utilizada reafirmam e sedimentam visões estereotipadas, pautadas nas condições biológicas dos indivíduos. Não há, de fato, um comprometimento formal nos textos com o despendimento de esforços para transformar o ambiente de trabalho e, consequentemente, os papéis desempenhados por ambos os sexos nas missões de paz.

Nesse sentido, argumenta-se que a ONU direciona esforços maiores para a inclusão de mulheres nas missões de paz, enquanto os discursos sensíveis ao gênero são moldados para que possam ser encaixados nas tradicionais estruturas masculinizadas e militarizadas das operações. Em outras palavras, as informações transmitidas aos Estados-membros não aprofundam ideias que levem em consideração as construções sociais de masculinidades e feminilidades em determinado contexto, colocando, em várias passagens dos documentos, homens e mulheres como grupos opostos e, em grande medida, ignorando as ambiguidades que permeiam as diversas relações existentes entre os sujeitos.

As críticas aos textos são válidas para jogar luz sobre algumas concepções enviesadas presentes nos documentos analisados. Como mencionado ao longo do trabalho, os estudos e documentos oficiais elaborados no âmbito da ONU são repassados aos Estados-membros como fontes de referência para a preparação dos cursos de formação do pessoal militar que servirá em nome da ONU. A linguagem utilizada, nesse sentido, é um instrumento importante que pode servir para modificar ou enraizar entendimentos convencionais em relação ao lugar

a ser ocupado por homens e mulheres nos instrumentos de paz, com fortes implicações para as forças armadas nacionais.

Igualmente legítimo é reconhecer que a publicação desses documentos, de certa forma, pressiona os Estados-membros para que comecem a “refletir” sobre o assunto. Ao tratar “gênero” como questão imprescindível para o sucesso de uma missão de paz complexa, a ONU sugere que os países comecem a debater o tópico no âmbito interno. Ainda que seja apenas uma pressão normativa, cabendo aos países decidir se querem ou não adotar as recomendações, a ONU acaba por fomentar discussões em foros internacionais e nacionais.

O conjunto de textos analisados representa um projeto de longo prazo, que busca sensibilizar os representantes da ONU em relação às questões de gênero. No caso específico das missões de paz, a Organização propõe que as forças armadas nacionais comecem a refletir sobre a incorporação das mulheres nas tropas de paz. A ONU não dispõe de poder coercitivo para obrigar os Estados a tratarem do assunto, mas o receio de serem estigmatizadas internacionalmente como forças armadas “retrógradas” ou “machistas” pode, de alguma forma, estimular discussões no âmago das instituições castrenses.

Desde a publicação da Resolução 1325, os comunicados de imprensa da ONU conferem bastante visibilidade aos países que se dedicam à elaboração dos Planos de Ação Nacionais e que se esforçam para aumentar o número de mulheres nos contingentes militares. Eventos sobre a temática “gênero nas operações de paz”, como os que o *Pearson Peacekeeping Centre* promove na América do Sul, reúnem representantes de diversos países para dialogar e intercambiar experiências. Nesses espaços de discussão, percebe-se que alguns países estão avançando mais do que outros no processo de integração de perspectivas de gênero. De fato, cabe aos atores sociais se despirem de seus preconceitos para que, em conjunto, possam modificar suas instituições. Nesse sentido, a informação que chega a essas pessoas, por meio de resoluções, relatórios e diretrizes, é de suma importância para assegurar que a mensagem de igualdade de gênero esteja sendo transmitida de forma correta e legítima.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABIEW, F. K. NGO-Military Relations in Peace Operations. **International Peacekeeping**, v. 10, n. 1, p. 24-39, 2003.

ACKERLY, B. A.; STERN, M.; TRUE, J. **Feminist Methodologies for International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ALVES, J. A. L. **Relações Internacionais e Temas Sociais**: a década das conferências. Coleção Relações Internacionais. Brasília: FUNAG, 2001.

ANNAN, K. **We the Peoples**: The Role of the United Nations in the 21st Century. New York: United Nations Department of Public Information, 2000.

ASHLEY, R. K.; WALKER, R. B. J. Reading Dissidence/Writing the Discipline: Crisis and the Question of Sovereignty in International Studies. **International Studies Quarterly**, v. 34, n. 3, p. 367- 416, 1989.

BALDWIM, D. Security Studies and the End of the Cold War. **World Politics**, v. 48, n. 1, p. 117-14, 1995.

BEILSTEIN, J. **Women 2000**: The Role of Women in United Nations Peacekeeping. New York: Division for Advancement of Women (DAW), 1995.

BELLAMY, A.; WILLIAMS, P.; GRIFFIN, S. **Understanding Peacekeeping**. Malden: Polity, 2004.

BOSCH, J; VERWEIJ, D. Enduring ambivalence: the Dutch Armed Forces and their women recruits. In: COCKBURN, C.; ZARKOV, D. **The Postwar moment**: militaries, masculinities, and international peacekeeping. London: Lawrence & Wishart, 2002.

BRIDGES, D.; HORSFALL, D. Increasing Operational Effectiveness in UN Peacekeeping: Toward a Gender-Balanced Force. **Armed Forces & Society**, v. x, n. x, 2009.

BURES, O. Wanted: A Mid-Range Theory of International Peacekeeping. **International Studies Review**, v. 9, n. 3, 2007.

BUTLER, M.; MADER, K.; KEAN, R. **United Nations Reform**: Improving Peace Operations by Advancing the Role of Women. Geneva: Women in International Security (WIIS), 2010. Disponível em: <<http://wiis.georgetown.edu/41012.html>>. Acesso em: 25 nov. 2010.

BUZAN, B. Rethinking security after the Cold War. **Cooperation and Conflict**, v. 32, n. 1, 1997.

CAMPOS, P. D. R. As Políticas de Gênero e as Operações de Paz: Uma Análise Crítica do Caso da MONUC. **Revista da Escola de Guerra Naval**, n. 15, p. 79-103, 2010.

CAREY, H. F. Women and Peace and Security: The Politics of Implementing Gender Sensitivity Norms in peacekeeping. In: OLSSON, L.; TRYGGESTAD, T. L. **Women and international peacekeeping**. London: Frank Cass, 2000.

CARREIRAS, H. Gendered Culture in Peacekeeping Operations. **International Peacekeeping**, v. 17, n. 4, 2010.

CARVAJAL, D. A Female Approach to Peacekeeping. **The New York Times**, Online, 05 de março de 2010. Disponível em: <<http://www.nytimes.com/2010/03/06/world/africa/>>. Acesso em: 10 mar. 2010.

CHARLESWORTH, H.; CHINKIN, C. Feminist approaches to international law. **The American Journal of International Law**, v. 85, n. 4, 1991.

COCKBURN, C. Militarism and War. In: SHEPHERD, L. J. (Org.). **Gender Matters in Global Politics**: a feminist introduction to international relations. London: Routledge, 2010.

COCKBURN, C.; ZARKOV, D. **The Postwar moment**: militaries, masculinities, and international peacekeeping. London: Lawrence & Wishart, 2002.

COHN, C. Motives and methods: using multi-sited ethnography to study US national security discourses. In: ACKERLY, B. A.; STERN, M.; TRUE, J. **Feminist Methodologies for International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

CONNELL, R. W. Masculinities, the reduction of violence and the pursuit of peace. In: COCKBURN, C.; ZARKOV, D. **The Postwar moment**: militaries, masculinities, and international peacekeeping. London: Lawrence & Wishart, 2002.

COSTA, J. A.; SÉLIS, L. M. R.; SOARES, S. A. De Afrodite a Melíade? O feminismo nos estudos de segurança, In: MATHIAS, S. K. (org.). **Sob o signo de Atena**: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas. São Paulo: FAPESP/Editora Unesp: Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas, 2009.

COSTA, G. **Entre “guerreiros justos” e “almas belas”** - proteção, poder e resistência política nos discursos e nas práticas das mulheres colombianas organizadas pela paz. Tese (Doutorado em Relações Internacionais)-Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

DEGROOT, G. J. A Few Good Women: Gender Stereotypes, the Military and Peacekeeping. In: OLSSON, L.; TRYGGESTAD, T. L. **Women and international peacekeeping**. London: Frank Cass, 2001.

DUQUE, M. O Papel de Síntese da Escola de Copenhague nos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, v. 31, n. 3, 2009.

DU PLESSIS, M.; Stephen, P. Who guards the guards? The ICC and Serious Crimes Committed by the UN Peacekeepers in Africa. **African Security Review**, 2004, v. 13, n. 4, 2006.

ELSHTAIN, J. B. **Women and war**. Chicago, Ill.: University of Chicago Press, 1987.

ENLOE, C. **Bananas, beaches, and bases**: making feminist sense of international politics. Updated edition Berkeley: University of California, 1989.

_____. Demilitarization – or more of the same? Feminist questions to ask in the postwar moment. In: COCKBURN, C.; ZARKOV, D. **The Postwar moment**: militaries, masculinities, and international peacekeeping. London: Lawrence & Wishart, 2002.

_____. **Maneuvers**: the international politics of militarizing women's lives. Berkeley: University of California Press, 2000.

_____. **The curious feminist**: searching for women in a new age of empire. Berkeley, Calif.: University of California Press, 2004.

ETIENNE, M. Addressing Gender-Based Violence in an International Context. **Harvard Women's Law Journal**, v. 18, 1995.

FONTOURA, N. R. **Heróis ou vilões?**: o abuso e a exploração sexual por militares em missões de paz da ONU. 2009. 229 f. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais)- Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

FONTOURA, P. R. C. T. **O Brasil nas Operações de Manutenção da Paz das Nações Unidas**. Brasília: FUNAG, 1999.

FREEDMAN, L. International security: changing targets. **Foreign Policy**, n. 110, 1998.

GIERCZ, D. Women, Peace and the United Nations: Beyond Beijing. In: SKJELSBØK, I. (Org.). **Gender, Peace and Conflict**. London: SAGE Publications Inc., 2001.

GOLDSTEIN, J. S. **War and Gender**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

GOULDING, M. The Evolution of United Nations Peacekeeping. **International Affairs**, v. 69, n. 3, 1993.

GRANT, R. The Quagmire of Gender and International Security, In: PETERSON, V. S. (Org.). **Gendered States**: Feminist Re (Visions) of International Relations Theory. Boulder, CO: Lynne Rienner Publishers, 1992.

HAFTENDORN, H. The Security Puzzle: Theory-Building and Discipline-Building in International Security. **International Studies Quarterly**, v. 35, n. 1, p. 1-17, 1991.

HALES, D. R. **Just like a woman**: How gender science is redefining what makes us female. New York: Bantam Books, 1999.

HALLIDAY, F. **Repensando as Relações Internacionais**. Porto Alegre, UFRGS Ed, 1999.

HIGATE, P.; HENRY, M. Engendering (In)security in Peace Support Operations. **Security Dialogue**, v. 35, n. 4, 2004.

INSTRAW INTERNATIONAL RESEARCH AND TRAINING INSTITUTE FOR THE ADVANCEMENT OF WOMEN. **Women with a Blue Helmet: The Integration of Women and Gender Issues in UN Peacekeeping Missions**. 2010. Disponível em: <http://www.peacewomen.org/assets/file/Resources/UN/unbalpk_integrationwomengenderunpeacekeeping_instraw_aug_2010.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2010.

JENNINGS, K. Protecting Whom? **Approaches to Sexual Exploitation and Abuse in UN Peacekeeping Operations**. Fafo Report, Oslo, 2008.

KENNEDY-PIPE, C. Gender and Security. In: COLLINS, A. **Contemporary Security Studies**. New York: Oxford University Press, 2010.

KHALEELI, J. Addressing the Sexual Misconduct of Peacekeepers. **Refugees International**, 2004. Disponível em: <<http://www.refugeesinternational.org/content/article/detail/4047/>>. Acesso em: 17 mar. 2008.

KI-MOON, B. **Secretary-General's Message**. Honouring 60 Years of United Nations Peacekeeping, 2008. Disponível em: <<http://www.un.org/events/peacekeeping60/sgmessage.shtml>>. Acesso em: 15 jun. 2011.

KOŁODZIEJ, E. Renaissance in security studies? Caveat lector! **International Studies Quarterly**, v. 36, n. 4, 1992.

KRILL, F. The Protection of Women in International Humanitarian Law. **International Review of Red Cross**, n. 249, 1985.

KRONSELL, A. Methods for studying silences: gender analysis in institutions of hegemonic masculinity. In: ACKERLY, B. A.; STERN, M.; TRUE, J. **Feminist Methodologies for International Relations**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

LAPID, Y. The Third Debate: On the Prospects of International Theory in a Post-Positivist Era. **International Studies Quarterly**, v. 33, n. 3, 1989.

LYNN-JONES, S. M. **International Security Studies after the Cold War: An Agenda for the Future**. CSIA Discussion Paper, 91-11, Kennedy School of Government, Harvard University, 1991.

MATHIAS, S. K. Gênero, defesa e paz no Cone Sul. In: MATHIAS, S. K. (Org.). **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo: FAPESP/Editora Unesp, 2009.

MAZURANA, D. Do Women Matter in Peacekeeping? Women in Police, Military and Civilian Peacekeeping. **Canadian Woman Studies**, v. 22, n. 2, p. 64-71, 2003.

_____. International Peacekeeping Operations: To Neglect Gender is to Risk Peacekeeping Failure. In: COCKBURN, C.; DUBRAVKA Z. (Org.). **The Postwar Moment: Militarities, Masculinities and International Peacekeeping**. London: Lawrence and Wishart, 2002.

MAZURANA, D.; PIZA-LOPEZ, E. **Gender Mainstreaming in Peace Support Operations: Moving Beyond Rhetoric to Practice**. London: International Alert, 2002.

MAZURANA, D.; RAVEN-ROBERTS, A.; PARPART, J. **Gender, conflict, and peacekeeping**. Lanham: Rowman & Littlefield, 2005.

MESA, M. Mujer, paz y seguridad: la Resolución 1325 en su décimo aniversario. In: MESA, M. (Org.). **Balance de una década de paz y conflictos: tensiones y retos en el sistema internacional**. Madrid: CEIPAZ – Fundación Cultura de Paz, 2010. Disponível em: <<http://www.ceipaz.org/images/contenido/ANUARIO%202010-2011.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

MIALL, H.; RAMSBOTHAN, O.; WOODHOUSE, T. **Contemporary Conflict Resolution: The Prevention, Management, and Transformations of Deadly Conflicts**. Malden, MA: BlackWell Publishing, 2004.

MILLER, S. E. International security at twenty-five: from one world to another. **International Security**, v. 26, n. 1, 2001.

MINISTÉRIO DA DEFESA. **Manual de Operações de Paz do Ministério da Defesa** (MD33-M-01). 2a edição, 2006.

MORALES, S. La mujer y las operaciones de mantenimiento de la paz. Madrid: Dykinson, S. L., 2010.

MOURA, T. **As Mulheres na construção da Paz - Da Vitimização à Participação**. Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais, 2002. Disponível em: <http://www.ciari.org/opiniao/mulheres_construcao_da_paz.htm>. Acesso em: 15 out. 2010.

MUST Boys Be Boys? Sexual Exploitation in UN Missions. **Refugee International**, 2004. Disponível em: <http://www.refugeesinternational.org/section/publications/pk_execsum/>. Acesso em: 18 mar. 2008.

NOGUEIRA, J. P.; MESSARI, N. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

NORVILLE, V. **The Role of Women in Global Security** – Special Report. Washington: United States Institute of Peace, 2011. Disponível em: <http://www.usip.org/files/resources/SR264The_role_of_Women_in_Global_Security.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2011.

NYE, J.; LYNN-JONES, S. M. International security studies: a report of a conference on the state of the field. **International Security**, v. 12, n. 4, 1988.

OAKLEY, R. B. A Manutenção da Paz: Sua evolução e significado. **Agenda de Política Externa dos Estados Unidos**, v. 3, n. 2, 1998. Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/itps/0498/ijpp/toc.htm>>. Acesso em: 24 fev. 2008.

OLSSON, L. Mainstreaming Gender in Multidimensional Peacekeeping: A Field Perspective. **International Peacekeeping**, v. 7, n. 3, 2000.

OLSSON, L.; TRYGGESTAD, T. L. **Women and international peacekeeping**. London: Frank Cass, 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Disponível em: <<http://www.un.org/>>. Acesso em: 10 de novembro de 2010.

_____. **A comprehensive strategy to eliminate future sexual exploitation and abuse in United Nations peacekeeping operations.** A /59/710, 24/03/2005 (ONU, 2005a). Disponível em: <<http://reliefweb.int/node/22125>>. Acesso em: 18 jul. 2009.

_____. **An Agenda for Peace:** Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping. A/47/277 – S/24111, 17/06/1992 (ONU, 1992). Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/SG/agpeace.html>>. Acesso em: 05 jan. 2011.

_____. **Beijing Declaration and Platform for Action.** Fourth World Conference on Women, 1995. Set. de 1995 (ONU, 1995a). Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/declaracao_4_conferencia_mundial_mulher.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2011.

_____. **Carta das Nações Unidas.** Adotada em 24 de outubro de 1945. Disponível em: <http://www.onubrasil.org.br/documentos_carta.php>. Acesso em: 05 mar. 2005.

_____. **Declaration on the Elimination of Violence against Women.** AG/48/104, 20/12/1993 (ONU, 1993). Disponível em: <[http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/\(symbol\)/a.res.48.104.en](http://www.unhchr.ch/huridocda/huridoca.nsf/(symbol)/a.res.48.104.en)>. Acesso em: 20 maio 2011.

_____. **Departamento de Operações de Manutenção da Paz.** Disponível em: <<http://www.un.org/Depts/dkpo/dpko/index.asp>>. Acesso em: 12 out. 2010.

_____. _____. **Directives for Disciplinary Matters Involving Military members of National Contingent.** DPKO/MD/03/00993, sem data.

_____. _____. **Integrating a Gender Perspective into the Work of the United Nations Military in Peacekeeping Operations.** New York: DPKO/DFS, 2010.

_____. _____. **Policy Dialogue to Review Strategies for Enhancing Gender Balance among Uniformed Personnel in Peacekeeping Missions.** New York, 2006 (ONU, 2006a). Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/ianwge/taskforces/wps/Final%20Report%20TCC%20PCC%20Policy%20Dialogue%20_English_.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2011.

_____. Departamento de Operações de Manutenção da Paz; Departamento de Apoio de Campo. **Ten-year Impact Study on Implementation of UN Security Council Resolution 1325 (2000) on Women, Peace and Security in Peacekeeping.** Relatório Final, 2011 (ONU, 2011). Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/documents/10year_impact_study_1325.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2011.

_____. **Report of the Panel on United Nations Peace Operations.** A/55/305–S/2000/809, 21/10/2000 (ONU, 2000a). Disponível em: <http://www.un.org/peace/reports/peace_operations>. Acesso em: 15 set. 2010.

_____. **Resolution 1325.** CS/RES/1525, 31/10/2000 (ONU, 2000b).

_____. **Resolution 1820**. CS/RES/1820, 19/06/2008 (ONU, 2008a).

_____. **Resolution 1888**. CS/RES/1888, 30/09/2009 (ONU, 2009a).

_____. **Resolution 1889**. CS/RES/1889, 05/10/2009 (ONU, 2009b).

_____. **Resolution 1960**. CS/RES/1960, 16/12/2010 (ONU, 2010a).

_____. **Report of the Secretary-General on women, peace and security**. S/2002/1154, 2002 (ONU, 2002a).

_____. **Report of the Secretary-General on women, peace and security**. S/2004/814, 13/10/2004 (ONU, 2004a).

_____. **Report of the Secretary-General on women and peace and security**. S/2005/636, 2005 (ONU, 2005b).

_____. **Report of the Secretary-General on women and peace and security**. S/2006/770, 27/09/2006 (ONU, 2006b).

_____. **Report of the Secretary-General on women and peace and security**. S/2007/567, 2007 (ONU, 2007).

_____. **Report of the Secretary-General on women and peace and security**. S/2008/622, 25/09/2008 (ONU, 2008b).

_____. **Report of the Secretary-General on women and peace and security**. S/2009/465, 17/09/2009 (ONU, 2009c).

_____. **Report of the Secretary-General on women and peace and security**. S/2010/173, 2010 (ONU, 2010b).

_____. **Report of the Special Rapporteur on violence against women, its cause and consequences**. E/CN. 4/2002/83/ add.2, 11/02/2002 (ONU, 2002b).

_____. **Secretary-General ‘absolutely outraged’ by gross misconduct by peacekeeping personnel in Democratic Republic of Congo**. *Press Release* Doc. SG/SM/9605, 19/11/2004 (ONU, 2004b).

_____. **Supplement to “An Agenda for Peace”**: Position Paper of the Secretary-General on the Occasion of the Fiftieth Anniversary of the United Nations. A/50/60 – S/1995/1, 03/01/1995 (ONU, 1995b). Disponível em: <<http://www.un.org/Docs/SG/agsupp.html>>. Acesso em: 05 jan. 2005.

_____. **The Windhoek Declaration and Namibia Plan of Action on ‘Mainstreaming a Gender Perspective In Multidimensional Peace Support Operations’**, 31/05/2000 (ONU, 2000c). Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/osagi/wps/windhoek_declaration.pdf>. Acesso em: 09 de mar. 2010.

_____. **Women, War and Peace**. Speech delivered by Under-Secretary-General and UN Women Executive Director Michelle Bachelet during the Phyllis Kossoff Annual Lecture held at Hunter College. New York, 2011. Disponível em: <<http://www.unwomen.org/2011/03/women-war-and-peace/>>. Acesso em: 03 mar. 2011.

PEARSON PEACEKEEPING CENTRE, RED DE SEGURIDAD Y DEFENSA DE AMERICA LATINA. **Informe del Seminario Aspectos Transversales en las Operaciones de Paz Complejas**. 2011. Disponível em: <http://www.peaceoperations.org/wp-content/uploads/2011/02/Report_Crosscutting-Challenges-to-Modern-Complex-Peace-Operations-Seminar_sp.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2011.

POSSAS, L. M. V.; REIS, S. F. Reflexões Feministas Acerca das Relações Internacionais. In: MATHIAS, S. K. (Org.). **Sob o signo de Atena: gênero na diplomacia e nas Forças Armadas**. São Paulo: FAPESP/Editora Unesp, 2009.

POULIGNY, B. **Peace Operations Seen from Below: UN Missions and Local People**. Bloomfield: Kumarian Press, 2006.

PUECHGUIRBAL, N. Discourses on Gender, Patriarchy and Resolution 1325: A Textual Analysis of UN Documents. **International Peacekeeping**, v. 17, n. 2, p. 172-187, 2010.

_____. Peacekeeping, Peacebuilding and Post-conflict Reconstruction. In: SHEPHERD, L. J. (Org.). **Gender Matters in Global Politics: a feminist introduction to international relations**. London: Routledge, 2010.

RÁDIO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Missões de paz discutem maior participação feminina**. Online, 08/05/2006. Disponível em: <<http://www.unmultimedia.org/radio/portuguese/detail/157875.html>>. Acesso em: 04 jul. 2011.

RATNER, S. R. **The New UN Peacekeeping: Building Peace in Lands of Conflict after the Civil War**. New York: St. Martin's Press, 1995.

RAVEN-ROBERTS, A. Gender Mainstreaming in United Nations Peacekeeping Operations: Talking the Talk, Tripping over the Walk. In: MAZURANA, D.; RAVEN-ROBERTS, A.; PARPART, J. **Gender, conflict, and peacekeeping**. Lanham, MD: Rowman & Littlefield, 2005.

REBELO, T. As respostas no âmbito das Nações Unidas ao envolvimento de soldados da paz em atos de violência sexual. **Revista Eletrônica de Direito Internacional**, v. 3, 2008.

REHN, E.; SIRLEAF, E. J. **Women, War, Peace: The Independent Expert's Assessment on the Impact of Armed Conflict on Women and Women's Role in Peace-Building**. New York: United Nations Development Fund for Women, 2002.

RIAL, C. Guerra de imagens e imagens da guerra: estupro e sacrifício na Guerra do Iraque. **Estudos Feministas**, v. 15, n. 1, p. 131-151, 2007.

ROBERTS, A. The Crisis in UN Peacekeeping. **Survival**, v. 36, n. 3, 1996.

ROMEIRO, J. **A institucionalização das políticas de combate à “violência conjugal” no Brasil: Inovações e Controvérsias**. Tese de Mestrado. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2007.

SCOTT, J. Gênero: Uma categoria útil para Análise Histórica. **Educação & Realidade**, v. 20, n. 2, p. 71-99, 1995.

_____. O enigma da igualdade. **Estudos Feministas**, v. 13, n. 1, p. 11-30, 2005.

SHEPHERD, L. J. **Gender, Violence and Security**: discourse as practice. London: Zed Books, 2008.

SHEPHERD, L. J. (Org.). **Gender Matters in Global Politics**: a feminist introduction to international relations. London: Routledge, 2010.

SIMIC, O. Does the Presence of Women Really Matter? Towards Combating Male Sexual Violence in Peacekeeping Operations. **International Peacekeeping**, v. 17, n. 2, p. 188-199, 2010.

SKJELSBØK, I.; SMITH, D. **Gender, peace and conflict**. London: SAGE Publications, 2001.

STEANS, J. **Gender and international relations**: an introduction. New Brunswick/NJ: Rutgers University Press, 1998.

STEARNS, P. N. **História das Relações de Gênero**. São Paulo: Contexto, 2007.

STIEHM, J. H. Women, Peacekeeping and Peacemaking: Gender Balance and Mainstreaming. **International Peacekeeping**, v. 8, n. 2, 2000.

STORR, W. The Rape of Men. **The Observer Magazine**, 17 de julho de 2011. Disponível em: < <http://www.guardian.co.uk/society/2011/jul/17/the-rape-of-men>>. Acesso em: 05 ago. 2011.

SYLVESTER, C. The Art of War/The War Question in (Feminist) IR. **Millenium: Journal of International Studies. Facets of Power in International Relations**, v. 33, n. 3, p. 855-878, 2005.

_____. **Feminist Theory and International Relations in a Postmodern Era**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

STUDER, M. The ICRC and civil-military relations in armed conflict. **International Review Red Cross**, v. 83, n. 842, 2001.

SWIFT, R. United Nations Military Training for Peace. **International Organization**, v. 28, n. 2, p. 267-280, 1974.

TANNO, G. A Contribuição da Escola de Copenhague aos Estudos de Segurança Internacional. **Contexto Internacional**, v. 25, n. 1, 2003.

TAVARES, H. O. da R. Gênero: Uma Categoria de Análise Social. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, v. 1, n. 2, 2010.

TESCARI, A. S. **Violência Sexual Contra a Mulher em Situação de Conflito Armado**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2005.

TICKNER, J. A. **Gender and international relations: feminist perspectives on achieving global security**. New York: Columbia University Press, 1992.

_____. Gender in World Politics. In: BAYLIS, J.; SMITH, S.; OWENS, P. **The Globalization of World Politics: An introduction to international relations**. New York: Oxford University Press, 2008.

_____. **Gendering world politics: issues and approaches in the post-cold war era**. New York: Columbia University Press, 2001.

TERRIFF, T. et al. **Security Studies Today**. Cambridge: Blackwell Publisher Inc, 2001.

TRIBUNAL da ONU condena primeira mulher por genocídio em Ruanda. **The British Broadcasting Corporation BBC**, Online, 24 de junho de 2010 (BBC, 2010). Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2011/06/110624_ruanda_ministra_rp.shtml>. Acesso em: 24 jun. 2011.

TRYGGESTAD, T. L. The UN Peacebuilding Commission and Gender: A Case of Norm Reinforcement. **International Peacekeeping**, v. 17, n. 2, p. 159-171, 2010.

_____. Trick or Treat? The UN and Implementation of Security Council Resolution 1325 on Women, Peace, and Security. **Global Governance**, v. 15, p. 539-557, 2009.

ULLMAN, R. H. Redefining security. **International Security**, v. 8, n. 1, 1983.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT FUND FOR WOMEN. **Addressing Conflict-Related Sexual Violence: An Analytical Inventory**. 2010 (UNIFEM, 2010). Disponível em: <http://www.peacewomen.org/portal_resources_resource.php?id=635>. Acesso em: 05 mar. 2011.

UNITED NATIONS OFFICE OF THE SPECIAL ADVISER ON GENDER ISSUES. **Important Concepts Underlying Gender Mainstreaming**, 2001 (OSAGI, 2001). Disponível em: <<http://www.un.org/womenwatch/osagi/pdf/factsheet2.pdf>>. Acesso em: 15 jan. 2011.

URQUHART, B. **A Life in Peace and War**. New York: Harper & Row, 1987.

VAYRYNEN, T. Gender and UN Peace Operations: The Confines of Modernity. **International Peacekeeping**, v. 11, n. 1, 2004.

VILLELLAS, M. **Documento marco: El papel de las mujeres en la construcción de la paz: propuestas para avanzar en la aplicación de la Resolución 1325**. Barcelona: Escola de Cultura de Pau, 2010. Disponível em: <http://www.1325mujerestejiendolapaz.org/img/marco_esp.pdf>. Acesso em: 05 jan. 2010.

WALT, S. The Renaissance of Security Studies. **International Studies Quarterly**, v. 35, n. 2, 1991.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. New York: McGraw-Hill, 1979.

WILLET, S. Introduction: Security Council Resolution 1325: Assessing the Impact on Women, Peace and Security. **International Peacekeeping**, v. 17, n. 2, p. 142-158, 2010.

WILLIAMS, P. (Org.). **Security Studies: an introduction**. Routledge, 2008.

WHITWORTH, S. **Men, Militarism & UN Peacekeeping: A Gendered Analysis**. Boulder: Lynne Rienner, 2004.

ANEXO I



Security Council

Distr.: General
31 October 2000

Resolution 1325 (2000)

**Adopted by the Security Council at its 4213th meeting, on
31 October 2000**

The Security Council,

Recalling its resolutions 1261 (1999) of 25 August 1999, 1265 (1999) of 17 September 1999, 1296 (2000) of 19 April 2000 and 1314 (2000) of 11 August 2000, as well as relevant statements of its President, and *recalling also* the statement of its President to the press on the occasion of the United Nations Day for Women's Rights and International Peace (International Women's Day) of 8 March 2000 (SC/6816),

Recalling also the commitments of the Beijing Declaration and Platform for Action (A/52/231) as well as those contained in the outcome document of the twenty-third Special Session of the United Nations General Assembly entitled "Women 2000: Gender Equality, Development and Peace for the Twenty-First Century" (A/S-23/10/Rev.1), in particular those concerning women and armed conflict,

Bearing in mind the purposes and principles of the Charter of the United Nations and the primary responsibility of the Security Council under the Charter for the maintenance of international peace and security,

Expressing concern that civilians, particularly women and children, account for the vast majority of those adversely affected by armed conflict, including as refugees and internally displaced persons, and increasingly are targeted by combatants and armed elements, and *recognizing* the consequent impact this has on durable peace and reconciliation,

Reaffirming the important role of women in the prevention and resolution of conflicts and in peace-building, and *stressing* the importance of their equal participation and full involvement in all efforts for the maintenance and promotion of peace and security, and the need to increase their role in decision-making with regard to conflict prevention and resolution,

Reaffirming also the need to implement fully international humanitarian and human rights law that protects the rights of women and girls during and after conflicts,

Emphasizing the need for all parties to ensure that mine clearance and mine awareness programmes take into account the special needs of women and girls,

Recognizing the urgent need to mainstream a gender perspective into peacekeeping operations, and in this regard *noting* the Windhoek Declaration and the Namibia Plan of Action on Mainstreaming a Gender Perspective in Multidimensional Peace Support Operations (S/2000/693),

Recognizing also the importance of the recommendation contained in the statement of its President to the press of 8 March 2000 for specialized training for all peacekeeping personnel on the protection, special needs and human rights of women and children in conflict situations,

Recognizing that an understanding of the impact of armed conflict on women and girls, effective institutional arrangements to guarantee their protection and full participation in the peace process can significantly contribute to the maintenance and promotion of international peace and security,

Noting the need to consolidate data on the impact of armed conflict on women and girls,

1. *Urges* Member States to ensure increased representation of women at all decision-making levels in national, regional and international institutions and mechanisms for the prevention, management, and resolution of conflict;

2. *Encourages* the Secretary-General to implement his strategic plan of action (A/49/587) calling for an increase in the participation of women at decision-making levels in conflict resolution and peace processes;

3. *Urges* the Secretary-General to appoint more women as special representatives and envoys to pursue good offices on his behalf, and in this regard *calls on* Member States to provide candidates to the Secretary-General, for inclusion in a regularly updated centralized roster;

4. *Further urges* the Secretary-General to seek to expand the role and contribution of women in United Nations field-based operations, and especially among military observers, civilian police, human rights and humanitarian personnel;

5. *Expresses* its willingness to incorporate a gender perspective into peacekeeping operations, and *urges* the Secretary-General to ensure that, where appropriate, field operations include a gender component;

6. *Requests* the Secretary-General to provide to Member States training guidelines and materials on the protection, rights and the particular needs of women, as well as on the importance of involving women in all peacekeeping and peace-building measures, *invites* Member States to incorporate these elements as well as HIV/AIDS awareness training into their national training programmes for military and civilian police personnel in preparation for deployment, and *further requests* the Secretary-General to ensure that civilian personnel of peacekeeping operations receive similar training;

7. *Urges* Member States to increase their voluntary financial, technical and logistical support for gender-sensitive training efforts, including those undertaken by relevant funds and programmes, inter alia, the United Nations Fund for Women and United Nations Children's Fund, and by the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees and other relevant bodies;

8. *Calls on* all actors involved, when negotiating and implementing peace agreements, to adopt a gender perspective, including, inter alia:

(a) The special needs of women and girls during repatriation and resettlement and for rehabilitation, reintegration and post-conflict reconstruction;

(b) Measures that support local women's peace initiatives and indigenous processes for conflict resolution, and that involve women in all of the implementation mechanisms of the peace agreements;

(c) Measures that ensure the protection of and respect for human rights of women and girls, particularly as they relate to the constitution, the electoral system, the police and the judiciary;

9. *Calls upon* all parties to armed conflict to respect fully international law applicable to the rights and protection of women and girls, especially as civilians, in particular the obligations applicable to them under the Geneva Conventions of 1949 and the Additional Protocols thereto of 1977, the Refugee Convention of 1951 and the Protocol thereto of 1967, the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women of 1979 and the Optional Protocol thereto of 1999 and the United Nations Convention on the Rights of the Child of 1989 and the two Optional Protocols thereto of 25 May 2000, and to bear in mind the relevant provisions of the Rome Statute of the International Criminal Court;

10. *Calls on* all parties to armed conflict to take special measures to protect women and girls from gender-based violence, particularly rape and other forms of sexual abuse, and all other forms of violence in situations of armed conflict;

11. *Emphasizes* the responsibility of all States to put an end to impunity and to prosecute those responsible for genocide, crimes against humanity, and war crimes including those relating to sexual and other violence against women and girls, and in this regard *stresses* the need to exclude these crimes, where feasible from amnesty provisions;

12. *Calls upon* all parties to armed conflict to respect the civilian and humanitarian character of refugee camps and settlements, and to take into account the particular needs of women and girls, including in their design, and recalls its resolutions 1208 (1998) of 19 November 1998 and 1296 (2000) of 19 April 2000;

13. *Encourages* all those involved in the planning for disarmament, demobilization and reintegration to consider the different needs of female and male ex-combatants and to take into account the needs of their dependants;

14. *Reaffirms* its readiness, whenever measures are adopted under Article 41 of the Charter of the United Nations, to give consideration to their potential impact on the civilian population, bearing in mind the special needs of women and girls, in order to consider appropriate humanitarian exemptions;

15. *Expresses* its willingness to ensure that Security Council missions take into account gender considerations and the rights of women, including through consultation with local and international women's groups;

16. *Invites* the Secretary-General to carry out a study on the impact of armed conflict on women and girls, the role of women in peace-building and the gender dimensions of peace processes and conflict resolution, and *further invites* him to

submit a report to the Security Council on the results of this study and to make this available to all Member States of the United Nations;

17. *Requests* the Secretary-General, where appropriate, to include in his reporting to the Security Council progress on gender mainstreaming throughout peacekeeping missions and all other aspects relating to women and girls;

18. *Decides* to remain actively seized of the matter.

ANEXO II



Security Council

Distr.: General
31 October 2000

Resolution 1325 (2000)

**Adopted by the Security Council at its 4213th meeting, on
31 October 2000**

The Security Council,

Recalling its resolutions 1261 (1999) of 25 August 1999, 1265 (1999) of 17 September 1999, 1296 (2000) of 19 April 2000 and 1314 (2000) of 11 August 2000, as well as relevant statements of its President, and *recalling also* the statement of its President to the press on the occasion of the United Nations Day for Women's Rights and International Peace (International Women's Day) of 8 March 2000 (SC/6816),

Recalling also the commitments of the Beijing Declaration and Platform for Action (A/52/231) as well as those contained in the outcome document of the twenty-third Special Session of the United Nations General Assembly entitled "Women 2000: Gender Equality, Development and Peace for the Twenty-First Century" (A/S-23/10/Rev.1), **in particular those concerning women and armed conflict,**

Bearing in mind the purposes and principles of the Charter of the United Nations and the primary responsibility of the Security Council under the Charter for the maintenance of international peace and security,

Expressing concern that civilians, particularly women and children, account for the vast majority of those adversely affected by armed conflict, including as refugees and internally displaced persons, and increasingly are targeted by combatants and armed elements, and *recognizing* the consequent impact this has on durable peace and reconciliation,

Reaffirming the important role of women in the prevention and resolution of conflicts and in peace-building, and *stressing* the importance of their equal participation and full involvement in all efforts for the maintenance and promotion of peace and security, and the need to increase their role in decision-making with regard to conflict prevention and resolution,

Reaffirming also the need to implement fully international humanitarian and human rights law that **protects the rights of women and girls during and after conflicts,**

Emphasizing the need for all parties to ensure that mine clearance and mine awareness programmes take into account the special needs of women and girls,

Recognizing the urgent need to mainstream a gender perspective into peacekeeping operations, and in this regard noting the Windhoek Declaration and the Namibia Plan of Action on Mainstreaming a Gender Perspective in Multidimensional Peace Support Operations (S/2000/693),

Recognizing also the importance of the recommendation contained in the statement of its President to the press of 8 March 2000 for specialized training for all peacekeeping personnel on the protection, special needs and human rights of women and children in conflict situations,

Recognizing that an understanding of the impact of armed conflict on women and girls, effective institutional arrangements to guarantee their protection and full participation in the peace process can significantly contribute to the maintenance and promotion of international peace and security,

Noting the need to consolidate data on the impact of armed conflict on women and girls,

1. *Urges* Member States to ensure increased representation of women at all decision-making levels in national, regional and international institutions and mechanisms for the prevention, management, and resolution of conflict;

2. *Encourages* the Secretary-General to implement his strategic plan of action (A/49/587) calling for an increase in the participation of women at decision-making levels in conflict resolution and peace processes;

3. *Urges* the Secretary-General to appoint more women as special representatives and envoys to pursue good offices on his behalf, and in this regard *calls on* Member States to provide candidates to the Secretary-General, for inclusion in a regularly updated centralized roster;

4. *Further urges* the Secretary-General to seek to expand the role and contribution of women in United Nations field-based operations, and especially among military observers, civilian police, human rights and humanitarian personnel;

5. *Expresses* its willingness to incorporate a gender perspective into peacekeeping operations, and *urges* the Secretary-General to ensure that, where appropriate, field operations include a gender component;

6. *Requests* the Secretary-General to provide to Member States training guidelines and materials on the protection, rights and the particular needs of women, as well as on the importance of involving women in all peacekeeping and peace-building measures, *invites* Member States to incorporate these elements as well as HIV/AIDS awareness training into their national training programmes for military and civilian police personnel in preparation for deployment, and *further requests* the Secretary-General to ensure that civilian personnel of peacekeeping operations receive similar training;

7. *Urges* Member States to increase their voluntary financial, technical and logistical support for gender-sensitive training efforts, including those undertaken by relevant funds and programmes, inter alia, the United Nations Fund for Women and United Nations Children's Fund, and by the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees and other relevant bodies;

8. *Calls on* all actors involved, when negotiating and implementing peace agreements, to adopt a gender perspective, including, inter alia:

(a) *The special needs of women and girls* during repatriation and resettlement and for rehabilitation, reintegration and post-conflict reconstruction;

(b) Measures that support local women's peace initiatives and indigenous processes for conflict resolution, and that involve women in all of the implementation mechanisms of the peace agreements;

(c) Measures that ensure *the protection of and respect for human rights of women and girls*, particularly as they relate to the constitution, the electoral system, the police and the judiciary;

9. *Calls upon* all parties to armed conflict to respect fully international law applicable to the rights and *protection of women and girls, especially as civilians*, in particular the obligations applicable to them under the Geneva Conventions of 1949 and the Additional Protocols thereto of 1977, the Refugee Convention of 1951 and the Protocol thereto of 1967, the Convention on the Elimination of All Forms of Discrimination against Women of 1979 and the Optional Protocol thereto of 1999 and the United Nations Convention on the Rights of the Child of 1989 and the two Optional Protocols thereto of 25 May 2000, and to bear in mind the relevant provisions of the Rome Statute of the International Criminal Court;

10. *Calls on* all parties to armed conflict *to take special measures to protect women and girls from gender-based violence, particularly rape and other forms of sexual abuse, and all other forms of violence in situations of armed conflict*;

11. *Emphasizes* the responsibility of all States to put an end to impunity and to prosecute those responsible for genocide, crimes against humanity, and war crimes including those relating to sexual and other *violence against women and girls*, and in this regard *stresses* the need to exclude these crimes, where feasible from amnesty provisions;

12. *Calls upon* all parties to armed conflict to respect the civilian and humanitarian character of refugee camps and settlements, and *to take into account the particular needs of women and girls*, including in their design, and recalls its resolutions 1208 (1998) of 19 November 1998 and 1296 (2000) of 19 April 2000;

13. *Encourages* all those involved in the planning for disarmament, demobilization and reintegration to consider the different needs of female and male ex-combatants and to take into account the needs of their dependants;

14. *Reaffirms* its readiness, whenever measures are adopted under Article 41 of the Charter of the United Nations, to give consideration to their potential impact on the civilian population, *bearing in mind the special needs of women and girls*, in order to consider appropriate humanitarian exemptions;

15. *Expresses* its willingness to ensure that Security Council missions take into account gender considerations and the rights of women, including through consultation with local and international women's groups;

16. *Invites* the Secretary-General *to carry out a study on the impact of armed conflict on women and girls*, the role of women in peace-building and the gender dimensions of peace processes and conflict resolution, and *further invites* him to

submit a report to the Security Council on the results of this study and to make this available to all Member States of the United Nations;

17. *Requests* the Secretary-General, where appropriate, to include in his reporting to the Security Council progress on gender mainstreaming throughout peacekeeping missions and all other aspects relating to women and girls;

18. *Decides* to remain actively seized of the matter.
